#### Faculdade Santa Lúcia

# Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

2022 - 2026

#### Mantenedora

Prof. Roberto Raphael Carrozzo Scardua Presidente

Prof. Dr. Rubens Scardua Vice-Presidente

Prof. Ms. José Marcos Zanella Pinto Tesoureiro

Prof. Ms. Romildo Morelato Júnior Secretario

#### **Mantida**

#### Faculdade Santa Lúcia

Prof. Ms. José Marcos Zanella Pinto Diretor

Prof. Roberto Raphael Carrozzo Scardua Vice-Diretor

Profa. Ms. Elaine Cristina Valim Trova Coordenadora do Curso de Administração

Profa. Ms. Adriana Domingues Jacinto Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis

Profa. Dra. Ada Bragion Camolesi Coordenadora do Curso de Serviço Social

Prof. Ms. Dairson Mendes de Souza Coordenador do Curso de Direito

Profa. Ms. Maria Eduarda Silva Leme Coordenadora do Curso de Psicologia

#### Elaboração do PDI

Prof. Ms. José Marcos Zanella Pinto - Contador

Prof. Roberto Raphael Carrozzo Scardua – Engenheiro

Profa. Dra. Sonia Regina Meira – Pedagoga

Prof. Ms. Romildo Morelato Júnior – Analista de Sistemas

Prof. Elaine Cristina Valim Trova – Administração

#### SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
1.1. INSTITUIÇÃO MANTENEDORA	7
1.2. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR MANTIDA	7
1.3. BASES LEGAIS DO PDI	7
1.4. ÍNDICES DA IES	8
2. CONTEXTO INSTITUCIONAL	9
2.1. MANTENEDORA	
2.2. HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO	9
2.3. DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA	
2.4. DIRIGENTES PRINCIPAIS DA IES	9
2.5. ORGANOGRAMA DA IES	10
2.6. APRESENTAÇÃO PDI	10
2.7. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	12
2.7.1. Cursos Oferecidos	13
2.7.2. Missão	15
2.7.3. Valores	15
2.7.4. Visão de futuro	15
2.8. Inserção regional	16
2.8.1. Território e População	17
2.8.2. Dinâmica Econômica e Social	17
2.8.3. Educação	
2.8.4. Vulnerabilidade Social	20
2.8.5. Saúde	21
2.8.6. Emprego e Rendimento	23
2.9. FINALIDADE INSTITUCIONAL	25
2.9.1. Missão, objetivos, metas e valores institucionais	25
2.9.2. Objetivos e Metas da Instituição	
2.9.3. Descrição dos objetivos e quantificação das metas	26
2.9.4. Quantificação de Metas	27
3. Planejamento e Avaliação Institucional	29
3.1. Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional	29
3.2. Processo de autoavaliação institucional	
3.3. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	
3.4. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados	
3.5. Relatórios de autoavaliação	
4. Desenvolvimento Institucional	
4.1. Missão, objetivos, metas e valores institucionais	
4.1.1. METAS INSTITUCIONAIS	
4.1.2. AÇÕES INSTITUCIONAIS	45
4.2. PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-	
graduação	47
4.2.1. DIMENSÕES	
4.2.2. ARTICULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI E PDI	
4.2.3. PROJETO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO	49
4.2.4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	
4.2.4.1. PÓS-GRADUAÇÃO	57

4.3. PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de	
desenvolvimento artístico e cultural.	.59
4.4. PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da	
memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa	ιe
	.59
4.4.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL (LEI Nº 9.795, I	
27 DE ABRIL DE 1999 E DECRETO N° 4.281 DE 25 DE JUNHO DE 2002)	
4.4.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	. 57
(Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, CNE/CP N° 01, de 30/05/2012)	60
4.4.3. Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da	.00
memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa	1 6
1 3	. 62
4.4.4. POLÍTICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREIT	
DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - CNCD/LGBT	
4.4.5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA	.0-
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de	
2012). 65	
4.4.6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ENSINO DE LIBRAS (DEC. N. 5.626/2005)	66
4.4.7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ENSINO DE LIBRAS (DEC. N. 3.020/2003) 4.4.7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO	.00
INCLUSIVA	.67
4.5. PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidad	
•	
4.6. PDI e política institucional para a modalidade EaD.	
4.7. Estudo para implantação de polos EaD.	
5. Políticas Acadêmicas	
5.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	
5.2. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação la	
	.76
5.3. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação	70
	.78
5.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação	70
, ,	.78
5.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão	.78
5.6. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente	
5.7. Política institucional de acompanhamento dos egressos	
5.8. Política institucional para internacionalização	
5.9. Comunicação da IES com a comunidade externa	
5.9.1. OUVIDORIA	
5.10. Comunicação da IES com a comunidade interna	
5.10.1. Objetivos da comunicação interna	
5.11. Política de atendimento aos discentes	
5.11.1. Acolhimento e Permanência	
5.11.2. Bolsas de Estudo.	
5.11.3. Financiamento Estudantil	
5.11.4. Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicológico	
5.11.5. Mecanismos de Nivelamento	
5.11.6. Atendimento extraclasse	
5.11.7. Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos	
5.11.8. Acompanhamento Estágios Não Obrigatórios (remunerados ou não)	
5.11.9. Atendimento das pessoas com necessidades específicas	.95

5.12. Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em	
eventos (graduação e pós-graduação)	99
6. Políticas de Gestão	
6.1. Titulação do corpo docente	
6.2. Política de capacitação docente e formação continuada	
6.3. Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo	.102
6.4. Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a	
distânciadistância	.103
6.5. Processos de gestão institucional	
6.5.1. Gestão da política acadêmica administrativa	. 103
6.5.2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL	. 105
6.5.3. REGIMENTO INTERNO DA MANTIDA	. 105
6.5.4. ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES	
6.5.5. AUTONOMIA DA MANTIDA EM RELAÇÃO À MANTENEDORA	. 105
6.5.6. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA	. 106
6.6. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático	.106
6.7. Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional	
6.8. Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna	
6.8.1. Proposta orçamentária para o quinquênio	.108
7. Infraestrutura	. 109
7.1. Manutenção Predial: Conservação, Manutenção e Avaliação	. 109
7.2. Instalações administrativas	.111
7.3. Salas de aula	.112
7.4. Auditório(s)	.112
7.5. Sala de professores	.113
7.6. Espaços para atendimento aos discentes	113
7.7. Espaços de convivência e de alimentação	113
7.7.1. Laboratórios, didáticos de formação específica	.114
7.8. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA	.114
7.9. Biblioteca: infraestrutura	
7.9.1. Tratamento da Informação	115
7.9.2. Disposição dos Materiais	115
7.9.3. Sistema de Empréstimo	.116
7.9.4. Sistema de Consulta	.116
7.10. Biblioteca: plano de atualização do acervo	.116
7.11. Infraestrutura tecnológica	117
7.11.1. Hardwares:	.118
7.11.2. Sistemas ou Softwares	.120
7.11.3. Redes	121
7.11.4. Catracas	121
7.11.5. Telefonia	122
7.11.6. Infraestrutura de execução e suporte	122
7.12. Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente	.122
7.13. Instalações sanitárias	123
7.14. Estrutura dos polos EAD	.123
7.15. Infraestrutura tecnológica	
7.16. Infraestrutura de execução e suporte	.123
7.17. Plano de expansão e atualização de equipamentos	.123
7.18. Recursos de tecnologias de informação e comunicação	
7.19. Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA	125

8. ALI	IAÇAO E ACOMPANHAMENTO DO PDI - Cronograma de implantação e	
	vimento da instituição para o período de vigência do PDI	
8.1. AV	ALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIO	NAL
125		
8.1.1.	Objetivos	126
8.1.2.	Cronograma de expansão do corpo docente, considerando o período de vigência o	do
PDI. 127		
8.1.3.	Cronograma de expansão do corpo técnico/administrativo, considerando o períod	o de
vigência	do PDI:	127
8.1.4.	Programação de abertura de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e	
Tecnólog	90)	128
8.1.5.	Programação de abertura de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu	128
1 Amı	pliação das Instalações	129

#### **INTRODUÇÃO**

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

#### 1.1. INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

Associação Educacional e Assistencial Santa Lúcia

CNPJ/MF: 60.717.261/0001-59,

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado - Sem fins lucrativos -

Associação de Utilidade Pública

Código MEC: 639

Endereço: Rua do Rosario, 1551, Centro – Piracicaba/SP – 13.400-186

#### 1.2. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR MANTIDA

Faculdade Santa Lúcia - FSL

Código MEC: 910

Endereço: Rua Dr. Ulhoa Cintra, 351 - Centro - Mogi Mirim/SP - 13.800-061

Processo de Credenciamento EMEC: Portaria nº 427 de 27/03/2017

#### 1.3. BASES LEGAIS DO PDI

- Lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005;
- Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação;
- Decreto Nº 5.773, de 09 de maio de 2006;
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017;
- Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017;
- Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017;
- Portaria Normativa nº 741, de 02 de agosto de 2018;
- Portaria Normativa nº 742, de 02 de agosto de 2018;
- Resolução CNE/CES nº. 02, de 18/06/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27/04/99 e Dec. nº 4.281 de 25/06/02);
- Informações acadêmicas (Portaria Normativa n° 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010);

- Disciplina de Libras (Dec. N°5.626/2005);
- Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei n°10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, n° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei n° 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP n° 01 de 17 de junho 2004 junho de 2004);
- Núcleo Docente Estruturante (NDE) Resolução CONAES nº 01, de 17/06/2010;
- Titulação do corpo docente (Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996);
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei n° 12.764, 27/12/12);
  Política de Educação Direitos Humanos (CNE/CP n° 8, 06/03/2012, CNE/CP n° 1, 30/05/2012);
  Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, conforme disposto na Portaria n° 1.224, de 18/12/ 2013;
- Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme disposto no Art. 11 da Lei n° 10.861/2004;
- Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), conforme disposto na Portaria N° 1.132, de 02 de dezembro de 2009;
- Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto n° 7.746, de 05/06 /2012 e na Instrução Normativa n° 10, de 12/11/2012

Ressalte-se que estudos e ações da comunidade acadêmica pautaram-se pelo disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde se lê em seu Art. 205, in fine, que a educação visa "[...] ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", e que, dentre outros princípios, o ensino será ministrado com base no "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas [...]" (Art. 206, III), visando-se sempre a garantia de padrão de qualidade (Art. 206, VII).

#### 1.4. ÍNDICES DA IES

- Índice Geral de Cursos IGC = 3 (2019)
- Índice Geral de Cursos IGC Contínuo = 2.7634 (2019)
- Conceito Institucional CI = 3 (2019)

2. CONTEXTO INSTITUCIONAL

2.1. MANTENEDORA

Constituída a entidade mantenedora os associados e outros membros do grupo já

tinham em mãos esboço do projeto da Faculdade Santa Lúcia, fruto da experiência de

cada um e de todos, previamente discutido e devidamente maturado.

2.2. HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Neste novo milênio, em sintonia com as metas a que se propõe o Brasil, a IES

lança-se a novos desafios. Com o país no limiar da retomada do desenvolvimento, é

crescente a demanda por excelência em educação e aprimoramento dos modelos de

gestão. Aliando a qualidade acadêmica e experiência acadêmica de seu corpo docente

ao sólido conhecimento das dinâmicas e práticas do mercado, a IES conceberá uma

oferta diversificada para as necessidades e expectativas tanto da área pública quanto

de entidades privadas e seus profissionais. A plêiade de produtos e serviços,

abrangendo programas de cursos, consultoria e bens de informação, entre outras

linhas de atuação, atendera à demanda da sociedade brasileira.

2.3. DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA

Professor Roberto Raphael Carrozzo Scardua

CPF: 043.450.568-45

Cargo: Diretor Presidente

Nacionalidade: Brasileira

2.4. DIRIGENTES PRINCIPAIS DA IES

Professor Mestre José Marcos Zanella Pinto

CPF: 030.296.818-07

Cargo: Diretor

Nacionalidade: Brasileiro

Professor Roberto Raphael Carrozzo Scardua

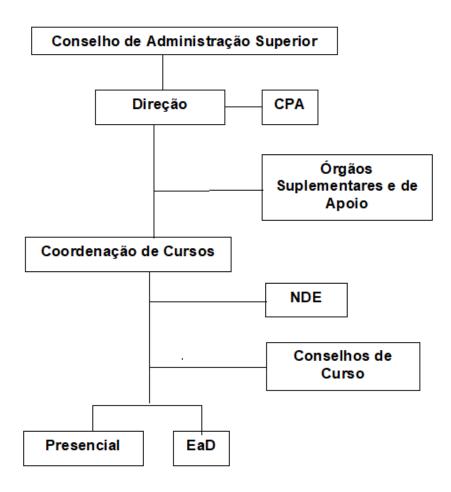
CPF: 043.450.568-45

Cargo: Vice Diretor

Nacionalidade: Brasileira

9

#### 2.5. ORGANOGRAMA DA IES



#### 2.6. APRESENTAÇÃO PDI

O Projeto Institucional da Instituição de Ensino Superior – IES concretiza-se através de uma Política Acadêmica Institucional moderna, que tem como dimensão ética a construção da cidadania enquanto patrimônio coletivo da sociedade civil. Dessa forma, apresentamos o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2022 a 2026) integrado ao Projeto Pedagógico Institucional – PPI como parte do processo de institucionalização que visa ordenar sua existência, seguindo diretrizes que orientam o seu desenvolvimento e consolidam sua proposta de Faculdade diferenciada, que prioriza a qualidade acadêmica em todos os níveis.

Acreditamos que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI concomitante com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI é um sólido indicativo de que a IES vive, mesmo, um momento privilegiado por conseguir desenvolver seus projetos numa conjuntura concreta. No período em que a educação, em particular, atravessa uma fase

dramática da sua história e exige das instituições de ensino o máximo de criatividade e sólido compromisso, a IES renova sua fé no trabalho e no progresso do Brasil.

O PDI/PPI - Faculdade Santa Lúcia busca orientar o movimento político administrativo da Instituição e é o resultado de um processo que tem como sujeitos a comunidade acadêmica, os fundadores e outros diversos membros engajados. Nosso Plano propõe um sistema de valores e acões que devem orientar a vida universitária e sua relação com a sociedade. Constitui-se numa peça normativa das práticas acadêmicas administrativas que devem orientar outras peças existentes, como seu Regimento, Projeto Político Pedagógico е Planejamento Estratégico. desenvolvimento da IES que deve ser compreendido no Plano de Desenvolvimento Institucional, com suas categorias, constituirá o norte do movimento políticoadministrativo até que os agentes históricos produzam novas condições para novas mudanças.

Assim, a realização da IES parte de uma realidade objetiva das Faculdades de natureza particular, com espírito público que é o seu concreto. Desenvolve-se sustentada em discussões internas, decorrentes de posições plurais de seus agentes, tendo como conteúdo a indissociação do ensino, pesquisa e extensão, contextualizada na realidade profissional.

A sua eficiência deve ser balizada na capacidade de dar respostas às necessidades de sua comunidade, seja no âmbito conjuntural, seja no estrutural, segundo a ética que a orienta. Enfim, como Planos de uma Instituição Educacional atual, direcionaremos nossos esforços na consecução de valores que caracterizam o cidadão de sua comunidade, tais como o de liberdade, igualdade, justiça social, solidariedade, a serem concretizados na vivência da herança cultural.

Os valores que nortearão o trabalho da IES e a formação de cidadãos conscientes de sua transitoriedade, bem como das necessidades de educação contínua numa sociedade livre, justa e fraterna fazem parte. O PDI/PPI empenhar-se-ão, na expansão de uma nova relação entre o progresso social e o exercício da cidadania, como sendo um dos fatores que podem contribuir para consolidar os valores democráticos. Isto fica patente com a assunção de algumas metas que são próprias do ideário da Faculdade Santa Lúcia:

•O atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade em geral;

- A conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização;
- A identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção de desenvolvimento sustentável do País.

#### 2.7. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

A Faculdade Santa Lúcia é mantida pela Associação Educacional e Assistencial Santa Lúcia, associação civil de direito público privado, sem fins lucrativos para seus associados, fundada em 12 de março de 1990, inscrita no CNPJ sob o n. 60.717.261/0001–59, regendo-se por seu contrato social registrado no Primeiro Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Piracicaba sob 1.429 do Livro A-1, de 29/03/1990, tendo sofrido alteração estatutária em 26/09/1997. Localiza-se na cidade de Mogi Mirim, à Rua Dr. Ulhoa Cintra 351-357, Centro.

A IES foi credenciada em 30/12/1994, recredenciada em 18/10/2001 pela Portaria 2.270, publicada no DOU de 19/10/2001. Em 2009 foi unificada (Faculdade de Direito de Mogi Mirim e Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Santa Lúcia) surgindo a Faculdade Santa Lúcia<sup>1</sup>, unificação dada pela Portaria 1746 de 22/12/2001, DOU24/12/2009.

Desde 2007 tramita o processo de recredenciamento da instituição, Processo 20076503, que já obteve em 27/10/2010 parecer favorável (181/2010) e em 12/04/2013 parecer favorável (455/2012), ambos não homologados pelo Gabinete do Ministro em virtude de esclarecimentos sobre a unificação das Faculdades. Em 27/03/2017, a Faculdade foi recredenciada por meio da Portaria mº 427, sendo válido por 3 anos.

#### 2.7.1. Cursos Oferecidos

Cod Emec	Curso	Enade	CPC	Ato Regulatório
17509	Administração	4	4	Portaria 705 de 18/12/2013.
17508	Ciências Contábeis	4	4	Portaria 208 de 25/06/2020
49267	Direito	4	4	Portaria 581 de 11/12/2020
86442	Serviço Social	3	4	Portaria 821 de 30/12/2014.
1352659	Engenharia da Computação	SC	SC	Autorizado pela Portaria n. 565, de 27/09/2016. Publicado no D.O.U. em 28/09/2016.
1352535	Engenharia da Produção	SC	SC	Autorizado pela Portaria n. 563, de 27/09/2016, publicada no D.O.U. em 28/09/2016.
1352104	Psicologia	SC	SC	Autorizado pela Portaria 768, de 29/10/2018. Publicado em 30/10/2018 D.O.U.

A Faculdade Santa Lúcia (CI - 3 e IGC - 3), localizada na cidade de Mogi Mirim, iniciou suas atividades no ano de 1995 e, desde então, vem desenvolvendo e experimentando diferentes enfoques e práticas gerenciais refletindo o ambiente dinâmico onde está inserida.

Interagir com esse ambiente exige inovação constante na estrutura organizacional. A instituição responde a esse desafio analisando permanentemente as expectativas e demandas do contexto social, econômico e do mercado de trabalho, assim como as alterações no perfil dos discentes, de maneira a estabelecer estratégias organizacionais e pedagógicas que consolidem a formação de profissionais capazes de influir decisivamente na realidade, visando transformá-la. No entanto, defende que a formação humana é a base na qual se assenta esta empreitada, pois, segundo afirma Nóvoa (1995:16),

"As escolas são instituições de um tipo muito particular, que não podem ser pensadas como qualquer fábrica ou oficina: a educação não tolera a simplificação do humano (das suas experiências, relações e valores)[...]".

Nesse processo, um ator fundamental é o docente, motivo pelo qual a instituição desenvolve estratégias voltadas a seu aprimoramento permanente, uma vez que, conforme enfatiza Tarcia (2006), o corpo discente transita atualmente de uma posição passiva para uma posição ativa, crítica, questionadora, como decorrência do próprio incremento nos sistemas de comunicação social com a consequente facilidade de acesso a uma quantidade cada vez maior de informações. Esses aspectos requisitam, do docente, competência teórica e técnica específicas da área, e também pedagógica, na utilização de diferentes linguagens; visão interdisciplinar e sistêmica, e

perfil de pesquisador; e, ainda, mudança de uma postura de gestor do processo de ensino para gestor de situações de aprendizagem, com foco nas especificidades do educando.

O currículo implica ação, reflexão, movimento, construção e reconstrução contínuos. Cada participante desse processo (docente e discente) deve estar aberto à troca, ao compartilhamento, aos desafios, e traz consigo sua bagagem de vida, seu conhecimento decorrente de situações de aprendizagem e de experiências vividas, contribuindo para a situação dialógica de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, deve-se considerar o conhecimento que o discente construiu em sua vida e ir ao encontro do que é significativo para ele. Educar, assim, significa respeitar e levar em conta o conjunto de aspectos cognitivos, emocionais e sociais que integram o processo e devem cooperar harmoniosamente entre si.

A educação, nessa perspectiva, deve auxiliar os participantes do processo ensino-aprendizagem a conhecer sua própria identidade, tomando consciência de suas concepções, competências, habilidades, emoções e carências, visando a orientá-los de forma construtiva em direção ao bem comum. Essa concepção implica a possibilidade de revisão dos próprios valores e reformulação de atitudes, o que leva à melhora nas relações interpessoais e à construção da capacidade de tolerância e respeito às diferenças, favorecendo atitudes de solidariedade e fraternidade.

Nesse contexto, é importante o espaço da Faculdade constituir-se como um ambiente de construção do conhecimento, no qual as atenções estejam voltadas para a valorização da dimensão humana e para a singularidade de cada indivíduo, assim como para a busca de novas formas de pensar, de conviver, de compreender o mundo e de valorar as questões ético-políticas.

De modo coerente com essa posição, a Faculdade Santa Lúcia, em seus 26 anos de existência, tem realizado projetos educacionais baseados em pesquisas com a participação ativa da comunidade acadêmica e da sociedade local e regional.

Seus projetos pedagógicos e suas ações são construídos entendendo que a educação nos espaços oficiais de ensino é um conjunto de atividades ético-políticas, devendo primar por formar cidadãos não só profissionalmente capacitados mas também aptos a atuar de forma contextualizada e eticamente comprometida com os valores sociais da liberdade, da igualdade, da dignidade e da justiça social.

Para o cumprimento de sua missão institucional, a Faculdade Santa Lúcia assume compromisso com os seguintes objetivos:

- Formar profissionais éticos, críticos, conscientes da realidade em que se inserem, de sua cidadania e de seu papel social;
- Aprimorar e consolidar a qualidade do ensino nos cursos de graduação;
- Aprimorar e consolidar a qualidade do ensino nos cursos de pósgraduação lato sensu;
- Desempenhar um papel ativo junto à comunidade, enfatizando o desenvolvimento da região.

#### 2.7.2. Missão

Ao respondermos à pergunta: **por que existimos**?, estamos definindo a missão da instituição. Ela é a sua razão de ser, e deve refletir os motivos pelos quais a instituição foi criada e é mantida. Ao ser formulada, a missão deve permear o dia a dia de todas as atividades da instituição. Sendo assim, nossa missão é:

"Atuar na região como um agente permanente de mudanças, no processo de formação integral do indivíduo, investindo no desenvolvimento profissional e pessoal de seus alunos, professores e colaboradores".

#### **2.7.3. Valores**

Pode-se definir valores como sendo o conjunto de crenças e princípios que orientam as atividades e operações da instituição e, certamente, influenciam o comportamento geral de seus membros. Temos como valores:

"Liberdade, Responsabilidade, Justiça, Ética, Cidadania, Educação e Respeito, Integração, Parceria, Criatividade e Pluralidade".

#### 2.7.4. Visão de futuro

Quando se pensa no futuro da instituição, idealiza-se onde queremos chegar, delineia-se nossa visão de futuro. Essa visão, que direciona os rumos da instituição, consiste em:

"Ser reconhecida como referencial de excelência no ensino, por seus membros e pela sociedade em geral".

A partir dessa visão que expressa a meta maior da instituição, são definidos indicadores que irão sinalizar, mediante avaliação, controle e acompanhamento, se a

direção está correta e quais ações corretivas devem ser aplicadas.

#### 2.8. Inserção regional



Antigo povoado de Moji dos Campos, fundado por bandeirantes, costumava por eles ser utilizado como local de pouso, de meados do século XVII até, aproximadamente, as duas primeiras décadas do século XVIII. Tornou-se freguesia em terras do município de Jundiaí em 1º de novembro de 1751, com a denominação de São José de Moji Mirim, quando foi celebrada a primeira missa na capela inaugurada em honra a São José.

Vila erguida em 1769, seu território abrangia a área que se estendia de Jundiaí até o Rio Grande, acompanhando a fronteira com Minas Gerais. Recebeu foros de cidade em 3 de abril de 1849, quando recebeu a atual denominação (em tupi, Moji Mirim significa "pequeno rio das cobras").

Mogi Mirim é um município do Estado de São Paulo, com vocação industrial e agrícola. Localiza-se a uma latitude 22°25'55" sul e a uma longitude 46°57'28" oeste, estando a uma altitude de 632 metros. Dista cerca de 60 km de Campinas e 180 km de São Paulo. Sua população estimada em 2020 é de 90.439 habitantes. A economia do município, que possui dois distritos industriais, é formada principalmente pelas empresas Baumer, Lindsay, Fundição Regali, Alpargatas, Eaton, Sabó, Monroe, Balestro, AmBev, Marangoni, Master Foods, dentre outras. O setor agrícola também é importante, em razão de grandes plantações de mandioca e laranja. O município conta ainda com um bem estruturado setor comercial e de serviços. Abaixo apresentaremos o perfil municipal de nossa cidade, de acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, 2020.

#### 2.8.1. Território e População

Indicador	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Área (Em km2)	2020	497,71	5.225,78	248.222,94
População	2020	90.439	3.383.512	44.639.899
Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2020	181,71	647,46	179,84
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/20105(Em % a.a.)	2020	0,45	1,23	0,80
Grau de Urbanização (Em %)	2020	95,74	97,74	96,52
Índice de Envelhecimento (Em %)		105,74	84,83	81,11
População com Menos de 15 Anos (Em %)		16,96	17,82	18,87
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2020	17,94	15,12	15,30
Razão de Sexos	2020	96,08	96,27	94,80

Fonte: IBGE, 2020.

O município de Mogi Mirim contava, em 2015, com uma população estimada em 88.695 habitantes, distribuída em uma área total de 497,71 km2, apresentando uma densidade demográfica de 178,21 habitantes/Km2, acima da média do Estado que representa 173,42 habitantes/km2. Em 2020 observa-se que a população soma 90.439 habitantes com uma densidade demográfica de 181,71 habitantes/km2 revelando um processo de causalidade entre a densidade demográfica e o crescimento populacional. Esta característica local, aliada à taxa de urbanização de 94,59% (2015) e 95,74% (2020) demonstra que tal de concentração ocorre no espaço urbano, que sofre ainda com o deslocamento progressivo da população rural. Tais dinâmicas implicam em tensão permanente entre as demandas populacionais e a capacidade de investimentos em bens e serviços sociais, de maneira a prover os padrões básicos de cidadania e qualidade de vida.

#### 2.8.2. Dinâmica Econômica e Social

Indicador	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado	
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	2018	45	-	44	
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	2018	78	-	72	
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade	2018	62	-	53	
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	2018	Grupo 1 - Município Dinâmico. Riqueza alta com indicadores médios ou altos de longevidade e escolaridade			
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	2010	0,784		0,783	

Fonte: Índice Paulista de Responsabilidade Social (SEADE, 2020)

Em 2008, o Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS que organiza os municípios paulistas em grupos de acordo com a sua dinâmica econômica e social, classificou o município no Grupo 2, relativo aos que, embora apresentem níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais. No entanto, já em 2010, o município foi alçado ao Grupo 1, relativo os municípios com bons indicadores de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais de longevidade e escolaridade, o que se manteve em 2012 e persiste na atualidade (SEADE, 2020).

Apesar de tal reconhecimento percebe-se um desafio crescente no que concerne ao perfil demográfico local com o crescimento exponencial do índice de envelhecimento da população, muito acima dos percebidos pelos outros níveis de governo. Em 2015 este índice alcançava os elevados 85,23% contra 67,20% do Estado e 69,21% da região. Em 2020 o índice local pulou para 105,74%, enquanto para o Estado foram 81,11% e para a região 84,83%. O percentual de população com 60 anos ou mais já representa 17,94%, quando os menos de 15 anos alcançam 16,96%, e a esperança de vida ao nascer se eleva na casa dos 79,52%, de acordo com a PNAD/IBGE.

Sabe-se que esta tendência de envelhecimento populacional deve se manter, ou ainda aumentar o seu ritmo nos próximos anos, trazendo ao município a contingência em implementar políticas robustas preventivas a um sério comprometimento da qualidade de vida deste segmento populacional.

Dos dados de riqueza considerados pelo IPRS destaca-se o PIB per capita que, em 2018, esteve em R\$ 48.253,07, 87ª colocação dentre os 645 municípios paulistas. As receitas oriundas de fontes externas representavam 56,3%. No mesmo ano foram empenhadas despesas na casa dos R\$ 333.425.000,00 para receitas na ordem de R\$ 362.655.000,00.

Quanto à presença dos agentes econômicos na composição da riqueza municipal (valor adicionado), segundo dados do IBGE (2017), o setor de serviços representava nada menos que 67,42%, acompanhado de longe pelo setor da indústria (27,70%), e da agropecuária (4,88%). Neste mesmo período, o PIB representava R\$ 4.456,89 em milhões correntes.

#### 2.8.3. Educação

Indicador	Ano	Município
Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos e mais (Em %)	2015	3,53
População de 18 a 24 anos com Ensino Médio Completo (Em %)	2015	69,77
Média de anos de estudos de 15 a 64 anos	2015	9,97
IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental (rede pública)	2017	6,6
IDEB – Anos finais do Ensino Fundamental (rede pública)	2017	4,9

Fonte: IBGE, 2020.

No quesito educação, a taxa de analfabetismo, em 2010, apresentava o percentual de 4,41%, acima da região e do Estado (3,85 e 4,33%, respectivamente). No entanto, a população de 18 a 24 anos com pelo menos o ensino médio completo encontrava-se acima do resultado apresentado pelo Estado (60,77 e 57,89%, respectivamente). Já em 2015 verifica-se uma evolução significativa; enquanto o índice de analfabetismo decresceu para 3,53%, a população de 18 a 24 anos com o ensino médio completo elevou-se para 69,77%. Em 2016 a média de anos de estudo das pessoas de 15 a 64 anos já totalizava 9,97. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos esteve, neste período, em 97,4%.

Quanto aos indicadores do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), nos anos iniciais observou-se a 262ª posição dentre os 645 municípios paulistas com a nota 6,6. Os municípios brasileiros, no geral, conseguiram alcançar a meta, em 2017, e o Estado de São Paulo esteve entre os que perceberam maior média.

Quanto aos anos finais do ensino fundamental, a meta a ser alcançada em 2017 ficou estabelecida em 5,0, e o município atingiu 4,9. Apenas 7 estados brasileiros conseguiram alcança-la, e o Estado de São Paulo não figura dentre eles. Embora o município tenha conseguido se aproximar da meta, a questão está na queda em relação ao ranking de municípios paulistas, passando da 262ª posição dos resultados dos anos iniciais, para a 362ª para os anos finais.

O IDEB é considerado o principal indicador de qualidade da educação básica no Brasil. Em sua metodologia de aferição considera uma escala de 0 a 10 abrangendo, no mesmo indicador, dois conceitos, o de fluxo relativo a taxa de aprovação dos alunos e o de aprendizado com base no Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

#### 2.8.4. Vulnerabilidade Social

Os dados sobre vulnerabilidade social, no quesito renda estão disponibilizados a partir de levantamentos do Ministério da Cidadania tendo por base o Cadastro Único para Programas Sociais, que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e selecionar as famílias para diversos programas sociais.

Em agosto de 2020, no Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único era de **4.038** dentre as quais 1.037 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00 e 513 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00, consideradas em extrema pobreza; 1.138 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; e 1.350 com renda per capita acima de meio salário mínimo, consideradas em pobreza.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de setembro de 2020, **1.407 famílias,** representando uma cobertura de 51,4 % da estimativa de famílias pobres no município.

Para se manterem no PBF, as famílias devem cumprir condicionalidades, dentre as quais manter atualizada a vacinação de suas crianças e frequência na escola. O acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2019, atingiu o percentual de 98,5%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 1.146 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 1.163. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 92,5%, resultando em 233 jovens acompanhados de um total de 252.

Já o acompanhamento da saúde das pessoas (crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos), na vigência de dezembro de 2019, atingiu 77,7 %, percentual equivale a 1.905 pessoas de um total de 2.451 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

O Benefício de Prestação Continuada destina 1 salário mínimo para pessoas com deficiência e idosas que não têm condições de suprir as suas necessidades e nem as ter supridas pelas suas famílias. Em agosto/2020 foram 1.280 beneficiadas sendo 683 pessoas com deficiência e 587 idosas (SAGI/Ministério da Cidadania, 2020).

Um dado que deve ser acrescido na questão de vulnerabilidade social refere-se à qualidade ambiental dos municípios, uma vez que implicam diretamente na saúde e

nas condições gerais de acesso a bens e serviços locais, como a coleta de lixo, o esgotamento sanitário e o abastecimento de água. O IPRS (2020) revela que 99,71% do total de domicílios contam com coleta de lixo, o abastecimento de água atinge 99,50% das habitações, e 96,81% dos mesmos contam com serviço de aba coleta de esgoto sanitário. Claramente as defasagens dos itens com referência ao atendimento total atingem a população mais vulnerável, sendo necessário um movimento permanente no sentido de contemplar a universalidade.

#### 2.8.5. Saúde

Indicador	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2018	13,77	13,12	13,77
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2018	50,23	47,28	50,23
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2018	10,70	8,76	10,70
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2018	12,36	10,12	12,36
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2018	100,08	83,04	100,08
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2018	3.365,17	3.148,64	3.365,17
Nascidos vivos de mães com menos de 18 anos (Em %)	2018	4,64	3,51	4,64
Mães que fizeram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %)	2016	79,05	81,88	79,05
Partos Cesáreos (Em %)	2016	58,34	62,54	58,34
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2016	9,11	9,04	9,11
Gestações Pré-Termo (Em %)	2016	10,90	11,39	10,90
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	2019	1,27	1,02	1,18

Fonte: IBGE, 2020

Os indicadores da área de saúde de 2016, 2018 e 2019 demonstram evolução em relação a vários dos apresentados em 2014. A taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos decresceu dos elevados 109,78 por 100 mil habitantes nesta faixa etária, em 2014, para 100,08 em 2018; em 2014 a taxa de mortalidade da população de 60 anos e mais representava 3.581,58 na mesma razão de habitantes; em 2018 decresceu para 3.365,17. O primeiro indicador sofre a influência direta das condições de segurança pública, consideradas as razões de mortalidade de jovens em virtude do envolvimento com a criminalidade e com a situação geral de segurança à população, já o segundo indicador reflete a qualidade de vida das pessoas idosas condicionada pela oferta de bens e serviços a este segmento. Conclui-se que houve avanços nestes

quesitos.

Pequena variação negativa foi observada em relação ao percentual de mães que fizeram sete e mais consultas de pré-natal (80,95 em 2014 para 79,05 em 2016); e os nascimentos de baixo peso (menos de 2,5 kg) sofreram elevação de 8,93 para 9,11% entre 2014 e 2016. Já os nascituros com menos de 37 semanas (gestações pré-termo) decresceram de 12,57% para 10,90% e houve uma redução, neste mesmo período, de partos cesáreos (65,99 em 2014 para 58,34% em 2016).

Há uma relação direta entre as consultas de pré-natal, as condições do parto e dos nascituros, ainda mais em um contexto de crescimento expressivo nas taxas de mortalidade infantil e na infância por mil nascidos vivos. Em 2014 o primeiro indicador representava 8,75, em 2018 era de 10,70; quanto ao segundo indicador em 2014 alcançava 9,62, e em 2018, 12,36.

A política de saúde demanda vigilância constante aos indicadores, pois as suas variações implicam, no limite, na perda de vidas ou em seu sério comprometimento.

Dos eventos recentes o que desafiou enormemente a capacidade de respostas nesta área, não apenas ao país como ao mundo, foi o advento do novo Coronavírus COVID-19. O Município elaborou e publicou, em junho de 2020, o Plano de Contingenciamento Municipal da Secretaria de Saúde de Mogi Mirim, em consonância com o Plano de Contingência Estadual e Nacional, que define o nível de resposta e a estrutura de comando correspondente a ser configurada, em cada esfera e nível de complexidade.

Dados de outubro/2020 demonstram o acúmulo de 2.031 casos positivos da doença, sendo 1.922 pacientes curados e 53 óbitos (Jornal O Popular Digital, 30/10/2020).

Na primeira semana de outubro o município contava com 50% dos leitos hospitalares ocupados em decorrência da Covid-19 (Jornal Portal da Cidade *on-line*, 06/10/2020).

#### 2.8.6. Emprego e Rendimento

Indicador		Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Empregos Formais da Agropecuária,	2018		4.00	
Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no Total de Vínculos (Em %)		5,35	1,80	2,38
Participação dos Empregos Formais da Indústria	2018			
no Total de Vínculos (Em %)		32,43	24,86	17,50
Participação dos Empregos Formais da Construção		0.05	0.07	4.00
Civil no Total de Vínculos (Em %)		3,85	3,67	4,09
Participação dos Empregos Formais do Comércio	2018			
Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação		20,97	20,51	19,91
de Veículos Automotores e Motocicletas no Total		20,37	20,51	19,91
de Vínculos (Em %)				
Participação dos Empregos Formais nos Serviços	2018	37,40	49,16	56,12
no Total de Vínculos (Em %)			,	
Rendimento Médio dos Empregos Formais na	2018			
Agropecuária, Produção Florestal, Pesca e		1.852,31	2.145,23	2.037,83
Aquicultura no Total de Vínculos (Em reais		,,,	-, -	, , , , ,
correntes)				
Rendimento Médio dos Empregos Formais na	2018	2.950,58	3.504,72	3.378,98
Indústria (Em reais correntes)	0040	,	,	,
Rendimento Médio dos Empregos Formais da	2018	2.543,83	2.755,94	2.726,19
Construção (Em reais correntes)	0040	,	,	,
Rendimento Médio dos Empregos Formais do	2018			
Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e				
Reparação de Veículos Automotores e		2.209,83	2.672,01	2.602,64
Motocicletas no Total de Vínculos (Em reais				
correntes)	2018			
Rendimento Médio nos Vínculos Empregatícios		3.048,04	3.511,75	3.614,10
nos Serviços (Em reais correntes)				
Rendimento Médio no Total de Empregos Formais	2018	2.950,58	3.504,72	3.378,98
(Em reais correntes)				

Fonte: IBGE, 2020

Segundo o IBGE, considerada a população ocupada em 2018 no município (33,4% da população total), o salário médio mensal era de 3,0 salários mínimos. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 64 de 645 e 91 de 645, respectivamente, o que representa uma boa colocação considerando que está entre os 10 municípios com salário médio mais alto, e entre os 20% com maior taxa de ocupação em relação à população total do Estado.

Quanto a dinâmica do emprego e rendimento, em 2014 a participação dos vínculos empregatícios demonstrou uma inserção de 4,22% dos trabalhadores locais na agricultura, pecuária e produção florestal, contingente superior à região (1,56%) e ao Estado (2,28%) nesta atividade que tradicionalmente absorve mão de obra não qualificada, portanto de baixa remuneração. Em 2018 observou-se uma elevação para

5,35%. O rendimento médio nos vínculos empregatícios neste setor (R\$ 1.740,27) manteve-se acima dos observados pelo Estado (R\$ 1.652,59) e pela região de governo (R\$ 1.734,08). Em 2018, inversamente, foi de R\$ 1.852,31, R\$ 2.037,83 e R\$ 2.145,23, respectivamente.

Na área da construção civil, em 2014, observaram-se vínculos formais superiores à região (4,61 e 4,34% respectivamente), já em 2018 houve encolhimento da atividade local resultando em 3,85 e 3,67%, respectivamente. O rendimento médio dos vínculos empregatícios em 2014 apresentou-se significativamente abaixo da região (R\$ 1.933,49 e R\$ 2.218,18 respectivamente), e não foi diferente em 2018 (R\$ 2.543,83 e R\$ 2.755,94, respectivamente), mesma lógica apresentada pela indústria (34,49 e 26,92% em 2014; 32,43 e 24,86, respectivamente), com rendimento médio dos vínculos empregatícios em 2014 de R\$ 2.905,01 para o município e R\$ 3.588,98 à região, e, em 2018 de R\$ 2.950,58 e R\$ 3.504,72, respectivamente. O setor de comércio, em 2014, absorvia 21,41% dos empregos formais, já em 2018 o montante decresceu para 20,97%.

Percebe-se, então, que a atividade ligada à agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura fortaleceu-se no município, enquanto houve decréscimo de participação nas atividades da indústria, comércio, serviços e construção civil. O mesmo ocorreu com o setor de serviços, que em 2014 representava 35,26% de participação nos empregos formais e em 2018 passou para 37,40%, seguindo a mesma tendência de todos os demais setores quanto ao rendimento médio abaixo da região (R\$3.048,04 e R\$ 3.511,75, respectivamente).

A dinamização dos setores e a elevação do rendimento médio dos trabalhadores depende da disponibilidade de mão de obra qualificada para qualificar suas inserções na esfera produtiva, aprimorando os indicadores gerais, não apenas de riqueza, mas de renda. A geração de novas oportunidades de emprego depende do aprimoramento deste movimento produtivo e, para tanto, a formação técnica e superior é fundamental, e é nesta seara que se insere a missão desta IES.

#### 2.9. FINALIDADE INSTITUCIONAL

#### 2.9.1. Missão, objetivos, metas e valores institucionais.

Ao respondermos à pergunta: Por que existimos? Estamos definindo a missão da instituição, ela é a sua razão de ser, e deve refletir os motivos pelos quais a Instituição foi criada e é mantida. Ao ser formulada, a missão deve permear o dia a dia de todas as atividades da Instituição.

Até a proposta de abertura de cursos na modalidade EaD, em um futuro próximo presente, nossa missão era:

"Atuar na região, como um agente permanente de mudanças, no processo de formação integral do indivíduo, investindo no desenvolvimento profissional e pessoal de seus alunos, professores e colaboradores".

Com a nova proposta, vemos que não devemos ter somente a nossa atuação regional, passamos a ter a pretensão de atuar em regiões que podem fugir da abrangência de nossa sede, sendo assim, definimos que a nossa missão será:

"Atuar na Educação, como um agente permanente de mudanças, no processo de formação integral do indivíduo, investindo no desenvolvimento profissional e pessoal de seus alunos, professores e colaboradores".

Pode-se definir valores como sendo o conjunto de crenças e princípios que orientam as atividades e operações da Instituição e, certamente influenciam o comportamento geral de seus membros, temos como valores:

"Liberdade, Responsabilidade, Justiça, Ética, Cidadania, Educação e Respeito, Integração, Parceria, Criatividade e Pluralidade".

Quando se fala do futuro da instituição, estamos falando onde queremos chegar, nossa visão de futuro, e, é essa visão que direcionará os rumos da Instituição.

"Ser reconhecida como referencial de excelência no ensino, por seus membros e pela sociedade em geral".

A partir dessa visão, ou seja, a meta maior da instituição serão definidos indicadores que irão sinalizar, mediante avaliação, controle e acompanhamento, se o rumo está certo e quais ações corretivas devem ser aplicadas.

E por fim, foram definidas as metas, as estratégias e as ações para que a Instituição possa alcançar os objetivos propostos no presente plano.

#### 2.9.2. Objetivos e Metas da Instituição

O planejamento institucional é um dos alicerces para que uma instituição de ensino consiga traçar metas e alcançar seus objetivos. Com esta visão, a Faculdade Santa Lúcia, realizou inúmeras reuniões, colhendo opiniões e sugestões com o intuito de sistematizar as propostas contidas no presente Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. A partir das reflexões em grupo, do caminhar institucional nos últimos anos, dos resultados da autoavaliação institucional e, principalmente dos resultados de nossa Avaliação Externa, foi possível delinear o caminho a ser percorrido nos próximos anos (2022-2026).

#### 2.9.3. Descrição dos objetivos e quantificação das metas

A Faculdade Santa Lúcia tem por objetivos:

- I Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III Promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- IV Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- V Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e
- VI Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão de conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Quando falamos de objetivo, estamos expressando uma situação que a Instituição deseja atingir no futuro, com probabilidades razoáveis de sucesso. Como ele representa o que será realizado para construir a visão e cumprir a missão institucional, é importante que seja vinculado a diferentes níveis dentro da estrutura organizacional: estratégico, gerencial e operacional.

Fonte de motivação e meio de orientação das atividades, os objetivos estratégicos são fundamentais, são eles que darão a orientação e a direção à dinâmica do processo de planejamento e execução. Destinadas a viabilizar os objetivos institucionais, as estratégias estão associadas a um ou mais objetivos, expressando como a Instituição utilizará seus recursos e suas oportunidades para atingir os resultados desejados. Quando perguntamos como vamos atingir nossos objetivos? A resposta estará nas estratégias adotadas.

#### 2.9.4. Quantificação de Metas

Com o intuito de concretizar nossa missão e objetivos institucionais, defenderemos a manutenção das metas propostas para o PDI anterior, acompanhando no próximo quinquênio:

- ✓ O Projeto Pedagógico em todos os Cursos, de modo a se buscar o aprimoramento da qualidade na formação do corpo discente.
- ✓ O processo de formação discente, de acordo com as diretrizes no Plano Pedagógico do curso.
- ✓ A criação de novos cursos direcionados a necessidades e desenvolvimento da região.
- ✓ O processo de avaliação institucional, como forma de contribuir para a elevação da qualidade do ensino ministrado na Instituição.
- ✓ A criação de cursos de Pós-Graduação, "Lato Sensu" direcionados às necessidades e desenvolvimento da região.
- ✓ A consolidação da Extensão como fator de presença da Instituição na sociedade Para o quinquênio 2022-2026, temos a seguinte proposta:
- ✓ Consolidar os programas de extensão;
- ✓ Aumentar a participação de estudantes em atividades de monitoria e da iniciação científica;
- ✓ Ampliar, com recursos da mantenedora, o Financiamento Estudantil, garantindo assim que estudantes carentes de nossa região possam continuar seus estudos;

- ✓ Ampliar o espaço da biblioteca;
- ✓ Ampliar e atualizar o acervo de periódicos de acordo com as necessidades apresentadas pelos cursos;
- ✓ Consolidar nossos cursos de Graduação, principalmente os novos a serem reconhecidos pelo MEC
- ✓ Criar, ao fim do quinquênio o curso de Enfermagem, Graduação, bem como, os cursos de Pós-Graduação além de centrar nossas forças na excelência de nossos cursos já oferecidos.

De acordo com o crescimento da instituição, temos nosso terreno às margens da Rodovia SP-147, aguardando futuro projeto de implantação. No centro de Mogi Mirim, a instituição adquiriu, aproximadamente, 1600m², para ampliação de suas instalações.

#### 3. Planejamento e Avaliação Institucional

O projeto de Avaliação Interna da Faculdade Santa Lúcia virá ao encontro das ações que serão desenvolvidas a posteriori pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), desde os primeiros passos da Instituição, visando buscar uma adequação do sistema acadêmico e pedagógico às propostas determinadas no PDI e nos PPCs. Isto decorre do entendimento de que a avaliação do desempenho em todas as instâncias é uma ferramenta indispensável, norteadora do processo de consolidação dos objetivos e reavaliação das propostas e adequação à realidade local de quaisquer instituições.

Tendo em vista essa meta, a IES se propõe a avaliar inclusive os mecanismos de comunicação, divulgação e informação disponíveis aos discentes, aos candidatos e à comunidade local e regional, passando por todos os segmentos acadêmicos.

As ações avaliativas serão adaptadas às condições próprias da instituição, à sua dimensão e às características da população-alvo. O resultado deverá refletir o quadro situacional presente no ensejo e orientar as medidas a serem efetuadas a partir deste.

Nenhum referencial é melhor do que a própria prática, portanto, o olhar sobre o desempenho durante toda existência da IES será fundamental para que a mesma venha a atender as necessidades locais e, simultaneamente, possa alcançar as diretrizes do governo federal para o ensino superior.

Com base no exposto acima e para alcançar o objetivo desejado, os procedimentos de avaliação interna, na Faculdade Santa Lúcia, serão abrangidos pelos processos de avaliação institucional; formas de participação da comunidade acadêmica, técnica, administrativa e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) no processo; e formas de utilização dos resultados das avaliações, conforme destacamos a seguir.

# 3.1. Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional

A atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Santa Lúcia se fundamentará nas orientações do SINAES para o desenvolvimento da sua avaliação interna, assim como nos valores e objetivos institucionais. Ao longo dos semestres se estruturará melhor e realizará suas atividades orientadas por planejamentos feitos em reuniões desenvolvidas a partir do seu calendário acadêmico, sempre com a reflexão voltada para o processo de avaliação interna da IES e a sua melhoria, por meio da

avaliação dos relatórios produzidos.

A CPA precisa entender que o processo de avaliação é sempre contínuo e passível de mudanças, as quais deverão ser desenvolvidas respeitando sua realidade institucional para a melhoria do conjunto de suas atividades.

Desse modo, a CPA realizará seu trabalho pautado pela preparação, desenvolvimento e consolidação de todas as suas ações, baseadas especificamente na sua constituição, no que diz respeito aos seus membros, no planejamento de todas as atividades concernentes ao seu papel institucional, no trabalho de sensibilização, na produção dos relatórios e divulgação dos mesmos e por fim no balanço crítico para a criação de estratégias para a superação dos problemas identificados.

Esta Comissão será um dos instrumentos que contribuirá para a melhoria na qualidade do ensino desta IES, a qual se norteará pelos seguintes princípios:

- Autonomia em relação aos órgãos de gestão acadêmica;
- Representatividade e participação efetiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada;
- Fidedignidade das informações coletadas no processo avaliativo;
- Respeito e valorização dos sujeitos e dos órgãos constituintes da IES;
- Respeito à liberdade de expressão, de pensamento e de crítica;
- Compromisso com a melhoria da qualidade da educação;
- Difusão de valores éticos e de liberdade e igualdade; e
- Pluralidade cultural e democrática.

Possuirá como finalidade principal a elaboração e desenvolvimento, junto à comunidade acadêmica, administrativa e conselhos superiores, de uma proposta de autoavaliação institucional, além de coordenar e articular os processos internos da avaliação da Faculdade Santa Lúcia de acordo com o projeto aprovado, dentro dos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A Avaliação Institucional da IES, enquanto processo, permite que a cada ano sejam identificadas fragilidades, as mesmas possam ser pensadas, discutidas, avaliadas e sanadas, com o intuito de que decisões sejam tomadas, de forma compartilhada entre coordenações de cursos, direção, pessoal técnico administrativo entre outros. Por conseguinte, o processo de Avaliação Interna ocorre da seguinte forma:

• Avaliação institucional, anualmente, envolvendo toda a comunidade

acadêmica;

- Avaliação dos professores em cada curso, semestralmente;
- Avaliação de curso (avaliação dos projetos pedagógicos de curso pelo NDE), conforme a necessidade;
- Avaliação de desempenho, anualmente, envolvendo todos os funcionários da IES.

Já o processo de Avaliação Externa acerca da IES envolve duas etapas, que são:

- Das avaliações externas mediante Comissões in loco, e
- Dos resultados de Indicadores de Qualidade; assim detalhado:
- Das avaliações externas mediante Comissões in loco: os atos regulatórios do MEC ocorrem com referencias às seguintes etapas:
  - a) Recredenciamento da IES: o último Conceito Institucional (CI) da IES corresponde ao ano de 2009, com conceito 3;
  - b) Autorização de cursos de graduação, autorizados conforme abaixo:

1352659	Engenharia da Computação	Autorizado pela Portaria n. 565, de 27/09/2016. Publicado no D.O.U. em 28/09/2016.
1352535	Engenharia da Produção	Autorizado pela Portaria n. 563, de 27/09/2016, publicada no D.O.U. em 28/09/2016.
1352104	Psicologia	Autorizado pela Portaria 768, de 29/10/2018. Publicado em 30/10/2018 D.O.U.

- 2) Dos Resultados dos Indicadores de Qualidade: os indicadores de qualidade correspondem a três instrumentos, do período de 2009 a 2019, que são:
  - a) Indice Geral de Cursos (IGC),
  - b) Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), e
  - c) Conceito Preliminar de Curso (CPC)

Nos últimos anos, a instituição se manteve no grupo de conceitos satisfatórios, nos anos em que seus cursos foram avaliados (CPC), observa-se a manutenção do parâmetro esperado de qualidade do MEC pautado nas ações institucionais de melhoria da gestão e da oferta de seus cursos e atividades educacionais.

d) Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), os cursos oferecidos pela IES mantêm conceitos satisfatórios, atingido assim a qualidade mínima esperada pelo MEC.

Neste âmbito, as avaliações: Interna e Externa servem para a IES como instrumentos de autoconhecimento e autoaprendizagem, pois permitem a mesma direcionar suas atividades acadêmico-administrativas para a melhoria da qualidade dos

serviços ofertados aos seus alunos e comunidade em geral.

Observaremos adiante as principais ações a serem tomadas no presente quinquênio, e a compilação das avaliações realizadas entre 2016-2020.

Portanto, a avaliação na IES a cada ano que passa ajuda a instituição a repensar sua caminhada enquanto instituição comprometida com a Educação Superior na região de Mogi Mirim, estado de São Paulo. Para que isto aconteça, a Autoavaliação Institucional se apresenta como base para a realização do processo avaliativo e de melhoria de ações acadêmico-administrativas.

#### 3.2. Processo de autoavaliação institucional

A autoavaliação institucional deve ser entendida como um processo mediante o qual a Instituição, com a participação de todos os seus segmentos, se analisa internamente, objetivando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, assim como as suas realizações, o modo como se organiza e atua. É um processo contínuo que objetiva a identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos da Instituição, para que os mesmos subsidiem os planos institucionais de curto e médio prazos e, com isso, produzir mudanças que resultem em melhorias efetivas.

A fim de se efetivar aperfeiçoamentos institucionais, os relatórios de autoavaliação anuais deverão ser encarados por toda a comunidade do IES, principalmente por sua gestão, como sendo um instrumento que possibilita as seguintes ações:

- a produção de conhecimentos, pondo em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pelo IES;
- a identificação das causas dos problemas e deficiências das ações empreendidas;
- o aumento da consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- o fortalecimento das relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- a efetivação e o fortalecimento da vinculação da Instituição com a comunidade interna;
- o julgamento da relevância científica e social de suas atividades e produtos;
- a prestação de contas à sociedade das ações acadêmicas e sociais; e
- a identificação das fragilidades e das potencialidades da IES, conforme as dimensões previstas em lei.

A CPA utilizará todos os canais de comunicação da IES, apresentando seus resultados, parciais ou totais, à comunidade acadêmica. A agência de publicidade se encarregará do layout das peças a serem apresentadas para toda comunidade. Dentre os canais anteriormente citados, temos:

- Murais de avisos da Faculdade;
- Áreas exclusivas (web) de discentes e docentes;
- Redes sociais, quando assim couber expor as informações;
- Disparo de mensagens, geradas automaticamente pelo sistema, para alunos e professores; e
- Portal da Faculdade na web (www.santalucia.br)

#### 3.3. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica

A CPA será responsável pela condução do processo de autoavaliação institucional e de cursos/programas de educação superior, cabendo também acompanhar a implementação dos projetos pedagógicos dos cursos, da infraestrutura e da estruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES.

Na sua composição, a CPA contará com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, e também, da sociedade civil organizada. Além de representarem os segmentos da Faculdade Santa Lúcia no desenvolvimento da autoavaliação, as comunidades atuarão diretamente, como atores do processo, tendo o papel fundamental de emitir conceitos e avaliar. Não é permitida a composição que privilegie a maioria absoluta de algum segmento, TODOS DEVEM TER VOZ E GARANTIA DE REPRESENTATIVIDADE.

Além disso, os grupos de trabalho, quando constituídos para estudarem problemas específicos no contexto da avaliação, contarão também, sempre que possível, com a participação de representantes dos segmentos diretamente envolvidos.

# 3.4. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados

Os resultados são divulgados de forma analítica, tomando-se o cuidado para que sejam apropriados para cada segmento da sociedade que o analisará. A CPA sempre divulgará resultados gerais, salientando os pontos fortes e fracos da IES no que tange a sua estrutura, cursos e serviços prestados.

As avaliações que envolvam diretamente professores e colaboradores serão apresentadas de forma particular a cada sujeito interessado, não será dada publicidade

a avaliações que de algum modo possam constranger pessoas.

- Questionário socioeconômico: apresentaremos quadro geral do aluno ingressante na IES;
- Infraestrutura: será apresentada pormenorizadamente a avaliação feita pela comunidade;
- Questionários que avaliam: docentes, discentes, direção e coordenação: serão apresentados particularmente aos interessados. Ao publico será apresentada a impressão geral do item, sem expor quaisquer pessoas que foram avaliadas;
- Questionários que avaliem cursos e programas: serão apresentados na íntegra, com seus pontos fortes e fracos, para conhecimento da comunidade em geral.
- As avaliações externas serão publicadas na integra nos murais e portais da IES, todo relatório gerado pelas Avaliações In Loco, e demais documentos emanados por órgãos competentes terão divulgação plena.

#### 3.5. Relatórios de autoavaliação

Os relatórios estão de acordo com a previsão de postagem no eMEC, a soma dos relatórios do ultimo quinquênio dão suporte ao presente PDI e balizam nossas ações futuras, estabelecendo nossas Metas Institucionais para o quinquênio 2022-2026

#### 4. Desenvolvimento Institucional

#### 4.1. Missão, objetivos, metas e valores institucionais.

Ao respondermos à pergunta: **por que existimos**? Estamos definindo a missão da instituição; ela é a sua razão de ser, e deve refletir os motivos pelos quais a instituição foi criada e é mantida. Ao ser formulada, a **missão** deve permear o dia a dia de todas as atividades da instituição. Sendo assim, nossa missão é:

"Atuar na região como um agente permanente de mudanças, no processo de formação integral do indivíduo, investindo no desenvolvimento profissional e pessoal de seus alunos, professores e colaboradores".

Podem-se definir **valores** como sendo o conjunto de crenças e princípios que orientam as atividades e operações da instituição e, certamente, influenciam o comportamento geral de seus membros. Temos como valores:

"Liberdade, Responsabilidade, Justiça, Ética, Cidadania, Educação e Respeito, Integração, Parceria, Criatividade e Pluralidade".

Quando se pensa no futuro da instituição, idealiza-se onde queremos chegar, delineia-se nossa **visão de futuro**. Essa visão, que direciona os rumos da instituição, consiste em:

"Ser reconhecida como referencial de excelência no ensino, por seus membros e pela sociedade em geral".

A partir dessa visão que expressa a meta maior da instituição, são definidos indicadores que irão sinalizar, mediante avaliação, controle e acompanhamento, se a direção está correta e quais ações corretivas devem ser aplicadas.

#### 4.1.1. METAS INSTITUCIONAIS

Recredenciar e Reconhecer os cursos já existentes na IES, conforme cronograma estabelecido pelo Ministério da Educação. Todas as ações propostas serão desenvolvidas no período entre 2022 a 2026.

Além do evidenciado acima e com base nos resultados apresentados nas avaliações, interna e externa no quinquênio anterior, a IES tem como metas:

DIMENSÃO I				Cronograma (Vigência PDI)			
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
Consolidar a missão institucional e os documentos de referência MEC/INEP e demais instituições	Capacitar os	Divulgar a ideologia corporativa da Faculdade Santa Lúcia sua missão, visão e valores	X				
	colaboradores para o exercício de suas atividades atendendo às políticas institucionais da Faculdade Santa Lúcia e aos documentos de referência do MEC/INE e demais instituições	Divulgar as Políticas Institucionais descritas no PPI/PDI evidenciando sua aplicação, entre outros, nos projetos de Ensino, iniciação científica e Extensão, no atendimento ao discente, na contratação, qualificação e avaliação docente, na gestão da Faculdade Santa Lúcia, no relacionamento com a comunidade.	X	X	X		
reguladoras demais instituições reguladoras.		Analisar/estudar e divulgar os documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES e CONAES para a gestão da Faculdade Santa Lúcia.	X	X	X	X	X
		Definir orçamento comprometido com as meta e cronograma do PDI;	Х	X	X	Х	x
Implementar o	Utilizar o PDI como documento de referência	Avaliar sistematicamente o cumprimento das Metas e Ações previstas no PDI.	Х	X	Х	Х	Х
PDI/PPI	para as ações institucionais.	Instituir e manter Programa de Gerenciamento por meio de Indicadores Chave de Processos	Х	X	Х	Х	Х
		Elaborar relatórios semestrais de monitoramento	Х	X	X	Х	x

DIMENSÃO II				Cronograma (Vigência PDI)			
OBJETIVO	META	Ações	1	2	3	4	5
Capacitar gestores dos cursos, corpo docente e corpo técnico administrativo para atuação, em consonância com os documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES, CONAES e com as Políticas Institucionais da FACULDADE SANTA LÚCIA.	Gestores do curso, corpo docente e técnico administrativo atuando em conformidade com os documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES, CONAES e com as Política Institucionais da INSTITUIÇÃO.	Divulgar e debater as concepções filosóficas e as Políticas Institucionais da FACULDADE SANTA LÚCIA explicitadas no PPI orientando sua aplicação em todas as atividades da instituição e em especial nos cursos de graduação;	Х	Х	х	Х	Х
		Atualizar o Projeto Pedagógico do Curso - PPC visando uma organização curricular que apresente plena coerência com as Políticas de Ensino, pesquisa e extensão da FACULDADE SANTA LÚCIA, com os objetivos de curso, com o perfil do egresso definido nas DCN e com os indicadores de qualidade definidos nos instrumentos de Avaliação de Curso;	X	×	×	×	×
		Estruturar os Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs para atuarem em conformidade com o que estabelece a Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010;	Х	Х	Х	Х	Х

•	1		1				
		Fortalecer o programa de formação continuada para a capacitação de coordenadores de curso, NDEs, docentes e técnico – administrativos para a atuação fundamentada nas resoluções do CNE e do CONAES, nas orientações do SINAES e nas Política Institucionais da FACULDADE SANTA LÚCIA;	х	X	X	x	x
		Estruturar o Setor de Gestão Pedagógica a afim de alinhar as ações deste às demandas emanadas dos órgão reguladores e também do processo Ensino aprendizagem coordenadores de curso, NDEs, docentes e técnico – administrativos para a atuação fundamentada nas resoluções do CNE e do CONAES, nas orientações do SINAES e nas Política Institucionais da FACULDADE SANTA LÚCIA	x	×	×	×	×
Manter atualizado os PPCs	PPCs coerentes com a Missão da Instituição, com as políticas institucionais definidas no PPI e com as orientações do CNE e MEC/INEP.	Revisar os PPCs visando uma organização curricular que apresente plena coerência com os a Políticas Institucionais da FACULDADE SANTA LÚCIA, com os objetivos de curso, com o perfil do egresso definido nas DCN e com os indicadores de qualidade definidos nos instrumentos de Avaliação de Curso;	х	x	x	x	X
Implantar a cultura da Avaliação Sistêmica do PPC	PPCs dos cursos atualizados conforme os padrões de qualidade definidos pelo MEC/INEP	Avaliar sistematicamente o PPC por meio do Colegiado de curso e do NDE, no que se refere ao conteúdo, metodologia, infraestrutura disponível, acervo e formas de avaliação. Definir ações decorrente dos resultados obtidos nas avaliações	х	x	x	x	х
Promover a formação do aluno numa visão generalista e e de la companio del companio de la companio de la companio de la companio del companio de la companio	Atividades acadêmicas planejadas e executadas de forma interdisciplinar,	Implementar atividades interdisciplinares como: projetos integradores, trabalhos de campo, visitas técnicas, seminários de natureza interdisciplinar, estudo de caso e outros;		х	х	х	х
fragmentação do conhecimento	superando a fragmentação do conhecimento.	Implementar sistema de avaliação integrador de desempenho dos alunos que abranja o conjunto de conteúdos trabalhados até o momento da avaliação.				X	x
Incentivar a educação	Aumentar a participação de alunos e egressos em programas de	Realizar Seminários, Encontros, Congressos, Semana Científica, Palestras e Debates como instrumento de conscientização para a Educação Continuada fomentando o desejo e a necessidade de continuidade dos estudos		х	х	х	х
continuada	Educação Continuada	Incentivar a participação em Projetos de Iniciação Científica e de Extensão por meio das Atividades complementares e de Programa de Bolsa de Iniciação Científica e de Extensão;  Ofertar cursos de Pós-graduação			x	x	X
Definir as Atividades	Dar ao componente	articulados com os cursos de graduação existentes.  Incentivar a realização projetos de		х	X	Х	X
Complementares como relevantes no processo	curricular Atividades	iniciação científica e extensão (Programa de Bolsas);		х	х	Х	Х

de formação do aluno	mesma relevância para a formação que as disciplinas, o estágio e	Explicitar no PPC o compromisso das atividades complementares na formação dos alunos;	х	х	х	х	X
	os trabalhos de conclusão de curso	Incentivar a participação de alunos em Encontros, Conferências e Congressos;	х	х	х	х	Х
	configurando-a como espaço para a formação diferenciada e flexibilidade curricular	Incentivar a participação de alunos em atividades de prática profissional extracurricular	x	х	Х	х	x
		Incentivar a participação de alunos na Monitoria;	х	х	х	х	Х
		Incentivar a prática de estudos independentes.	х	х	х	х	Х
Diminuir a evasão de alunos pelo baixo desempenho	Manter ações de nivelamento.	Acompanhar o desempenho dos alunos em cada avaliação cuidando para a execução das atividades de Nivelamento, se possível, ainda durante o processo de ensino aprendizagem.	x	x	x	x	х
acadêmico		Manter programa de monitoria para apoio a ações de nivelamento.	х	х	х	x	х
Compatibilizar a oferta De cursos com o aproveitamento de	Adequação do portfólio de Cursos de graduação, atualmente em oferta, para fortalecer as áreas com maior demanda e a infraestrutura instalada	Fazer análise de demanda para todos os cursos em oferta na FACULDADE SANTA LÚCIA;	x	x	x	x	х
recursos existentes, a infraestrutura instalada A viabilidade e	Prospectar, sempre que possível, novos cursos de graduação para atender à	Reestruturar, se necessário, o portfolio de cursos.	х	х	х	х	x
estabilidade financeira e as novas demandas do mercado	demandas de capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico e social da região onde a Instituição se encontra inserida.	Realizar estudos prospectivos e análise de cenários para garantir a oferta e execução dos novos cursos, e em consequência: a) Elaborar os Projetos Pedagógicos; b) Capacitar docentes para atuar nos novos cursos; c) Implantar infraestrutura em consonância com os referenciais de qualidade e as necessidades do curso.	х	x	x	x	X
Contribuir para a	Oferta de cursos de pós-graduação "Lato Sensu", por área de conhecimento relativa aos cursos de	Realizar estudos prospectivos das necessidades de qualificação das empresa da região para consolidação de parceria e oferta de curso de pós - graduação lato sensu.		х	x	x	x
qualificação de recursos humanos através da oferta de cursos dentro do Programa de	graduação da FACULDADE SANTA LÚCIA conforme pesquisa de mercado e demanda.	Elaborar os Projetos pedagógicos de cursos de pós-graduação "Lato Sensu" atendendo ao que estabelece a legislação vigente.		×	x	×	X
Educação Continuada.	Gestão integrada dos procedimentos acadêmicos da Pósgraduação	Modernizar e integrar o sistema de registro acadêmico, para melhorar o processo de gestão e acompanhamento da Pós – Graduação.		x	×	x	Х
Promover a participação efetiva de docentes e discentes da FACULDADE SANTA LÚCIA no	Integrar de forma efetiva participação de alunos e docentes em projetos de pesquisa/iniciação	Desenvolver projetos de iniciação científica voltados (sempre que possível) para o estudo resolução de problemas e demandas da região de influência da Instituição.		×	×	×	x
desenvolvimento de projetos de pesquisa/iniciação científica voltados, (sempre que possível)	científica como fundamento do processo de formação dos alunos.	Estimular a participação de alunos e docentes em Encontros, conferências, congressos para apresentação de trabalho desenvolvidos nos cursos de graduação e pós-graduação FACULDADE SANTA		x	x	x	X

para o estudo e	1	LÚCIA.					
resolução de problemas da região de influência da Instituição.							
		Criar e manter em operação no Portal da FACULDADE SANTA LÚCIA, um espaço para divulgar a produção do conhecimento na FACULDADE SANTA LÚCIA, Disponibilizar estas informações periodicamente para a imprensa local, regional e nacional		x	x	x	х
		Firmar parcerias ou convênios com Empresas que apresentem contrapartida financeira para viabilizar a realização de projetos de pesquisa.		x	x	x	х
		Manter Programa de Bolsa de Pesquisa/Iniciação Científica.		х	х	х	Х
Promover a participação da IES no desenvolvimento de	Patrimônio Cultural da região de CIDADE;	Colocar à disposição de instituições artísticas culturais os meios disponíveis na FACULDADE SANTA LÚCIA para realização de ações de desenvolvimento cultural e artístico.	х	х	Х	X	х
projetos artísticos e culturais	regiao de CIDADE,	Definir como relevante a participação de docentes e discentes em atividades culturais e artísticas associadas aos cursos de graduação.		х	Х	Х	х
Promover a democratização do Conhecimento acadêmico		Definir as atividades de extensão como relevantes nos projetos pedagógicos do curso.	х	х	x	х	x
e a participação efetiva da INSTITUIÇÃO na comunidade através		Conscientizar os alunos sobre a creditação da extensão nos cursos de graduação.	x	х	Х	х	х
de Projetos/Atividades de Extensão preferencialmente de cunho interdisciplinar e	Consolidar e ampliar as	Realizar fóruns periódicos com a sociedade civil, discutindo temáticas específicas, tais como violência, educação, saúde, inclusão social, emprego.		×	x	x	х
que propiciem uma visão integrada da realidade social; 2) Atender, sempre que possível e dentro da capacidade implantada, as demandas sociais da região de inserção da instituição articuladas com as políticas e prioridades institucionais.	atividades de extensão e ação comunitária	Fomentar parcerias com os poderes públicos, organizações e instituições comunitárias, associativas e privadas que viabilizem sinergias para atividades conjuntas em benefício dos vários segmentos da sociedade.	×	×	×	×	x

	DIME	NSÃO III			nogr		
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
	Objetos de pesquisa/iniciação científica focados nas	Desenvolver atividades de extensão direcionadas para o atendimento de demandas de instituições de cunho social.	х	x	x	х	х
	demandas econômicas, tecnológicas e sociais da região de Inserção da IES	Realizar atividades de Extensão, através de parceria, voltadas para a defesa do Meio Ambiente.	x	х	х	x	x
	Defesa do Meio Ambiente e a sustentabilidade econômica – ambiental	Estruturar os PPCs com inclusão na organização curricular de estratégias relativas à Educação Ambiental, Educação para os Direitos Humanos e História e Cultura Afrobrasileira e Indígena.	x	х	x	x	Х
	como premissas na formação dos alunos e nas ações de pesquisa/iniciação	Implantar programas voltados à preservação do meio ambiente, no âmbito da IES.	х	х	х	x	Х
Manter ações	científica e extensão						Χ
de responsabilidade	configurando-as de forma mais direta						Χ
social nos seguintes campos:  Desenvolvimento Econômico e Social da região de inserção da FACULDADE SANTA LÚCIA;  Defesa do meio Ambiente e Educação Ambiental;  Inclusão Social e Educação em Direitos Humanos;  Defesa da Memória Cultural e Patrimônio Cultural; e,  Igualdade étnico-racial.	possível no PPC e nas diversas ações institucionais da IES  Auxílio efetivo na preservação da Memória Cultural e do Patrimônio Cultural da região colocando a IES como referência local;  Atendimento ao disposto na Lei N° 11.645 de 10.03.2008 e na Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004) com a inclusão da Temática da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas disciplinas e atividades curriculares do curso;  Atendimento ao disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 com integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente;  Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme o disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012;  Atendimento ao disposto	Realizar atividades de Iniciação Científica voltadas para o estudo de problemas de interesse econômico e social e defesa do Meio Ambiente.	x	х	x	x	x
	na Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Educação em Direitos Humanos.						

	DIME	NSÃO IV	Cronograma (Vigência PD				
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
		Implantar estrutura de marketing institucional.	х	х	х	х	Х
Fortalecer a marca FACULDADE SANTA LÚCIA e consolidar sua imagem como instituição	Marca da FACULDADE SANTA LÚCIA reconhecida em 1º lugar como instituição de ensino superior na	Promover atividades de relações públicas que projetem a IES com a criação de canais oficiais de relacionamento.	x	x	x	x	x
comunitária de referência em sua área de abrangência.	região.	Realizar permanente monitoramento da imagem institucional junto aos principais organismos governamentais, comunidade acadêmica interna e externa e setores produtivos de sua area de atuação.	x	x x x	X		
	Ações institucionais socializadas propiciando à comunidade interna o conhecimento e a participação nas atividades desenvolvidas na FACULDADE SANTA LÚCIA	Disponibilizar no site institucional e em espaços públicos da IES a) Projetos de Iniciação científica; b) Projetos de pesquisa; c) Projetos de extensão; d) Encontros, conferências, congressos e palestras; e) Programas de Monitoria e Nivelamento; f) Bolsas acadêmicas de monitoria, de pesquisa e extensão; g) Acordos e convênios firmados; h) Resultados das avaliações internas e externas; i) Produção científica dos docentes e discentes; j) Participação de docentes e discentes em eventos científicos; k) Relatórios da CPA; l) Resultados das Avaliações Externas: Comissões de especialista, ENADE, etc.	x	x	x	х	×
Ampliar a comunicação da IES com a comunidade interna	Conjunto de normas externas que regulamentam as instituições de ensino superior socializadas para toda a comunidade.	Disponibilizar no site institucional os seguintes documentos: a) Resoluções do Conselho Nacional de Educação; b) Portarias do MEC e do INEP incluindo: Instrumento de Avaliação de cursos e Instrumento de Avaliação Institucional; Diretrizes do ENADE; c) Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso – DCN.	x	x	х	x	X
	Socializar o conhecimento do conjunto de normas internas que regulamentam as ações da IES	Disponibilizar no site institucional e/ou em espaços públicos da IES os seguintes documentos: a) Identidade corporativa; b) Políticas Institucionais da FACULDADE SANTA LÚCIA; d) Guia Acadêmico; e) Manual do Candidato ao Processo Seletivo; f) Síntese dos PPCs (Objetivo do curso, Perfil do Egresso, organização curricular, corpo docente, infraestrutura) do curso oferecidos; g) Formação e a experiência profissional do corpo docente; h) Produção científica dos docentes e discentes; i) Resoluções dos órgãos colegiados; j) Resoluções da mantenedora	х	x	x	х	x
Ampliação da comunicação da		Ampliar as ações da Ouvidoria.	Х	Х	Х	Х	X
FACULDADE SANTA LÚCIA com a comunidade externa	Melhoria do processo de comunicação e das relações da IES com a comunidade da região.	Manter site institucional atualizado e disponível para a comunidade externa em todos os itens pertinentes definidos para a comunidade interna.	x	x	x	x	x

	DIME	INSÃO V		Cror /igê			
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
Atender às Políticas de Contratação de Corpo Docente, de Avaliação de Desempenho e aos indicadores de qualidade definidos nos Instrumentos de referência do MEC	Corpo docente com Titulação e Regime de Trabalho adequados aos referenciais de qualidade previstos nos instrumentos de referência MEC/INEP.	Divulgar os mecanismos/editais para seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente.	x	×	x	x	×
		Orientar pedagogicamente o corpo docente na elaboração de objetos de estudo centrados na aprendizagem.	х	x	×	x	X
Aprimorar a qualificação docente e avaliar	Corpo docente capacitado e atuante no processo de ensino – aprendizagem dentro	Apoiar/orientar os docentes na construção dos planos de ensino aprendizagem e estratégias metodológica de ensino e de avaliação centrados na aprendizagem.	x	x	х	x	Х
desempenho nas atividades de ensino- aprendizagem	das premissas definidas na Lei 9394/96 e consagradas nas DCN de cada curso;	Avaliar o corpo docente de cada curso quanto à titulação, experiência profissional, integração aos objetivos do curso e perspectiva de qualificação.	х	х	х	х	Х
		Incentivar a participação de Docentes em Programas de Mestrado e Doutorado aprovados pelas CAPES.	х	х	х	х	Х
Estimular a produção docente definindo indicadores de	Plano de Carreira Docente que atenda às necessidades e às peculiaridades da INSTITUIÇÃO - Missão,	Estruturar instrumento de avaliação docente envolvendo como critério a construção dos planos de ensino, o desempenho em sala de aula e os resultados de aprendizagem observados no ENADE.	х	x	x	x	Х
progressão compatíveis com os objetivos institucionais da INSTITUIÇÃO	visão e valores institucionais.	Dar maior publicidade ao Plano de Carreira e os critérios de progressão docente	x	x	x	x	
Atender às Políticas institucionais de Contratação e de Avaliação do Corpo Técnico – administrativo	Programa Institucional da Contratação e de Capacitação de Recursos Humanos adequado às necessidades da FACULDADE SANTA LÚCIA. Corpo técnico Administrativo qualificado para as atividades administrativas e acadêmicas da FACULDADE SANTA LÚCIA	Divulgar o Plano de Carreira específico para o corpo técnico- administrativo.	x	x	x	x	X

	DIMEN	ISÃO VI		Cror /igê			
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5
Atender às Políticas de Gestão da IES	Gestão colegiada com representação do corpo	Apoiar a livre organização e a escolha dos representantes dos diversos segmentos da Instituição.	х	x	х	х	x
Manter os órgãos colegiados e de apoio atuantes e	social da Instituição;Órgãos colegiados qualificados para a atuação em	Socializar no âmbito dos órgãos colegiados as normas e resoluções baixadas pelo CNE/CES, CONAES, MEC/INEP.	х	х	x	x	x
com a representatividade exigida no	acordo com os documentos institucionais de referência e as normas e resoluções do CNE/CES	Estudo e reformulação do Regimento da IES, bem como, divulgar as atribuições dos órgãos colegiados.		X			
Regimento da IES e seus regulamentos.		Divulgar no âmbito dos órgãos colegiados as Políticas Institucionais de referência da IES.	х	х	х	х	x
Promover a melhoria da qualidade do processo administrativo, nas diversas	6	Desenvolver modelos administrativos de gestão com padronização de fluxos e processos, observando o conceito de clientes internos e externos, tendo o aluno como foco principal		х	х		
áreas de atuação da instituição, por meio da análise dos fluxos administrativos, da melhoria do sistema de informação, da	Gestão otimizada com a utilização do PDI - Plano de Metas e Ações como referência para a ação e a avaliação institucional.	Implantar uma política de Planejamento Institucional, voltada para a execução e acompanhamento do Planejamento estratégico e Tático-operacional como ferramenta de gestão.		х	х		
qualificação do sistema de gestão documental, da capacitação profissional e da modernização da estrutura organizacional		Desencadear um processo de organização de todos os setores da IES visando à racionalização e a construção coletiva do organograma.		x	х		

	DIMENSÃO VII					Cronograma (Vigência PDI)					
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5				
Manter infraestrutura	Acesso de pessoas com deficiência a todas as instalações e serviços da IES plenamente facilitado;		x								
física capaz de atender às necessidades definidas nos PPCs, dando especial atenção às pessoas com necessidades	Manter atendimento às exigências legais para infraestrutura	Manter o atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente e acompanhar as ações dos responsáveis pela conservação e manutenção predial;	х	x	x	x	х				
especiais .		Manter o Relatório de Adequação Bibliográfica, referendado pelo NDE.	х								
		Manter e ampliar convênios que visem a atualização do parque de software da FACULDADE SANTA LÚCIA.	x	x	x	x	х				

	DIME	NSÃO VIII	Cronograma (Vigência PDI)					
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5	
Manter		Registrar, as ações desenvolvidas em consonância com o PDI, avaliando a execução e os indicadores alcançados.	х	x	x	x	х	
processo de Gestão por Resultado focado nos indicadores de qualidade definido pelo MEC e nas	Cultura do Planejamento, Acompanhamento da Execução e Avaliação das Metas e Ações previstas no PDI implantadas na FACULDADE SANTA	Manter a infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA	x					
metas estratégicas da FACULDADE SANTA LÚCIA.  LÚCIA em todos os setores acadêmicos e administrativos.	Utilizar os resultados da auto avaliação institucional, os pareceres de comissões externas e os resultados de desempenho dos estudantes em avaliações externas como referência para a gestão institucional e de cursos.	х	×	×	x	X		
		Dotar a CPA de recursos necessários para a coordenação e realização das atividades de Avaliação Institucional	х	х				
Consolidar o processo de Avaliação Institucional em	Avaliação institucionalizada	Garantir que o processo de avaliação Institucional seja norteador do Planejamento e das ações institucionais, administrativas e pedagógicas.						
articulação com o SINAES.		Consolidar o processo de avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação,	х	х	x	х	Х	
		Acompanhar os sistemas de avaliação de egressos	х	x	x	х	Х	

	DIMENSÃO IX					Cronograma (Vigência PDI)							
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5						
Oferecer ao		Manter programa de Bolsas Acadêmicas.	Х	х	Х	х	х						
corpo Discente condições necessárias ao melhor desenvolvimento Possível dos estudos envolvendo,	continuar os estudos, de locordo com as normas e disponibilidade nanceira da IES;	Manter Programa de Financiamento de Crédito próprio, nosso FESLU.	x	x	x	x	х						
a) Nivelamento durante o processo;	Estudantes com baixo rendimento acadêmico com apoio em ações de nivelamento; Participação de	Implantar atividades de nivelamento com a intervenção de professores e alunos monitores.	x	x	x	x	x						
b) Apoio psicopedagógico;	egressos nas atividades de avaliação de curso; Propiciar aos egressos a continuação dos estudos	Criar mecanismos para reduzir a taxa de evasão.	х	x									
c) Oportunidade de participação na gestão institucional através de	Programa de Educação Continuada; Atendimento psicopedagógico facilitado.	Acompanhar os egressos e criar novas ações que visem conhecer a opinião dos mesmos sobre a formação profissional recebida e saber o índice de ocupação no mercado de trabalho	х	х	x	х	х						
representação em órgãos		Manter o atendimento do NAPP (Núcleo de apoio Psicológico e Psicopedagógico)	х										

colegiados;				
d) Participação dos egressos nas atividades de avaliação do PPC;				
e) Recursos de informática disponíveis para pesquisas e estudos;				
f) Programa de Bolsas Acadêmicas;				
g) Propiciar Formação continuada para egressos;				

DIMENSÃO X					Cronograma (Vigência PDI)						
OBJETIVO	META	AÇÕES	1	2	3	4	5				
Aprimorar o processo de Gestão econômica e financeira, financeiros por centro de custo e atualizados mensalmente;	Manter o planejamento orçamentário como instrumento de gestão associado às Metas institucionais definidas.	x	х	х	х	х					
	Diversificar, estimular e viabilizar outras fontes de receita.		x	x	х	х					
	sustentabilidade e os investimentos previstos; Indicadores financeiros	Realizar estudos de viabilidade para a criação de novos cursos ou do curso já implantados, considerando a realidade política, econômica social da instituição e da região.					X				
	Regulamentar a prestação de serviços visando potencializar as condições de captação de recursos	х	х	х	x	х					
		Criar mecanismos para reduzir a taxa média de inadimplência.	х	х							

## 4.1.2. AÇÕES INSTITUCIONAIS

Para o cumprimento dessas metas, em harmonia com sua missão e objetivos institucionais, a Faculdade Santa Lúcia, adotará as seguintes ações institucionais, a serem detalhadas em cada função acadêmica específica implementada pela coordenação dos cursos, sob a supervisão da Direção, com avaliação periódica:

Promover a melhoria contínua dos cursos oferecidos à comunidade, mediante:

a. Seleção de professores privilegiando a formação pós-graduada, da mais elevada para o menor nível (doutorado-mestrado-especialização), aliada à

experiência docente, à experiência profissional no campo da disciplina e à produção intelectual e científica.

- b. Capacitação docente permanente,
- c. Manutenção e publicidade do plano de carreira docente, para retenção dos professores inovadores, criadores e participativos.
- d. Atualização periódica dos projetos pedagógicos dos cursos e das metodologias de avaliação e de ensino/aprendizagem.
- e. Atualização e ampliação contínua do acervo bibliográfico e das bases de dados.
- f. Investimento em tecnologia da informação, com ampliação para uso sistemático das redes, especialmente a Internet.
- g. Atualização tecnológica dos equipamentos e programas de informática e da tecnologia educacional.
- h. Ampliação e melhoria progressiva da infraestrutura física e operacional. Implementação de cursos de pós-graduação, em nível de especialização, com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino de graduação.

Estimular e apoiar as práticas investigativas, mediante:

- a. Treinamento de docentes e discentes.
- b. Inclusão de professores-pesquisadores em regime de Tempo Integral.
- c. Implementação do plano de iniciação científica, com a concessão de bolsas a alunos vocacionados para essa função.
- d. Busca de fontes alternativas de financiamento para a pesquisa e a iniciação científica.

Promover a extensão, sob a forma de cursos e serviços, mediante:

- a. Designação de professores para essas funções, especialmente para a orientação aos discentes.
- b. Treinamento discente.
- c. Implementação do programa de monitoria.
- d. Busca de fontes de financiamento para o desenvolvimento dessa função, especialmente, a assinatura de convênios ou contratos com empresas da região ou com órgãos públicos (estaduais e/ou municipais).

Promover a capacitação contínua dos gestores educacionais, mediante:

- a. Oferta de cursos e programas de pós-graduação, com ênfase para os voltados para as funções administrativas, registro e controle acadêmicos, legislação educacional, organização e planejamento de ensino (projetos pedagógicos), sistemas de informação e relações interpessoais.
- b. Realização de seminários, painéis, simpósios e eventos similares, com a participação dos gestores da Faculdade, em todos os níveis hierárquicos, para troca de experiências e abordagens de problemas e soluções para o desenvolvimento das funções gerenciais.
- c. Institucionalização da avaliação, como instrumento de gestão, na busca da melhoria contínua dos serviços educacionais prestados pela Faculdade.

# 4.2. PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação.

## 4.2.1. DIMENSÕES

Tendo em vista o referencial teórico do projeto acadêmico da Instituição, em seus enfoques contextual, conceitual e operacional, e a concepção de Graduação resumidamente aqui indicada, destacam-se alguns de seus princípios norteadores:

- Do geral para o particular: facilitando ao acadêmico ter sempre uma visão global do curso e da profissão, norteando seus passos e situandoo adequadamente em cada pormenor de sua formação;
- Do concreto para o abstrato: situando a teoria numa perspectiva de realidade concreta, de forma que o acadêmico realize sua análise e elabore sua síntese, ou seja, sua visão abstrata;
- Do sensível para o racional: elucidando que Educação é arte e arte é forma de conhecimento, já que "nada existe no intelecto que antes não tenha passado pelos sentidos";
- Do empírico para o científico: orientando o acadêmico a construir sua formação teórico-científica de educador especialista, a partir de suas experiências pessoais anteriores;
- Do lúdico para o formalizado: facilitando ao acadêmico obter condições de formalizar conhecimentos a partir de um ambiente harmonioso com

liberdade para criar, de diálogo intersubjetivo, de consenso compartilhado;

- Do qualitativo para o quantitativo: desenvolvendo no acadêmico uma percepção ajuizada para reconhecer a natureza do fenômeno estudado, captando suas qualidades, suas relações internas e externas para depois partir, então, para a quantificação;
- Do desempenho para a competência: associando teoria e prática, de forma que nosso diploma fornecido possa "realmente" traduzir-se em competência profissional.

## 4.2.2. ARTICULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI E PDI

A Faculdade Santa Lúcia pretende demonstrar claramente articulação entre projetos, através das seguintes atividades:

- Formar Bacharéis
- Ser reconhecida como uma instituição de elevado padrão de excelência no desenvolvimento de suas atividades de ensino e pesquisa nas áreas de sua competência na modalidade presencial.
- Procurar atender as demandas de profissionais decorrentes das transformações ocorridas nos cenários nacional e internacional, em atendimento às necessidades crescentes, diversificadas e exigentes das organizações.
- Promover um esforço contínuo de inovação e aprimoramento de suas atividades no sentido de obter saltos qualitativos, com ênfase em novas tecnologias e formas alternativas de ensino, que permitam a construção de um processo de aprendizado dinâmico e estruturado.
- Adotar um estilo altamente profissional no gerenciamento de suas atividades, com objetivo de promover ações que contribuam de maneira significativa para a consecução dos objetivos da Faculdade Santa Lúcia.

A Faculdade Santa Lúcia visa à formação de um profissional que tenha uma visão sistêmica de seu campo de atuação, com formação generalista e conhecimento eclético, que permita sua rápida adaptação às condições impostas pelo mercado; que possua espírito empreendedor, capaz de vislumbrar novas oportunidades ou nichos ainda não explorados e que tenha sensibilidade e consciência crítica para com as questões sociais. A instituição se propõe a ser referência na qualidade do ensino e da

extensão, promovendo formação integral do cidadão e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

Para realização destes objetivos, a Instituição deve:

- Centrar seus interesses no aluno;
- Oferecer formação continuada;
- Incentivar a extensão e a pós-graduação;
- Promover a excelência e a qualidade de seus serviços.
- Promover atividades de Políticas Afirmativas.
- Promover a inclusão.

A Instituição ao implantar os Cursos Superiores tem como atividade precípua:

- Desenvolver e disseminar conhecimentos, no âmbito das organizações privadas e públicas, que possibilitem o pleno desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e sustentável.
- Aprimorar a excelência na qualidade de ensino e produção científica de forma a estabelecer um referencial comparável às melhores instituições semelhantes do País.
- Contribuir, efetivamente, com o esforço de modernização que vem sendo perseguido pelo país, através da preparação de pessoal especializado, indispensável ao desenvolvimento harmônico e eficiente.

## 4.2.3. PROJETO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO

O perfil do egresso da Faculdade Santa Lúcia, enfatiza a capacidade de raciocínio, a assimilação de novas informações, a compreensão de bases gerais, técnicocientíficas, sociais, econômicas e a aquisição de habilidades de natureza conceitual e operacional.

Os cursos em seus projetos pedagógicos devem oportunizar aos graduandos, uma sólida formação humanista e geral, com a capacidade de análise e articulação de conceitos, e estejam imbuídos de uma consciência social, capaz de enfrentar as transformações político-econômicas e sociais, bem como a de desenvolverem a capacidade de transferir conhecimentos do cotidiano para o ambiente de trabalho e do campo profissional. Buscando adaptar-se ao contexto atual, buscamos atingir um profissional que busque não só o Saber fazer, mas também o porquê fazer. No desenvolvimento das competências que julgamos essenciais e na capacitação destes

alunos, futuros profissionais, a FACULDADE SANTA LÚCIA terá como princípio respeitar a personalidade e as habilidades individuais. Profissional empreendedor, com sensibilidade e entendimento sobre responsabilidade social, com formação humanística e visão sistêmica, capaz de compreender o meio social, político, econômico e cultural; amplo domínio das estratégias empresariais, identificando oportunidades, antecipando e promovendo transformações; capaz de atuar de modo integrado e sistêmico dotado de habilidades de planejamento, organização, liderança e controle com equipes interdisciplinares.

Nessa linha filosófica, seus cursos terão uma orientação de permanente estímulo à imaginação e à criatividade dos alunos, procurando exercitar seu raciocínio analítico, inspirar sua capacidade de realização e desenvolver suas habilidades de expressão oral e escrita.

Do ponto de vista institucional, essa filosofia se traduz no compromisso de acompanhar a evolução das potencialidades do aluno, adotando procedimentos que orientem seu processo de aprendizagem e estimulem a conscientização do compromisso com sua própria formação, não só como profissional, mas também como cidadão responsável. Esta forma de pensar exige a incorporação de uma nova pedagogia, fundamentada numa concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho.

O processo de aquisição de conhecimento deve ser compreendido como decorrência das trocas que o aluno estabelece na interação com o meio (natural, social e cultural), cabendo ao professor exercer a mediação desse processo e articular essas trocas, tendo em vista a assimilação crítica e ativa de conteúdos significativos, vivos e atualizados.

A compreensão acerca do processo de elaboração do conhecimento obriga à superação da abordagem comportamentalista da aprendizagem. Consequentemente, os métodos de ensino passam a fundamentar-se nos princípios da psicologia cognitiva, que privilegia a atividade e iniciativa dos discentes. Os métodos utilizados, além de propiciar o diálogo, respeitar os interesses e os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo dos alunos, favorecem a autonomia e a transferência de aprendizagem, visando, não apenas ao aprender a fazer, mas sobretudo, ao aprender a aprender.

Assim, a política de ensino da FACULDADE SANTA LÚCIA fundamenta-se em um processo de educação que permita a formação e o desenvolvimento de profissionais capacitados para atenderem às necessidades e expectativas do mercado

de trabalho e da sociedade, com competência para diagnosticar, desenvolver e implementar mudanças que contribuam para o desenvolvimento sustentável da sociedade, de forma geral, e, em particular, a região da FACULDADE SANTA LÚCIA.

Para a FACULDADE SANTA LÚCIA a atividade de Extensão é uma maneira de aproximar a Instituição e a sociedade de uma forma integrada. A Instituição através da Extensão aplicará os conhecimentos adquiridos a partir do ensino formal em sala de aula, transferindo-os para a sociedade na medida de suas necessidades. Assim, a apreensão das demandas e das necessidades da sociedade é que irão orientar a produção e o desenvolvimento de novas atividades. Esse processo recíproco é importante para ambas as partes e caracteriza uma relação dinâmica entre a FACULDADE SANTA LÚCIA e o seu meio social. Nesse contexto, os Projetos Pedagógicos dos Cursos incluem em seus conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares que ministram o estímulo a reflexão sobre as relações étnico-raciais. Com esta estratégia se entende que as questões inerentes a essa temática poderão ser enriquecidas de modo interdisciplinar de modo que se possa contribuir com a formação de cidadãos com posturas transformadas em nível social, promovendo a valorização e práticas éticas e solidárias.

Com os conteúdos ambientais permeando todas as disciplinas dos currículos e contextualizados com a realidade da comunidade, a IES ajuda o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão holística, ou seja, integral do mundo em que vive. Para isso a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

Na extensão a inclusão dos direitos humanos enfatizou o compromisso das universidades com a promoção dos direitos humanos. A inserção desse tema em programas e projetos de extensão pode envolver atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, entre outras, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos.

Também garantimos àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência. A garantia do reconhecimento da identidade de gênero é estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória

autorização do responsável, bem como para todo o corpo docente e funcionários técnicos administrativos.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e de altas habilidades/superdotação. A educação especial atende às especificidades dos alunos com deficiência e orienta a organização de redes de apoio a formação continuada, a identificação de recursos, aos serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

A Política de defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da FACULDADE SANTA LÚCIA, contempla a responsabilidade social e o estímulo à cultura em seus valores, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. As atividades artística e cultural, a defesa do patrimônio artístico e a difusão das produções discentes são sustentadas por uma política institucional.

A FACULDADE SANTA LÚCIA entende como fundamental que seu aluno e professor recebam uma capacitação internacional. Isso se deve não somente ao fato de ter uma proposta diferenciada, como também por compreender as exigências do mercado que busca por profissionais globalizados e com uma visão internacional desenvolvida. Assim sendo, considerando-se um currículo que premia competências e habilidades de maneira geral, as disciplinas são ensinadas de modo a mostrar a realidade mundial dentro de sua área de atuação.

A FACULDADE SANTA LÚCIA em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, declara a inclusão da Disciplina de Libras como disciplina curricular optativa nos cursos de educação superior (bacharelado) ministrados ou que venham a ser ministrados na IES.

Os cursos e programas de educação superior, apresentados pela FACULDADE SANTA LÚCIA, estão arraigados na comunidade e adjacências, cumprindo sua missão para a redução das desigualdades sociais e o compromisso de formar pessoas éticas e profissionalmente responsáveis para o desenvolvimento local e regional, social e econômico.

As tecnologias de informação e comunicação planejadas para o processo de ensino-aprendizagem possibilitam a execução do projeto pedagógico do curso de forma excelente.

O apoio ao discente traduz-se nas ações de acompanhamento previstas nos Projetos dos Cursos e em regimentos próprios e nos espaços reservados para a atuação dos profissionais da área, contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico estendido a todos aqueles que participam da comunidade acadêmica, com o objetivo de avaliar, acompanhar e sanar dificuldades no processo ensino-aprendizagem, especialmente aquelas que levam ao impedimento da aquisição dos conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas na formação do profissional, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais, e ações inovadoras, todos regulamentados e com nomeação de professores responsáveis

## 4.2.4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Para a Faculdade Santa Lúcia, a educação é concebida como um instrumento que oferece ao indivíduo a oportunidade de construir a sua própria formação intelectual e profissional. Nessa linha filosófica, seus cursos terão uma orientação de permanente estímulo à imaginação e à criatividade dos alunos, procurando exercitar seu raciocínio analítico, inspirar sua capacidade de realização e desenvolver suas habilidades de expressão oral e escrita.

Do ponto de vista institucional, essa filosofia se traduz no compromisso de acompanhar a evolução das potencialidades do aluno, adotando procedimentos que orientem seu processo de aprendizagem e estimulem a conscientização do compromisso com sua própria formação, não só como profissional, mas também como cidadão responsável.

Esta forma de pensar exige a incorporação de uma nova pedagogia, fundamentada numa concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho. Assim, compreender criticamente a educação implica em reconhecê-la como uma prática inscrita e determinada pela sociedade; implica ainda, entender que, embora condicionada, a educação pode contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que conseguir assegurar a todos, ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. A pedagogia que se inspira nessa concepção de educação, sem desconsiderar os condicionantes de ordem política e econômica, interessada em introduzir, no trabalho docente, elementos de mudanças que garantam a qualidade

pretendida para o ensino, é coerente com esse pressuposto, e busca garantir, ao aluno, o acesso ao conhecimento socialmente acumulado.

O processo de aquisição de conhecimento deve ser compreendido como decorrência das trocas que o aluno estabelece na interação com o meio (natural, social e cultural), cabendo ao professor exercer a mediação desse processo e articular essas trocas, tendo em vista a assimilação crítica e ativa de conteúdos significativos, vivos e atualizados.

A compreensão acerca do processo de elaboração do conhecimento obriga à superação da abordagem comportamentalista da aprendizagem. Consequentemente, os métodos de ensino passam a fundamentar-se nos princípios da psicologia cognitiva, que privilegia a atividade e iniciativa dos discentes.

Os métodos utilizados, além de propiciar o diálogo, respeitar os interesses e os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo dos alunos, favorecem a autonomia e a transferência de aprendizagem, visando, não apenas ao aprender a fazer, mas, sobretudo, ao aprender a aprender.

Assim, a política de ensino da Faculdade Santa Lúcia fundamenta-se em um processo de educação que permita a formação e o desenvolvimento de profissionais capacitados para atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para diagnosticar, desenvolver e implementar mudanças que contribuam para o desenvolvimento sustentável da sociedade, de forma geral, e, em particular na região.

São princípios subjacentes a essa política:

- Formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento;
- Preocupação com o atendimento das necessidades da sociedade e da Região no que tange à oferta de cursos e programas para a formação e qualificação profissional;
- Preocupação com os valores e princípios éticos;
- Flexibilização dos currículos, de maneira a proporcionar à discente certa autonomia na sua formação acadêmica;
- Monitoramento e atualização permanente dos projetos pedagógicos, sempre considerando as Diretrizes Curriculares e as demandas da Região;

Interagir com este ambiente exige inovação constante da estrutura organizacional

e a Instituição responde a este desafio analisando permanentemente as expectativas e demandas do contexto social, econômico e do mercado de trabalho, assim como as alterações no perfil dos discentes, de maneira a estabelecer estratégias organizacionais e pedagógicas que consolidem a formação de profissionais capazes de influir decisivamente no contexto visando transformá-lo. No entanto, defende, a formação humana é a base na qual se assenta esta empreitada, pois como afirma Nóvoa (1995:16),

"As escolas são instituições de um tipo muito particular, que não podem ser pensadas como uma qualquer fábrica ou oficina: a educação não tolera a simplificação do humano (das suas experiências, relações e valores)...".

Neste processo, um ator fundamental é o docente, motivo pelo qual a Instituição desenvolve estratégias voltadas ao seu aprimoramento permanente, uma vez que, conforme enfatiza Tarcia (2006), o corpo discente transita atualmente de uma posição passiva para uma posição ativa, crítica, questionadora como decorrência do próprio incremento nos sistemas de comunicação social com a consequente facilidade de acessibilidade a uma quantidade cada vez maior de informações, o que requisita do docente competência teórica e técnica específica da área, pedagógica na utilização de diferentes linguagens; visão interdisciplinar e sistêmica, de pesquisa e formação de perfil pesquisador; enfim, de mudança de uma postura de gestor do processo de ensino para gestor de situações de aprendizagem.

O currículo é ação, vida, reflexão, construção e reconstrução. Cada participante do processo (Docente e Discente) deve estar aberto à comunicação, à troca, à reflexão, aos desafios. O indivíduo constrói conhecimento usando não apenas a razão, mas a intuição e as emoções; não devemos descartar o conhecimento que o discente carrega consigo. Educar, então, significa respeitar o conjunto de inteligências que cooperam harmoniosamente entre si.

A educação, nesta perspectiva deve ajudar os participantes do processo ensinoaprendizagem a conhecer a sua própria natureza humana, percebendo os seus conceitos, competências, habilidades, carências e emoções, visando a orientá-los de forma construtiva em direção ao bem comum. Esta concepção implica revisão de valores, que envolvem melhorias na qualidade dos relacionamentos, levando à justiça social, solidariedade e fraternidade.

Daí a importância do espaço da Faculdade ser um ambiente de aprendizagem, no qual as atenções estejam voltadas para o resgate do ser humano e para a busca de

novas formas de pensar, de conviver, compreender o mundo e de valorar as questões ético-pedagógicas.

Coerente com esta posição, a Faculdade Santa Lúcia, em seus quase 30 anos de existência, realiza projetos educacionais baseados em pesquisas com participação ativa da comunidade acadêmica e da sociedade local e regional.

As práticas pedagógicas são todas as situações que se criam entre docentes, discentes, instituição, mundo produtivo e sociedade, a fim de atingir a apropriação e a transferência dos saberes nas suas relações, buscando o desenvolvimento de uma sociedade ávida de conhecimento.

Elas devem estimular a construção do conhecimento por meio da utilização da interdisciplinaridade no desenvolvimento de projetos. A instituição incitará o potencial dos professores e coordenadores nessa reformulação periódica, visto que esses possuem conhecimento e experiência profissional da área, antes do início dos períodos letivos, visando uma maior integração entre os docentes e articulando a interdisciplinaridade nas disciplinas propostas e, durante o curso, para dar continuidade ao processo de integração. Isto implica uma prática permanente de avaliação para uma melhor articulação do processo ensino aprendizagem.

Sendo assim, as orientações pedagógicas para a obtenção da efetiva qualidade do processo de ensino-aprendizagem no âmbito das salas de aulas, se caracterizam por:

- Aulas expositivas e dialógicas articulando-se sempre que possível com outras práticas tais como: resolução de problemas, aulas de laboratório, atividades acadêmicas complementares, atividades de pesquisa bibliográfica, visitas técnicas, etc;
- Aulas práticas em laboratórios de informática e didáticos especializados como ações imprescindíveis ao processo de experimentação;
- Avaliação do aproveitamento dos alunos realizada através da demonstração da compreensão dos processos observados, por meio de relatórios escritos, exposições individuais ou em grupo, workshops e painel de debates;
- Desenvolvimento de projeto interdisciplinar ao longo de um período podendo ser executado individualmente e/ou em grupo;
- Desenvolvimento de projetos concorrendo para a aproximação do acadêmico com a realidade situacional;
- Exercício da ação docente facilitadora e reguladora do processo ensino-

aprendizagem caracterizada pelo diálogo, pela suscitação da participação discente, visto que o professor não é o único repositório do saber;

- Realização de atividades complementares tais como, seminários, mini oficinas, painel integrado, conferências, jornada acadêmica, etc.;
- Realização de Workshops envolvendo alunos, professores e comunidade;
- Resolução de problemas reais por meio de proposição de questões vivenciadas,
   objetivando que o aluno relacione-as à teoria;
- Visitas técnicas para oportunizar a contextualização de conceitos e conhecimentos adquiridos;
- Observação dos resultados da experimentação de novos modelos pedagógicos observados em todo mundo.

Percebe-se, portanto, que a Faculdade adota como prática pedagógica, a vivência do aluno conciliada aos conteúdos abordados em sala. Tal experiência, trazida pelos alunos, requer do professor uma constante inovação nas metodologias de ensino.

A prática de ensino desenvolvida em sala de aula, por mais diversificada que seja, deve privilegiar o princípio de que a aquisição do conhecimento é um processo a ser compreendido como decorrência das trocas que o discente estabelece na interação com o seu meio social, profissional e cultural, cabendo ao professor ser o mediador desse processo, articulando as trocas, tendo em vista o desenvolvimento do senso crítico dos conteúdos. Dentro dessa perspectiva, podemos levar em consideração alguns quesitos importantes para nortear o trabalho do professor:

- Assegurar ao professor a autonomia no seu trabalho, privilegiando o diálogo;
- Favorecer a autonomia de aprendizagem, visando n\u00e3o apenas ao aprender a fazer, mas, sobretudo, ao "aprender a aprender";
- Propiciar ao discente o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para o seu bom desempenho e para a sua colocação no mercado de trabalho;
- Propiciar condições para que sejam desenvolvidas atividades em equipes, simulações, estágios, seminários, entre outros;
- Realizar uma sondagem das experiências dos discentes, de forma que ele possa ter um perfil da turma.

## 4.2.4.1. PÓS-GRADUAÇÃO

As políticas de Pós-graduação estão consubstanciadas em ações que possibilitem alcançar metas de qualidade no ensino e na educação continuada, na pesquisa, na capacitação de corpo docente e na qualificação de cursos. O estabelecimento das políticas de pós-graduação partiu de pressupostos básicos que norteiam as ações e o diagnóstico da situação da pós-graduação da IES.

A Política de Ensino de Pós-graduação (Lato Sensu) da IES se define através das seguintes diretrizes:

- Desenvolvimento da pós-graduação, entendida como instrumento de preparação de pesquisadores, capazes de explicitar, em sua ação acadêmica, a indissociabilidade ensino, extensão e produção científica institucionalizada;
- Efetivação de ações articuladas e parcerias com universidades e outras instituições de pesquisa nacionais, visando à cooperação científica acadêmica, técnica e financeira, necessárias à qualificação dos programas interinstitucionais de pós-graduação Lato Sensu;
- Oferta dos cursos de pós-graduação definida a partir das carências pedagógicas e técnicas do corpo docente e técnico-administrativo da IES, especialmente quando desenvolvidos através de cursos de aperfeiçoamento e de especialização;
- Sensibilização aos egressos dos cursos de pós-graduação sobre a necessidade de seu próprio aperfeiçoamento e comprometimento com o desenvolvimento da Região de Mogi Mirim, tornando-os aptos à promoção da pesquisa institucionalizada e do trabalho com a comunidade regional e nacional;
- Acompanhamento, controle e avaliação permanentes dos programas de pósgraduação; e
- Melhoria da qualidade da gestão do ensino de pós-graduação. Também, é
  importante destacar que as políticas de pós-graduação devem perseguir a
  integração da graduação com a pós-graduação tendo em vista que este é um
  ponto de fundamental relevância para o desenvolvimento da educação em nível
  superior da IES.

Atualmente a IERS não oferece cursos de pós-graduação, a expectativa para o quinquênio é a abertura dos cursos nas áreas:

- Direito;
- Negócios;
- Psicologia.

4.3. PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural.

NSA

4.4. PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

# 4.4.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL (LEI № 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 E DECRETO № 4.281 DE 25 DE JUNHO DE 2002)

A IES, como centro de educação superior, tem papel essencial na reconfiguração de mundo e, portanto, deve assumir a responsabilidade maior no processo de produção e incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de educação e formação profissional. Deve também propiciar aos profissionais educadores, fundamentos teórico-práticos indispensáveis para compreender, analisar, refletir e reorientar seu fazer profissional numa perspectiva ambiental.

Considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, a IES oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e sua consequência para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente.

Com os conteúdos ambientais permeando as disciplinas dos currículos e contextualizados com a realidade da comunidade, a IES ajuda o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão holística, ou seja, integral do mundo em que vive. Para isso a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

A Faculdade Santa Lúcia guiada pela sua missão institucional busca responder positivamente à construção de uma consciência ambiental que promova "aquisição de valores, competências e habilidades que lhe permitam o exercício da cidadania com melhores condições de empregabilidade, tendo como eixo norteador a busca de um modelo de desenvolvimento sustentável".

Nesse contexto, a IES em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e Projetos Pedagógicos de Cursos, realiza a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental na organização dos seus currículos da seguinte forma:

- Pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental:
- Como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
- Pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.
   Nesse sentido, a Faculdade Santa Lúcia realizará ações de ensino e extensão, assumindo o compromisso ético com a premissa ambiental.

# 4.4.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, CNE/CP N° 01, de 30/05/2012)

O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005), ao propor a construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento, de habilidades e atitudes, aponta para as instituições de ensino superior a nobre tarefa de formação de cidadãos hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físicoindividual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras.

No ensino, a educação em direitos humanos pode ser incluída por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político-pedagógico, entre outros.

Na extensão a inclusão dos direitos humanos enfatizou o compromisso das universidades com a promoção dos direitos humanos. A inserção desse tema em programas e projetos de extensão pode envolver atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, entre outras, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos.

A contribuição da educação superior na área da educação em direitos humanos implica a consideração dos seguintes princípios:

a) a universidade, como criadora e disseminadora de conhecimento, é instituição social com vocação republicana, diferenciada e autônoma, comprometida com a democracia e a cidadania;

- b) os preceitos da igualdade, da liberdade e da justiça devem guiar as ações universitárias, de modo a garantir a democratização da informação, o acesso por parte de grupos sociais vulneráveis ou excluídos e o compromisso cívico-ético com a implementação de políticas públicas voltadas para as necessidades básicas desses segmentos;
- c) o princípio básico norteador da educação em direitos humanos como prática permanente, contínua e global, deve estar voltado para a transformação da sociedade, com vistas à difusão de valores democráticos e republicanos, ao fortalecimento da esfera pública e à construção de projetos coletivos;
- d) a educação em direitos humanos deve se constituir em princípio ético-político orientador da formulação e crítica da prática das instituições de ensino superior;
- e) as atividades acadêmicas devem se voltar para a formação de uma cultura baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, como tema transversal e transdisciplinar, de modo a inspirar a elaboração de programas específicos e metodologias adequadas nos cursos de graduação e pós-graduação, entre outros;
- f) a construção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser feita articulando as diferentes áreas do conhecimento, os setores de pesquisa e extensão, os programas de graduação, de pós-graduação e outros;
- g) o compromisso com a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos na relação com os movimentos e entidades sociais, além de grupos em situação de exclusão ou discriminação;
- h) a participação das IES na formação de agentes sociais de educação em direitos humanos e na avaliação do processo de implementação do PNEDH Os Direitos Humanos são frutos da luta pelo reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana. Histórica e socialmente construídos, dizem respeito a um processo em constante elaboração, ampliando o reconhecimento de direitos face às transformações ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos. O tema dos Direitos Humanos transcende a concepção de igualdade e traz a discussão do reconhecimento das diferenças e da luta contra qualquer forma de preconceito e discriminação.

A IES entende que uma educação de qualidade, que valoriza a formação integral do ser humano, permite a emancipação e o resgate da cidadania, bem como os direitos

humanos que devem ser respeitados pelo Estado e todos os cidadãos. É pela educação que superamos as desigualdades sociais.

Nesse contexto, a IES em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e Projetos Pedagógicos de Cursos, realiza a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos seus currículos da seguinte forma:

- Pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- Como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
- De maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade;

Além de o assunto estar incluso na organização dos currículos, o tema é abordado a partir de metodologias ativas, participativas, de diferentes linguagens. Sendo a educação um processo contínuo e permanente, a Faculdade Santa Lúcia entende que ela não se limita apenas aos conhecimentos transmitidos pelos componentes curriculares.

Os estudos dos Direitos Humanos e a formação de valores como respeito, cidadania, ética, a preocupação com o meio ambiente, a diversidade é adquiridos também através das diversas relações sociais. Por isso, em suas ações de extensão, a IES, desenvolve atividades voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

4.4.3. Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

A Faculdade, ciente de seu papel sabe da importância de formar cidadãos éticos e comprometidos com a construção da paz, em defesa dos direitos humanos e dos valores da democracia, além da responsabilidade de gerar e gerir conhecimento.

A IES tem a responsabilidade com a educação em direitos humanos, visando a construção de uma sociedade mais justa, pautada no respeito e promoção dos direitos humanos. A inserção da educação em Direitos Humanos nos cursos da Faculdade tem por base pensamentos reformadores sobre a educação no ensino superior, procurando-se evidenciar a importância da inserção, na prática educacional, da

transversalidade do conhecimento, com a finalidade de educar para o desenvolvimento da reforma do pensamento e do comprometimento em traçar vias para uma convivência mais ética e humanitária entre os sujeitos que compõem a sociedade.

Para a execução da política na Faculdade, todos os cursos **trabalham de forma transversal os conteúdos de direitos humanos, dentre outros**. Opta-se por um trabalho transversal a fim de evitar conflitos com disciplinas eletivas específicas, os conteúdos são trabalhados de maneira a levar o aluno, ao longo de sua formação, a dar importância a todos os aspectos de nossa sociedade.

A instituição dispõe de projetos que visam discutir a temática não somente com a comunidade acadêmica, mais com a sociedade como um todo, como a semana aberta da faculdade, onde os alunos apresentam os mais variados projetos para a comunidade externa e interna da faculdade.

A IES busca constantemente parcerias entre movimentos sociais, gestores educacionais e sociedade civil com o objetivo de divulgar, promover e implementar ações que difundam as diferentes culturas e saberes do povo brasileiro.

Como dito, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e transversal a Faculdade busca atingir e conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância das interrelações por meio da inserção de eventos culturais, interdisciplinares, artísticos e sobre temas que englobem a educação para as relações étnico-raciais.

É objetivo de a Faculdade criar condições para a formação profissional superior com cidadania, por meio de:

- Defesa e difusão da paz, da justiça, da liberdade, da igualdade e da solidariedade;
- II. Promover de forma transversal as temáticas: Direitos Humanos, Relações Étnico Raciais e Educação Ambiental em todos os cursos e disciplinas, além de serem contempladas de maneira específica em determinados componentes curriculares de todos os cursos;
- III. Promover de através de componente curricular obrigatório ou optativo a disciplina de LIBRAS, Licenciaturas e Bacharelados respectivamente. Em adequação ao Decreto nº 5.626/2005, Capítulo II, art. 3º, § 2º e a Lei 10.436/2002.
- IV. Promover o desenvolvimento de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos na comunidade acadêmica;
- V. Estimular a formação da consciência cidadã e política a respeito das

diferenças e as diversidades promovendo ações educativas de combate ao racismo e as discriminações;

VI. Fortalecimento das práticas individuais e coletivas que favoreçam a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.

# 4.4.4. POLÍTICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - CNCD/LGBT.

De acordo com o Programa "Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual" (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3(2009) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012), a IES garante o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Também garantimos àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

O campo "nome social" está inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares, bem como garantimos instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil. Quanto a utilização do nome civil, que é obrigatório para a emissão de documentos oficiais, garantimos concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social.

O uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, está garantido de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito. Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, garantimos o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito; A garantia do reconhecimento da identidade de gênero é estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável, bem como para todo o corpo docente e funcionários técnicos administrativos.

# 4.4.5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012).

A Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo os autistas, oficialmente, como pessoas com deficiência, assegurando o direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas, as de educação. O Transtorno do Espectro Autista aparece, geralmente, nos três primeiros anos de vida, comprometendo as habilidades de comunicação e interação social.

O Transtorno do Espectro Autista é definido pela presença de déficits persistentes na comunicação e interação social em múltiplos contextos. Este transtorno faz parte do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V). Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e de altas habilidades/superdotação.

A educação especial atende às especificidades dos alunos com deficiência e orienta a organização de redes de apoio a formação continuada, a identificação de recursos, aos serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sócias recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo, incluindo-se nesse grupo os alunos com autismo.

Na Faculdade Santa Lúcia ao se inscrever, o candidato assinala que possui algum tipo de deficiência. E, durante a realização do vestibular, o candidato tem à sua disposição serviços como salas especiais, acesso às salas de aula, professor ledor, provas ampliadas e prorrogação para o término da prova. Entre as ações desenvolvidas destacam-se:

- Suporte pedagógico ao professor, quando necessário;
- Reestruturação do ambiente já existente, facilitando o acesso;
- Organização de cursos de capacitação dirigidos a professores e funcionários;
- Estimular e envolver a questão junto à comunidade acadêmica (corpo discente, corpo docente e administrativo), apoiando projetos de iniciação científica, cursos de extensão sobre a temática.

## 4.4.6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ENSINO DE LIBRAS (DEC. N. 5.626/2005)

Considerando pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. A Faculdade Santa Lúcia em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, declara a inclusão da Disciplina de Libras como disciplina curricular optativa nos cursos de educação superior (bacharelado) ministrados ou que venham a ser ministrados na IES.

A disciplina de Libras será divulgada na matriz curricular dos cursos, seguindo orientações de procedimento previstas na Portaria Normativa nº. 40, de 12 de dezembro de 2007.

A disciplina de Libras para os cursos superiores de Bacharelado deverá ser ofertada como optativa para todos os alunos regularmente matriculados no curso, possuindo carga horária mínima de 40 horas/aula, respeitará todos os procedimentos estabelecidos no Regimento da IES no que se refere a calendário, frequência, regime disciplinar, avaliação e plano de aula. No que couber, o professor deverá cumprir as orientações metodológicas estabelecidas no regulamento específico de apoio aos portadores de necessidades especiais da Faculdade. para sua devida operacionalidade.

O critério de contratação do docente para ministrar o ensino de Libras, exige formação específica em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua e demais formalidade previstas no plano de carreira docente, priorizando as pessoas surdas.

Caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

- Professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
- Instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

• Professor ouvinte bilíngue: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

As pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras. O professor de Libras será incluído no quadro do magistério da IES, pelo pesquisador Institucional, junto ao sistema do MEC/INEP no prazo de cadastramento do corpo docente. O Plano de aula, conteúdo programático e bibliografia indicada para a disciplina de libras, deverão ser elaborados e apresentados, pelo professor contratado, no início do semestre letivo, seguindo as orientações, diretrizes e métodos compatíveis com os padrões de qualidade.

A Faculdade Santa Lúcia manifesta seu apoio a formação de profissionais nos programas específicos para a criação de cursos de graduação e de pós-graduação para a formação de professores em Libras.

# 4.4.7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A IES adota as seguintes políticas inclusão social e educação inclusiva. Para alunos com deficiência física:

- a) Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- c) Rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) Portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) Barras de apoio nas paredes dos banheiros; e
- f) Lavabos e bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para alunos com deficiência visual, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- a) Sistema de síntese de voz, impressora Braille acoplada a computador ou máquina de datilografia Braille;
- b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- c) Aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- d) Software de ampliação de tela;

- e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- f) Lupas, réguas de leitura;
- g) Scanner acoplado a um computador;
- h) Aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para alunos com deficiência auditiva, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- a) Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado.

Para os professores e pessoal técnico, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de:

- a) Informações sobre os portadores de necessidades sociais;
- b) Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas;
- c) Cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

A inclusão social é promovida, ainda, com as seguintes ações:

- a) Programa de bolsas da Própria Instituição;
- b) Monitoria;
- c) Estágios (na IES).

# 4.5. PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social

Responsabilidade social tem se tornado, nos últimos anos, um assunto cada vez mais presente nos mais diversos segmentos da sociedade e, quase sempre, está associada à simplista ideia de filantropia ou pior, caridade. Algo como justificar a ajuda dos que tem muitos recursos em relação àqueles que nada ou muito pouco têm, ledo engano. Não existe ideia mais equivocada e, com isso acabam distorcendo o conceito.

A Faculdade Santa Lúcia entende responsabilidade social como: uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da IES com todos os públicos com os quais ela se relaciona (comunidade interna e externa), sempre estabelecendo metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável de seu entorno, preservando os

recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, com respeito a diversidade e, sempre que possível, contribuir para reduzir as desigualdades sociais.

Toda IES está inserida em um conjunto de instituições políticas, culturais, jurídicas, etc., e não pode sobreviver isoladamente pois, é um sistema aberto, interagindo com o seu entorno (ambiência) sempre agindo e reagindo às situações, influenciando, sendo influenciada, adaptando-se as contínuas transformações de seu ambiente e, muitas vezes sendo a causadora dessas transformações.

Para realmente cumprir seu papel, sempre com nossos valores em mente, a Faculdade procura contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nossas ações extrapolam o currículo acadêmico, motivando os alunos a refletir e implementar práticas que contribuam para desenvolvimento de uma ética de convivência mais solidária.

A Faculdade Santa Lúcia tem conhecimento de suas responsabilidades e da importância de criar mecanismos e trabalhos socioeducativos em prol da sociedade, com atenção especial para a comunidade de sua região. Essa responsabilidade é objeto de estudo permanente por parte da comunidade acadêmica da faculdade, na perspectiva de compreender esse momento de crise social globalizada e na busca de respostas que venham a atender a necessidade da comunidade para a transformação da realidade.

Todos os envolvidos com o processo socioeducativo acreditam ser esta uma das iniciativas possíveis para a construção de recursos que venham minimizar as dificuldades sociais, a qual vivemos. Nessa perspectiva a Faculdade Santa Lúcia desenvolve projetos, na medida em que está intimamente comprometida com a formação do cidadão, pois trabalha a formação da cidadania e suas novas formas de exercício. A instituição formadora do futuro cidadão deve implementar ações educativas que irão fomentar as características necessárias ao desenvolvimento do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

Na caminhada do processo democrático, projeta-se a organização dos trabalhos sociais educativos de forma a vivenciar a superação das relações corporativas e autoritárias na construção coletiva, vivenciando-se o rompimento com a fragmentação em todos os níveis – da direção do Curso, do corpo docente, da sala de aula, sempre tendo em vista o fato de que as propostas de seus projetos sociais refletirão na formação do cidadão.

Os projetos sociais implementados pela Faculdade Santa Lúcia devem partir das

## seguintes premissas:

- I. A potencialidade da comunidade acadêmica é desenvolvida de forma a contribuir para a construção de um caminhar, em direção à excelência;
- II. Deve-se formar cidadãos preocupados com a interação na sociedade;
- III. Quando necessário, deve-se mudar todo um paradigma presente;
- IV. A construção de uma sociedade mais justa depende de nossa atuação individual e coletiva;
- V. Para ser um bom profissional e cidadão, é preciso optar por ser observador e participante do social;
- VI. Trabalhar na perspectiva do aprender a aprender sempre;
- VII. Incentivar a inclusão no trabalho, de portadores de necessidades especiais, para docentes e técnico-administrativos, e corpo discente;
- VIII. Favorecer seus colaboradores para o desenvolvimento pessoal e profissional na conquista de metas;

A satisfação, a motivação e o entusiasmo da comunidade acadêmica contribuem na construção dos Projetos Comunitários da Faculdade.

Considerando **a Missão**, **a Visão** e **os Valores Institucionais**, definem-se as seguintes políticas:

- Estruturar atividades de responsabilidade social, considerando os impactos administrativos, financeiros e socioculturais desse processo;
- Comprometer a comunidade acadêmica com a promoção da ética, do desenvolvimento sustentável e da inclusão social;
- III. Considerar a defesa do meio ambiente, da memória cultural e o patrimônio cultural como temas transversais a perpassar a construção do perfil do egresso da instituição e evidenciá-los na construção e operacionalização das atividades previstas para os cursos;
- IV. Implementar ações que garantam acessibilidade no sentido amplo. Para a efetiva aplicação desses princípios serão utilizadas as seguintes práticas:
  - a. Inclusão da disciplina de LIBRAS no currículo dos cursos de graduação conforme previsto na legislação vigente;
  - b. Inclusão dos conteúdos obrigatórios, conforme legislação em vigor, de temas que visem a desenvolver e disseminar a Educação Ambiental, a igualdade étnico-racial, a defesa dos Direitos Humanos fundamentais e temas outros que valorizem as políticas afirmativas de inclusão social;

c. Garantia de acessibilidade ampla aos portadores de necessidades especiais.

O compromisso e a responsabilidade social da Faculdade na região em que está inserida, se traduz nos diversos trabalhos realizados em prol da comunidade (interna e externa), através de atividades desenvolvidas pela IES e por seus cursos de graduação, visando a promoção da cidadania e atuação em diversos setores sociais, como as que seguem:

- I. Atendimento à comunidade por meio do Núcleo de Prática Jurídica.
- II. Atendimento e triagem em nosso escritório de Assistência Social.
- III. Atendimento psicológico à comunidade no Núcleo de Psicologia Aplicada.
- IV. Programas de Inclusão Digital.
- V. Estímulo a excelência acadêmica.
- VI. Parcerias com entidades assistenciais de nossa região.

Ressaltamos o nosso **CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos**, somos referência na implantação do serviço, **totalmente gratuito**, à população carente. A mediação e a conciliação são métodos alternativos de resolução de conflitos. O objetivo é prestar auxílio a qualquer cidadão na tentativa de solução de um problema, sem a necessidade de uma decisão judicial. O conciliador ou mediador, pessoa capacitada para a função, ajuda os envolvidos na demanda a encontrarem uma solução juntos, dentro da lei.

São muitas as vantagens da conciliação e mediação.

- I. As pessoas resolvem as questões em conjunto e todos saem ganhando;
- II. É mais rápida do que o processo normal, pois não precisa de produção de provas;
- III. O acordo é homologado por um juiz, por isso tem força de decisão judicial;
- IV. Os conciliadores e mediadores são capacitados pelo TJSP.

Quase todos os tipos de questões podem ser solucionados, entre elas estão:

- I. Pensão alimentícia, guarda de filhos e divórcio;
- II. Acidentes de trânsito;
- III. Dívidas com instituições bancárias;
- IV. Questões de vizinhança;
- V. Questões relacionadas a concessionárias de água, luz e telefone;

- VI. Questões relacionadas a serviços (dívidas em estabelecimentos comerciais e de ensino, dentre outros);
- VII. Questões sobre Direito do Consumidor.

A responsabilidade social deve permear toda a formação e aprimoramento acadêmico, além de ser contemplada em todas as esferas da instituição, nas relações entre docentes, discentes, comunidade.

A responsabilidade social também pressupõe o levantamento das demandas regionais e proposição de ações de acordo com a natureza e vocação de cada Instituição, através da promoção da cidadania e resgate das potencialidades da identidade das comunidades beneficiadas.

Com o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Faculdade; estamos obedecendo a nossa maior premissa, ou seja, a **nossa missão**, que nada mais é de maneira simplificada "**ser um agente transformador em nossa ambiência**".

Quando colocamos como visão de futuro, que seremos reconhecidos como referencial de excelência, sentimo-nos honrados em receber inúmeras faculdades e fóruns do Brasil inteiro para conhecerem nossa experiência com o CEJUSC.

Ainda em 2022 estaremos inaugurando nosso **Núcleo de Psicologia Aplicada**, onde ampliaremos ainda mais nossa participação na cidade e região.

4.6. PDI e política institucional para a modalidade EaD.

NSA

4.7. Estudo para implantação de polos EaD.

NSA

## 5. Políticas Acadêmicas

5.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.

Para o ensino, as diretrizes gerais da Faculdade partem dos seguintes princípios e diretrizes para concepção dos PPC's de todos os cursos:

• Currículos inovadores e flexíveis, interligando-se a formação inicial/continuada, a formação básica comum, que é a formação humana e a relação teoria/prática, que é a profissional;

- Enriquecimento das diretrizes curriculares gerais, fixadas pelo MEC, com o acréscimo de disciplinas visando atender as exigências específicas de cada curso e, ainda, peculiaridades regionais, e avanços tecnológicos e mudanças no perfil profissiográfico;
- Oferecimento de disciplinas e/ou atividades que introduzam o educando na organização universitária, oferecendo-lhe ampla visão da formação docente e do ensino superior, e a ministração de métodos e técnicas para facilitar o processo ensino/ aprendizagem e introduzir o educando à iniciação científica e profissional;
- Duração total do curso e carga horária das disciplinas e atividades compatíveis com o conteúdo e o cumprimento dos padrões de qualidade pretendidos;
- Aulas e outras atividades didático-científicas programadas para se desenvolverem em sequência lógica, de modo a ocuparem racionalmente os dias úteis da semana, com plena utilização dos fatores humanos e materiais disponíveis;
- Metodologias e tecnologias educacionais que levem em conta as características individuais do educando e os aspectos inovadores de cada curso e programa de ensino superior, sua inserção na realidade local e regional, e que conduzam ao desenvolvimento do raciocínio e à reflexão crítica, associando aulas expositivas com seminários, discussão de textos, estudos de casos e outros métodos didáticos apropriados;
  - Integração harmoniosa das funções ensino/iniciação científica/extensão.

As linhas expressas neste Plano Institucional, se traduzem na busca pela ligação entre ensino, iniciação científica e extensão, no ensejo da qualidade do "fazer" acadêmico e na comunicação permanente, devendo embasar o posicionamento de uma política de ensino da graduação, pautada em diretrizes sustentadas pelo planejamento institucional. Desse modo, buscar-se-á uma orientação concreta a partir de uma ação integrada entre a teoria e a prática profissional por meio da otimização dos currículos, pela titulação e qualificação dos docentes, pela adequação da Biblioteca como meio permanente de aprendizagem e pela incorporação da Tecnologia da Informação no processo de formação profissional.

O ensino da graduação deve ser generalista e pluralista, considerando as bases da atuação profissional assentada em sólidos conhecimentos fundamentais em diversas áreas do saber, devidamente relacionadas com cada profissão. Desse modo, os perfis dos cursos de graduação, orientados por seus Projetos Pedagógicos, fundamentados no Projeto Institucional da IES, assegurando consonância com as

diretrizes curriculares nacionais, deverão favorecer a formação de profissionais com visão geral das organizações e crítica da realidade regional, garantindo, a partir da identidade institucional da IES, o estímulo a iniciação científica, cultural e tecnológica, com o objetivo pautado na transformação da realidade por meio de um compromisso com um modelo sustentado de desenvolvimento regional.

Não obstante a tais premissas, o ensino superior, na vertente tecnológica, deve objetivar o atendimento das necessidades do mercado de trabalho, favorecendo elementos de cultura relativos a área de conhecimento do curso. Desta forma, há na instituição a preocupação em preparar os acadêmicos para as mais diversas situações que ocorrem nas organizações, entre elas as novas formas de comunicação e desenvolvimento profissional.

Para garantir tal política os estudantes tem a oportunidade de cursarem disciplinas de outros cursos, contam com biblioteca virtual (Pearson), com mais de 5.000 mil títulos, entre outros.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, respeitada a identidade da Instituição e assegurada a consonância com as diretrizes curriculares nacionais, irão propiciar a formação de profissionais competentes e empreendedores, devidamente comprometidos com o desenvolvimento de nossa região e país.

Nesta perspectiva, a iniciação científica e a extensão tornam-se fundamentais à vida acadêmica e devem estar articuladas ao ensino, difundindo valores, produzindo conhecimentos e promovendo o ensino nos moldes ensejados pelas premissas do ensino superior brasileiro.

Os currículos plenos dos cursos evitarão a vinculação a uma única linha de pensamento, tendo em vista que a busca pela verdade é incompatível com este pressuposto. Desse modo, é relevante se considerar a titulação, experiência profissional e acadêmica dos docentes, o que permitirá a estes profissionais melhor contextualizar as situações do mercado de trabalho, identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, entre outras competências necessárias.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos da IES observam, além do disposto na legislação e normas vigentes, outras formas de orientação inerentes à formação para a

atividade profissional, entre as quais o preparo para:

- A atualização curricular sistemática de modo a adequar o currículo as necessidades do mercado de trabalho;
- Ampliação da biblioteca virtual, por meio da aquisição de novas bibliotecas virtuais;
- Capacitação docente quanto a novas práticas de avaliação do rendimento escolar;
- A oferta de programas de monitoria e de nivelamento transversais a todos os cursos, que contribuam com a aprendizagem dos alunos;
- O ensino visando o desenvolvimento do aluno, principalmente prezando por metodologias ativas de aprendizagem;
- Oferta de programas de mobilidade acadêmica com instituições nacionais;
- O acolhimento e o trato da diversidade;
- O exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- O aprimoramento em práticas investigativas;
- Adequação dos conteúdos constantes nas bases utilizadas para o atendimento da realidade do mercado de trabalho;
- O uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- O desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

O currículo de cada curso de graduação abrange uma sequência ordenada de disciplinas e atividades, organizadas em períodos letivos, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma, caracterizando-se pela:

- Disciplina como um conjunto de conhecimentos a ser estudado de forma sistemática, de acordo com o programa desenvolvido num período letivo, com determinada carga horária;
- Atividade como um conjunto de trabalhos, exercícios e tarefas pertinentes ao ensino, com aprofundamento ou aplicação de estudos, desenvolvidos sob a forma de estágios, prática profissional, trabalho de campo, participação em programas de iniciação científica e de extensão ou atividades complementares. A integralização curricular é feita pelo sistema seriado semestral.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos da Faculdade Santa Lúcia levam em conta que:

- A formação humana e geral deve vir concomitantemente com a formação profissional e específica;
- A formação deverá garantir a constituição das competências objetivadas na área profissional;
- O desenvolvimento das competências exige que a formação contemple diferentes âmbitos do conhecimento profissional;
- A seleção dos conteúdos das áreas de ensino deve orientar-se pelo princípio da flexibilidade, podendo extrapolar o previsto nas diferentes etapas da escolaridade, de maneira que os conteúdos a serem ensinados devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas;
- A avaliação deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos formadores, a autonomia dos futuros profissionais em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação destes profissionais com condições de iniciar a carreira;
- A aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas.

Na elaboração do projeto pedagógico dos cursos ainda devem ser consideradas, obrigatoriamente as competências referentes:

- Ao comprometimento com os valores inspiradores da pessoa humana e da sociedade democrática;
- À compreensão do papel social;
- Ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e à sua articulação interdisciplinar;
- Ao domínio do conhecimento;
- Ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática; e
- Ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

# 5.2. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu

A Pós-Graduação (Especialização) Lato-Sensu, essencial ao desenvolvimento profissional, científico e tecnológico do entorno, objetiva proporcionar uma formação científica e profissional sólida, consolidando a formação continuada do egresso do

ensino da graduação.

Desse modo, a Instituição busca capacitar profissionais, proporcionando a formação que responda aos problemas da área de conhecimento em que se situam, atuando em favor do desenvolvimento regional.

A especialização, na IES, deve voltar-se para a implantação e desenvolvimento de programas de formação continuada e capacitação profissional e de profissionais qualificados para a região.

Em vista destes aspectos, as políticas para a pós-graduação estão orientadas por diretrizes consideradas básicas ao desenvolvimento destes programas, onde se destacam as vinculadas a formação continuada. Na Faculdade, a Pós-Graduação deve buscar a possibilidade de capacitar profissionais, proporcionando a oportunidade da inserção profissional a partir da aderência com a área de estudo.

Neste sentido, buscar-se-á de modo constante a vinculação das prerrogativas institucionais com os programas de Pós-Graduação, destacando, neste sentido, a similitude com os programas de graduação e a área de conhecimento na qual a IES funda seu projeto institucional.

A Pós-Graduação, neste sentido, passa a ser compreendida como um instrumento de preparação de profissionais capazes de explicitar a relação entre ensino, extensão e produção científica. Neste escopo, a oferta da especialização também busca ações articuladas e parcerias com outras instituições, com vias a promover a colaboração inerente ao desenvolvimento dos programas.

A Faculdade Santa Lúcia, em função das linhas identificadas em seu Projeto Institucional, estabelecerá prioridades para os cursos na área de conhecimento ensejada, consubstanciando seu desenvolvimento em um projeto detalhado a partir das diretrizes propostas pela Instituição. Assim sendo, buscar-se-á o desenvolvimento da produção acadêmico-científica levando em consideração as especificidades dos programas neste nível de ensino.

No bojo estrutural das políticas institucionais, os programas compõem uma sistemática de formação continuada direcionada aos egressos da Instituição, permitindo à IES, formar profissionais aderentes as suas prerrogativas acadêmicas e de acordo com as especificidades regionais. No ensejo da qualidade do "fazer" acadêmico, os cursos de especialização da Faculdade devem passar por avaliações sistemáticas, interna e, quando for o caso, externa, as quais buscam identificar sua efetividade.

Desse modo, consolidando as premissas que infundem, naqueles que os realizam, o compromisso permanente com o aperfeiçoamento e com o desenvolvimento regional, desenvolvendo competências técnicas e que são essenciais as suas funções de trabalho.

Além do explanado nosso corpo docente conta com mais de 80% dos professores com titulo de mestre ou Doutor, garantindo assim, os padrões de qualidade exigidos pelo MEC.

5.3. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu

NSA

5.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural.

NSA

#### 5.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

Para a Faculdade Santa Lúcia, a atividade de Extensão é uma maneira de aproximar a Instituição e a sociedade de uma forma integrada. A Instituição através da Extensão aplica os conhecimentos adquiridos a partir do ensino em sala de aula, transferindo-os para a sociedade na medida de suas necessidades. Assim, a apreensão das demandas e das necessidades da sociedade é que irão orientar a produção e o desenvolvimento de novo projetos. Esse processo recíproco é importante para ambas as partes e caracteriza uma relação dinâmica entre a IES e o seu meio social. Dentro dessa perspectiva, a Faculdade Santa Lúcia conduzirá sua política de extensão para:

- A integração teoria e prática, a fim de preparar os alunos para a aplicação dos conhecimentos adquiridos por meio do ensino teórico;
- A participação dos alunos em projetos desenvolvidos para o curso;
- A valorização da participação dos discentes nas atividades relacionadas à extensão;
- A condução e estabelecimento de ações voltadas à responsabilidade social.

Os programas de extensão, articulados com o ensino, serão desenvolvidos sob a forma de atividades permanentes em projetos e estruturas curriculares. Os serviços serão realizados sob a forma de:

- Atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas;
- Participação em iniciativas de natureza cultural, artística e científica; e
- Promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.

A Extensão Universitária da Faculdade Santa Lúcia atende a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014- 2024. Porém, a mesma foi prorrogada pela RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020 para 3 anos. Sendo assim, o prazo para a implantação da Extensão Universitária passa segundo a recomendação da referida Resolução para 19/12/2021.

Segundo a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes para a Extensão fica explícito no Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindose em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos, sendo que isto é recomendado no Art. 4.

No **Art. 5º** fica claro a concepção de como deva ser a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior, entre elas estariam:

- a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos;
- a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III. a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV. a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico

A concepção da implantação da Extensão Universitária é de forma prática contribuir para a formação integral do estudante buscando favorecer o pensamento crítico e responsável. Ser capaz de levar o aluno na promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das IES em áreas como as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, atreladas com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena. Promover a reflexão ética. Incentivar à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira. E por fim, atuar na construção de conhecimentos coerentes voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

De acordo com o Art. 8 da Resolução as atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

- I. programas;
- II. projetos;
- III. cursos e oficinas;
- IV. eventos;
- V. prestação de serviços

No parágrafo único do mesmo artigo, as modalidades incluem, além dos programas institucionais, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam a políticas municipais, estaduais, distrital e nacional.

É considerável imprescindível a autoavaliação da extensão, que deve buscar: identificar a pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular. Observar a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos e ainda, buscar a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Para efeitos de registro do cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições devem incluir em seu Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI), os seguintes termos, entre outros:

- a concepção de extensão, que se ajuste aos princípios estabelecidos na presente Resolução, a ser aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, quando necessários;
- II. o planejamento e as atividades institucionais de extensão;
- III. a forma de registro a ser aplicado nas instituições de ensino superiores, descrevendo as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas;
- IV. as estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão;
- V. a política de implantação do processo autoavaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados para o seu cumprimento;
- VI. a previsão e as estratégias de financiamento das atividades de extensão.

Nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem estar descritos o valor das atividades de extensão, e a carga horária equivalente após a devida avaliação de cada atividade realizada.

É reforçado na Resolução no seu Art. 15 que as atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

### 5.6. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente

O mundo passa por profundas mudanças sociais, econômicas e políticas e as instituições de ensino superior vivenciam no seu dia a dia essas mudanças, bem como precisa considerá-las no processo de formação dos alunos.

Nesse cenário, a busca pela excelência no ensino aliada a uma comunicação efetiva com a sociedade tem se transformado no principal desafio das IES, exigindo muita criatividade e trabalho na busca de soluções.

Estabelecer uma política de difusão das produções acadêmicas, institucionalizará os meios de divulgação dos conhecimentos construídos nas salas de aula, nos espaços interdisciplinares, nas ações e projetos de extensão e de investigação científica, levando a comunidade esses conhecimentos para que sejam ferramentas na solução de problemas do cotidiano, abrindo caminhos para o alcance dos objetivos

institucionais ao mesmo tempo em que a instituição exerce sua função social.

A produção acadêmica tem papel fundamental no desenvolvimento institucional e social, influenciando diretamente na qualidade de formação dos estudantes. Considerando isso, a Faculdade Santa Lúcia estabelece como objetivo estimular a difusão das produções acadêmicas, promovendo a divulgação dos conhecimentos científicos, didático-pedagógicos, tecnológicos, artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

Especificamente, nossa revista Caderno de Estudos e Pesquisas Universitas (Qualis B4), <a href="http://www.revistauniversitas.inf.br/">http://www.revistauniversitas.inf.br/</a>) nasceu amparado por conceitos quantitativos e qualitativos definidos em torno da produção científica de qualidade e com a participação de todos os Coordenadores dos Cursos pertencentes à Associação Educacional e Assistencial Santa Lúcia. É modelado por aspirações acadêmicas simples, mas contundentes, como: formação de um grupo de estudos composto por professores mestres e doutores dispostos a gerar conhecimento no âmbito dos cursos oferecidos na Faculdade Santa Lúcia, estabelecimento de eficazes relacionamentos institucionais a partir de produção acadêmica própria, geração de conhecimento científico inter-disciplinar a ser utilizado em atividades extra-curriculares pelos cursos existentes, atualização e troca de informações institucionais que podem subsidiar eventos destinados a alunos e também à comunidade.

Para estimular e difusão e a produção acadêmica a faculdade deve:

- Desenvolver ações para o incentivo a investigação científica e a produção acadêmica;
- II. Levar ao conhecimento da sociedade os conhecimentos produzidos cientificamente, buscando a solução de problemas e visando a integração da Faculdade com a comunidade;
- III. Desencadear processos de troca entre saberes popular e acadêmico, aplicando metodologias participativas que favoreçam uma produção resultante do confronto com a realidade;
- IV. Incentivar produções acadêmicas que tenham como tema a inclusão, os direitos humanos, a sustentabilidade, a preservação do patrimônio cultural e ambiental, a valorização das diferenças e o combate ao preconceito e a intolerância de qualquer natureza, reafirmando a IES como instituição socialmente responsável.

A Faculdade tem consciência da importância do incentivo a produção acadêmica como meio de fortalecimento do ensino e da extensão. Para isso, estabelece como ações para difusão dessas produções:

- Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações.
- Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e/ou produção de materiais didático pedagógicos.
- III. Apresentação de TCCs a bancas examinadoras.
- IV. Manutenção da Revista da Faculdade.
- V. Apoio a grupos de pesquisa que contribuam para promoção da justiça social, do meio ambiente, dos direitos humanos, da saúde e da inclusão, dentre outros;
- VI. Apoio aos discentes para realização de eventos científicos, com a oferta de espaço físico, material de papelaria e recursos tecnológicos;
- VII. Realização do projeto Faculdade Aberta, que insere a comunidade externa no ambiente acadêmico da faculdade.
- VIII. Manutenção no Plano de Carreira docente da produção acadêmica como um dos quesitos de avaliação para promoção na carreira

#### 5.7. Política institucional de acompanhamento dos egressos.

As políticas e as ações direcionadas aos egressos da Faculdade Santa Lúcia, vinculam-se à ideia de por meio desse acompanhamento possamos obter uma avaliação continuada das condições de oferta dos cursos da IES, visando à formação de profissionais capazes de se integrarem no mercado de trabalho.

Assim, definimos nossa política de acompanhamento de egressos:

- Implantar ações efetivas para verificação do egresso em relação à sua atuação no ambiente profissional e socioeconômico;
- Avaliar o desempenho dos Cursos com relação ao mercado de trabalho, pelo acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- III. Implantar programa regular de avaliação sob a ótica do egresso, abrangendo aspectos institucionais e do curso;
- IV. Manter registros atualizados de alunos egressos;
- V. Promover intercâmbio entre ex-alunos:
- VI. Promover encontros, cursos de extensão, reciclagens e palestras direcionadas a profissionais formados;

VII. Homenagear egressos que se destacam nas atividades profissionais.

Por meio do acompanhamento do egresso, será possível fazer o mapeamento e a construção de indicadores, a partir das informações colhidas, para uma discussão em termos da efetiva qualidade dos cursos e da repercussão dos mesmos no mercado e na sociedade. Considerando também que as informações são importantes indicadores para o aperfeiçoamento dos próprios cursos e o desenvolvimento qualitativo de oferta educacional da IES.

O programa de acompanhamento de egressos colhe dados sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, acompanhando também as mudanças e necessidades do mercado, visando subsidiar os proponentes de cursos para a revisão e organização das propostas de formação, no intuito de formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

A instituição entende que, quanto a egresso e o conceito a ser considerado, existe uma compreensão de categorias distintas, ou seja, qualidades que caracterizam o ser egresso.

Para esclarecimento consideramos primeiramente conforme nos indica Ferreira (1999) egresso é todo aquele que "deixou de pertencer a uma comunidade." Assim, percebe-se a existência de categorias distintas de egressos, que são:

- Concluíram todas as disciplinas do currículo de um curso e colaram grau, sendo então portadores de diplomas por esta IES.
- II. Aqueles que se transferiram para outras instituições de ensino superior.
- III. Aqueles que desistiram dos seus cursos, que evadiram ou abandonaram a IES.
- IV. Aqueles que ultrapassaram os limites de tempo para a conclusão de seu curso, que jubilaram na IES.

Para nós da Faculdade Santa Lúcia é importante ter o conhecimento e reconhecimento destes como egressos por deixarem de pertencer, em determinado momento e situação, ao nosso quadro acadêmico.

Acompanhar o egresso permite-nos avaliar os resultados da instituição, e a partir disso, introduzir modificações e inserir melhorias contínuas no processo de ensino.

Temos por objetivo com nossa Política de Acompanhamento do Egresso:

- I. Saber onde está nosso egresso, onde atua, quais dificuldades encontrou após a conclusão do curso, dentre outros.
- II. Manter um banco de dados atualizado com informações que

possibilitem manter com o egresso uma comunicação permanente.

- III. Estimular e criar condições para a educação continuada de egressos;
- IV. Construir, com base em seus depoimentos, indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidade que o mercado procura, sempre em consonância com as DCNs dos cursos.

E necessário que criemos mecanismos que possibilitem um canal de comunicação, de busca e acesso do egresso. Este acompanhamento dar-se-á por meio de nosso site na internet (<a href="http://santalucia.br/ex-alunos/">http://santalucia.br/ex-alunos/</a>) onde o egresso poderá interagir com a faculdade respondendo um questionário que avalia seu desempenho na comunidade.

#### 5.8. Política institucional para internacionalização

NSA

#### 5.9. Comunicação da IES com a comunidade externa

As relações da Faculdade Santa Lúcia com a comunidade externa, entendida como sociedade, se originam a partir de suas políticas de ensino, tanto de graduação como de pós-graduação e extensão, pois geram diretrizes adequadas para se estabelecer uma relação com os setores da sociedade.

Para tanto a IES se relaciona com o setor público e com o setor privado, para dar conta de seus estágios curriculares obrigatórios, realização de atividades complementares, oferta de cursos e atividades de extensão.

Sem dúvida as ações de uma faculdade, principalmente interiorizada, agrega valor ao desenvolvimento econômico e educacional da região em seu entorno. Os canais de comunicação são o site da IES, redes sociais e a ouvidoria.

A IES mantém parcerias com a comunidade, instituições e empresas para a consecução de seus fins educacionais. Relativo às empresas a relação de parceria também se dá com todas as que tiverem interesse em de alguma forma estar associada a nossa instituição. Nestes casos a ações são de parceria, por meio de contratos e convênios acadêmicos com fulcro no desenvolvimento educacional, social, e cultural.

Para que esta comunicação ocorra, divulgamos os resultados de nossas avaliações em nosso site, bem como a divulgação de cursos de graduação, extensão e demais informações acadêmicas e institucionais. Além disto, possibilita à comunidade

externa a interação com a Faculdade através de ouvidoria (fale conosco) e atendimento presencial por meio de sua recepção.

A Faculdade possui convênios com a maioria das empresas de sua ambiência, bem como com Sindicatos e entidades assistenciais.

Entre as ações da área de comunicação da Faculdade, destacam-se:

- Campanhas de divulgação dos mais variados processos seletivos;
- II. Elaboração de materiais de apresentação institucional;
- III. Fomento e promoção de eventos institucionais e ações de relacionamento;
- IV. Divulgação da produção acadêmica da instituição (revista Universitas);
- V. Ouvidoria responsável pela gestão e personalização do atendimento diante de conflitos e demandas de alunos, colaboradores e comunidade externa.

A Faculdade vem dando preferência para as versões digitais, que possibilitam uma comunicação mais ágil, econômica e interativa. Alunos, docentes, e colaboradores de todas as áreas se comunicam por meio de várias plataformas e ferramentas, onde quer que estejam, muitas vezes, em tempo real. Esse tipo de comunicação atende muito bem a Faculdade. O meio digital oferece a agilidade necessária para **cultivar dois dos valores da Faculdade: Responsabilidade e Respeito**.

O Portal da Faculdade (www.santalucia.br), com as principais notícias e informações sobre a IES, administrado pela Agencia de Publicidade traz: a história da Faculdade, endereços e telefones, assim como informações sobre os cursos que ela oferta. Há um espaço específico para divulgar notícias da instituição, e acesso à Biblioteca Virtual e Ouvidoria. Ele também permite acesso livre e gratuito a revistas e periódicos científicos, como a Revista Universitas. Além disso, o portal disponibiliza informações atualizadas sobre serviços como processo de transferência, convênios, crédito universitário e documentos institucionais.

A Faculdade Santa Lúcia também está presente no mundo virtual do Facebook e Twitter com o intuito de melhorar o relacionamento com o público e divulgar as ações/projetos/ eventos e informações da IES. As postagens trazem conteúdos pertinentes à vida acadêmica, dicas para vestibular, histórias e notícias de projetos, trabalhos e conquistas de alunos e professores.

Temos nosso 0800, linha direta com a comunidade para sanar dúvidas que não foram sanadas pelos canais anteriores. A ouvidoria, também é atuante, mas com o

advento das redes sociais tornou-se obsoleta, uma vez que a maioria das demandas acontece via Facebook.

#### 5.9.1. OUVIDORIA

A Ouvidoria da IES é um órgão de apoio que atuará tanto na área acadêmica quanto na área administrativa. A Ouvidoria deverá atuar como agente de mudanças, isto é, a partir de observações, percepções e conclusões permitidas pelos canais de comunicação que possui, pode recomendar aos departamentos pertinentes melhorias nas normas e procedimentos, oferecendo alternativas, identificando e analisando focos de conflitos.

A Ouvidoria atuará ainda na mediação dos conflitos apresentados, sem poder de decisão, mas de contribuição, encaminhando, acompanhando as questões e sugerindo medidas de soluções. É responsabilidade da Ouvidoria, atender e ouvir membros da comunidade universitária com cortesia e respeito, afastando-se de qualquer discriminação ou pré-julgamento; fornecer aos membros da comunidade, usuários, uma resposta por escrito as indagações e questões apresentadas a este órgão, de forma clara e objetiva; solicitar informações, esclarecimentos e documentações necessárias aos departamentos da instituição, de forma a subsidiar o atendimento e encaminhamento feito pelo setor e favorecer a integração interna, estimulando a solidariedade e cooperação mútuas para a consolidação de uma instituição humanizada. Compete ao ouvidor, figura central deste órgão, agir de forma ética, íntegra, transparente, imparcial e justa, resguardando o sigilo das informações apresentadas a ouvidoria e buscando junto aos órgãos competentes a devida resposta e tratativa dos questionamentos apresentados à ouvidoria.

A comunidade pode recorrer a ouvidoria institucional para qualquer manifestação (elogio, reclamação, denúncia e sugestão) sobre assuntos pertinentes a IES, quanto aos seus diversos departamentos e funcionários. A ouvidoria somente receberá manifestações em última instância de análise da situação, sendo o primeiro contato feito com professores, coordenações, diretorias de escolas, departamentos ou Diretorias, através do canal "fale conosco".

O atendimento ao aluno será feito através dos canais especificados abaixo:

- SMS (o discente pode enviar mensagem à Ouvidoria);
- Telefone (19-3806-3996);
- E-mail (ouvidoria@santalucia.br)
- Atendimento presencial.

#### 5.10. Comunicação da IES com a comunidade interna

A Faculdade Santa Lúcia além dos canais de comunicação citados na comunicação externa se comunica com a comunidade interna através de murais estrategicamente dispostos; correspondência eletrônica e avisos nas áreas restritas destinadas aos discentes em nosso portal. São realizadas ainda reuniões com representantes de classes (bimestralmente) para discussão acerca de ações acadêmico-administrativas derivadas de avaliações institucionais internas, externas e ouvidoria. Toda comunidade acadêmica tem acesso direto com a Direção; Coordenação e Professores, não havendo necessidade de marcar hora ou dia para serem atendidos.

A comunicação interna se dá por meio de sua estrutura organizacional. Os canais de comunicação, já implantados, foram desenvolvidos através de: comunicação interna por mídia informatizada, site da IES, Portarias, Resoluções, Instruções Normativas, comunicação diretamente com as chefias e coordenações, ouvidoria, murais, dentre outros.

No que se referir a resultados de avaliações pesquisas, oferta de cursos de qualquer modalidade adotada pela IES, estes estão amplamente divulgados no site e nos murais da Faculdade. Outras ações e comunicação com a sociedade se originam no próprio relacionamento com os alunos, diretamente, uma vez que são todos da comunidade, estando cotidianamente em contato estreito com a IES.

Uma boa comunicação organizacional interna é feita de forma descendente, ascendente e horizontalmente, pois até mesmo o conceito básico de comunicação já remete a uma via de mão dupla.

#### 5.10.1. Objetivos da comunicação interna

O principal objetivo da comunicação interna é alinhar as informações entre IES, colaboradores, docentes e discentes.

O primeiro e mais direto objetivo é informar, comunicar o que acontece e oferecer conteúdos que agreguem no dia a dia da comunidade. Isso tudo, feito de forma relevante e significativa, pois a forma que esses conteúdos serão apresentados é que vai determinar se o impacto será positivo ou negativo.

Um objetivo muito importante e que acontece indiretamente é fazer com que a comunidade participe de maneira colaborativa dos projetos da IES e das tarefas que lhes são designadas.

Dar voz aos membros de nossa comunidade também é um propósito da comunicação interna. A comunicação interna deve acontecer horizontalmente, ou seja, as informações devem ir e vir de todos os sentidos e todos precisam ser ouvidos.

Com informações bem divulgadas e acessíveis, e a comunidade com oportunidade de participar, a comunicação interna alcança o seu principal objetivo, que é alinhar comunidade e IES na mesma direção.

Não é segredo para ninguém que manter uma comunicação interna eficaz é fundamental para que todos os colaboradores e gestores consigam obter bons resultados e atingir suas metas. Além disso, uma comunicação assertiva pode evitar erros e melhorar a convivência dentro da IES.

Garantir uma comunicação interna eficiente também pode ser uma ótima maneira de motivar o público interno e auxiliar o desempenho da IES. Algumas atitudes básicas implementadas no dia a dia da Faculdade são fundamentais para melhorar a comunicação.

Dentre as ações capazes de aperfeiçoar nossa comunicação temos:

#### Divulgar no lugar certo e do modo adequado

O primeiro passo para garantir que a comunidade saiba o que está acontecendo na IES é definir os meios adequados para as divulgações oficiais. Utilizamos e-mail, mural, redes sociais entre outros recursos.

#### Praticar o feedback

Todo diálogo precisa de *feedback*. Essa prática é fundamental para melhorar a comunicação interna da IES e deve ser constante e contínua (e não apenas como uma ação pontual em momentos de crise, por exemplo).

Através do *feedback*, é possível, entre outros aspectos, saber se a comunidade recebeu todas as informações, se foram transmitidas de maneira adequada e se ainda há dúvidas que devem ser esclarecidas.

#### Estar abertos para ouvir

É importante que todos se sintam à vontade para discutir ideias e ouvir opiniões. Assim, é fundamental que os envolvidos saibam ouvir atentamente e assimilar adequadamente as informações. Isso evita mal-entendidos e possibilita a descoberta de ideias que podem ser muito úteis para a IES. A Faculdade deve estar aberta a ouvir o que sua comunidade tem a dizer, é também é uma ótima maneira de valorizá-los. Mas a recíproca deve ser verdadeira: eles também precisam aprender a ouvir e dialogar.

#### Promover a interação

Para melhorar a comunicação interna da IES, a comunidade deve interagir entre si. Estimulamos a discussão de ideias para que possamos promover o alinhamento de expectativas entre os membros. São realizadas reuniões regulares; estimulamos eventos internos mais descontraídos com o intuito de aproximar os membros da comunidade, permitindo que se comuniquem melhor no ambiente acadêmico.

#### 5.11. Política de atendimento aos discentes

#### 5.11.1. Acolhimento e Permanência.

O Programa de Acolhimento e Permanência do Discente tem como objetivo acolher os alunos ingressantes classificados em geral e/ou ingressantes com perfil de prioridade no processo de avaliação socioeconômica.

Durante os primeiros semestres da graduação grande parte dos estudantes se encontram alheios à vida acadêmica e às possibilidades de crescimento e amadurecimento pessoal, profissional e acadêmico que existem dentro da IES e, em particular, no curso que ingressaram. Tais fatores podem causar a evasão e ou o repensar no curso que escolheu, especialmente nas disciplinas iniciais do curso.

Conhecer a abrangência do curso e a potencialidade da Faculdade proporciona ao estudante a chance de vivenciar sua graduação de forma efetiva e produtiva.

É fato o alto índice de desistência e certo nível de displicência no que se refere à vida acadêmica por parte dos discentes. Partindo desse pressuposto, o programa insere-se na Faculdade com o intuito de resgatar e incentivar a importância do bom desempenho acadêmico, integrando um conjunto de ações destinadas ao apoio a permanência e a melhor inserção dos recém chegado à instituição.

Caberá à Coordenação de curso promover ações que visem:

- Orientar o ingressante sobre as rotinas do curso, os artigos à sua disposição bem como os trâmites de acesso às informações acadêmicas etc.;
- Dar ao ingressante acesso ao corpo docente e técnico administrativo com os quais estará em permanente contato;
- III. Introduzir o ingressante no mundo da Biblioteca, no sistema de gerenciamento acadêmico e no mundo das plataformas virtuais de

aprendizagem, se for o caso;

- IV. Ampliar o atendimento aos alunos ingressantes nos cursos de graduação proporcionando-lhes suporte didático no sentido de minimizar deficiências de conhecimentos básicos necessários às disciplinas introdutórias dos cursos;
- V. Identificar a motivação do ingressante no primeiro período do curso;
- VI. Identificar as possíveis causas para a evasão do ingressante ao longo do primeiro período;
- VII. Promover acompanhamento do ingressante durante todo o primeiro semestre, visando antecipar, com base na identidade do ingressante (familiar, eclesiástica, sociocultural, intelectual etc.) e em sua escolha pela Instituição e seu curso, possíveis indícios de evasão;
- VIII. Reagir imediatamente a quaisquer indícios de evasão através de medidas preventivas e respostas afirmativas aos mesmos;
- IX. Apresentar o Portal do Aluno, sua área restrita, onde seu semestre inteiro já está planejado;
- X. Demonstrar que ao utilizar nosso portal a aula será mais dinâmica e proveitosa, incentivando o aluno a consultar seus encontros semanais com antecedência.

Caberá ao NAPP - Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicológico, deixar sua agenda aberta aos alunos ingressantes, acompanhar suas necessidades instrucionais e pessoais, identificar possíveis problemas de aprendizagem, dentre outros. Ao oferecer acompanhamento a alunos que apresentem fragilidades na permanência acadêmica o NAPP atende, acompanha e atenta para potenciais evadidos. Suas estratégias de aproximação do acadêmico facilitam o acesso, legitimam a função e garantem ao estudante o sentimento de estar amparado.

Caberá a Biblioteca, especificamente a bibliotecária, apresentar nossa biblioteca física, a virtual, a base de dados, nosso sistema de busca e o regulamento de funcionamento da biblioteca.

Os demais envolvidos (secretaria, tesouraria, recepção), cordialidade e prontidão para dirimir as dúvidas dos ingressantes serão atitudes que ajudarão na permanência de nosso ingressante, todos devem se envolver na recepção e acolhimento do discente.

#### 5.11.2. Bolsas de Estudo.

A Faculdade Santa Lúcia concede bolsas de estudo, através de uma política abrangente de grande alcance social, sendo representada por bolsas-desconto para alunos carentes, para alunos da mesma família que estudam simultaneamente ou alternadamente na Instituição, para funcionários, filhos e cônjuges de funcionários e professores.

#### 5.11.3. Financiamento Estudantil

A instituição tem programas de financiamento próprio (FESLU), conforme regulamento à disposição.

#### 5.11.4. Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicológico

O NAPP - Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicológico da Faculdade Santa Lúcia - surgiu como estratégia de ação para melhorar a formação do corpo discente egresso desta instituição.

A contribuição do Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicológico vai além da mera contribuição sobre as questões relativas às técnicas de ensinar, uma vez que busca investigar, analisar, refletir e propor ações sobre o processo ensino-aprendizagem no contexto do ensino superior a partir das experiências dos alunos. Desta maneira, busca implementar processos pedagógicos que levem em conta a realidade dos educandos, seu contexto socioeconômico, seus saberes, suas visões de mundo, favorecendo o desenvolvimento de profissionais socialmente compromissados e verdadeiramente envolvidos na qualidade do ensino e, consequentemente, na aprendizagem dos graduandos. Esta postura reflexiva e engajada sobre a articulação dos conhecimentos técnicos e a prática pedagógica irá facilitar a participação nas discussões para a elaboração do Projeto Pedagógico dos Cursos de modo coletivo.

Os profissionais ficam à disposição do corpo docente e discente, bastando, para ter acesso ao atendimento, agendar um horário.

#### 5.11.5. Mecanismos de Nivelamento

Dentro da filosofia de atendimento integral a seu alunado, no sentido de priorizar o atendimento pedagógico, a faculdade possui um núcleo de atendimento pedagógico e psicológico, com professores capacitados a atender às diversas demandas dos discentes. Não se desenvolve um processo de aprendizagem sem que a instituição esteja atenta às dificuldades e às peculiaridades apresentadas pelos docentes e

discentes. Isso implica em compromisso de atenção cotidiana ao que se passa na sala de aula e em outros ambientes escolares.

A Faculdade Santa Lúcia desenvolve uma política de nivelamento junto ao seu corpo discente mediante a adoção de mecanismos que possibilitam a superação das dificuldades de aprendizado e/ou construção de conhecimentos.

Os mecanismos de nivelamento estão voltados à otimização na apropriação dos conteúdos fundamentais e que respondem aos objetivos do próprio curso, e são desenvolvidos através de cursos e outras atividades, por professores e monitores habilitados, com os seguintes objetivos:

- I. propiciar ao aluno um espaço e um momento para esclarecimento de dúvidas de temas pertinentes à matéria;
- nivelar turmas heterogêneas, cujos componentes se encontrem em diferentes estágios dentro do processo de construção do conhecimento;
- III. compensar e superar as dificuldades apontadas pelos ingressantes, advindas do ensino médio.

#### 5.11.6. Atendimento extraclasse

A necessidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem por meio de mecanismos que permitam ao aluno maior aprofundamento nos conteúdos, bem como esclarecimento de dúvidas pertinentes aos temas ministrados, levou à instituição do Programa de Atendimento Extraclasse, em conformidade com as disposições abaixo:

- Art. 1º O Programa de Atendimento Extraclasse consistirá no atendimento aos alunos pelos professores com os seguintes objetivos:
  - propiciar ao aluno um espaço e um momento para esclarecimento de dúvidas e aprofundamento de temas pertinentes à matéria;
  - II. permitir ao professor desenvolver atividades destinadas a sedimentar, junto aos alunos, os conhecimentos trabalhados em sala de aula;
  - III. nivelar turmas heterogêneas, cujos componentes se encontram em diferentes estágios dentro do processo de construção de conhecimento.
- Art. 2º O atendimento extraclasse será desenvolvido nas dependências da Faculdade ou do Polo, conforme o procedimento prescrito a seguir.
  - § 1º Verificada a dificuldade na aprendizagem de determinada disciplina, os alunos deverão encaminhar ao Coordenador do respectivo curso um requerimento solicitando um atendimento especial do professor.
  - § 2º No requerimento, disponibilizado na Coordenadoria de Cursos, deverá constar:
  - I. justificativa do pedido;

- II. relação de temas/conteúdos a serem abordados pelo professor;
- III. indicação da data de início do(s) plantão(ões) do professor;
- IV. indicação da disponibilidade de horário dos alunos.

#### 5.11.7. Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos

Direcionada aos alunos da Faculdade, as Normas para Elaboração de Monografias e Trabalhos Acadêmicos tem o objetivo de padronizar e estabelecer normas de apresentação e redação dos trabalhos a serem apresentados. As Normas da Faculdade Santa Lúcia são baseadas nas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT -, e em algumas sugestões e adaptações recomendadas pelos professores.

As Normas para Elaboração de Monografias e Trabalhos Acadêmicos da Faculdade têm a finalidade de orientar o discente na elaboração, de forma adequada, de seus trabalhos acadêmicos e científicos como também estabelecer um padrão para os trabalhos apresentados nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade.

#### 5.11.8. Acompanhamento Estágios Não Obrigatórios (remunerados ou não)

Para contratação de estagiários, a unidade concedente, em conjunto com o estudante, deve preencher o plano de atividades e enviar a Coordenação de Curso. Caso seja favorável o parecer da coordenação, deverá ser firmado um Convênio entre a Empresa e a Faculdade, preferencialmente com prazo determinado.

De posse do convênio, o discente deverá entregar o documento na Secretaria da Faculdade para que seja enviado ao Departamento Jurídico da Instituição, para que sejam verificados os aspectos legais.

Firmado o Convênio, a concedente deve providenciar o seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, constante do Termo de Compromisso de Estágio. O termo deve ser entregue na secretaria da Faculdade para que possam ser colhidas as assinaturas dos responsáveis.

A renovação do prazo de estágio ou qualquer alteração das cláusulas antes estabelecidas deve ser feita através de aditivo ao termo de compromisso. Qualquer alteração está condicionada à aprovação da Faculdade. O termo aditivo deve ser apresentado para assinatura da Instituição de Ensino antes da data de encerramento ou da data de alteração das condições de estágio previstas no termo de compromisso original.

O estágio pode ser encerrado a qualquer momento por iniciativa de qualquer das

partes. Apesar de não previsto em lei, recomenda-se que tanto o estudante quanto a unidade concedente de estágio comuniquem a intenção de encerrar o estágio com antecedência mínima de sete dias à outra parte.

A rescisão do termo de compromisso de estágio, antes da data prevista no termo de compromisso, deve ser comunicada a Faculdade por meio do termo de rescisão.

Os motivos para a rescisão imediata do estágio são: conclusão, desistência, abandono do curso ou trancamento de matrícula, reprovação por frequência, transferência de curso ou instituição de ensino; descumprimento das cláusulas do termo de compromisso de estágio.

O acompanhamento e a avaliação do estágio pela instituição de ensino são instrumentos imprescindíveis à garantia do estágio como ato educativo. O processo de acompanhamento dos estágios não obrigatórios pela Faculdade é iniciado com a avaliação, pelas respectivas coordenações de curso ou estágio, do Plano de Atividades de Estágio proposto pela unidade concedente.

As vagas de estágio são divulgadas no Portal Acadêmico. Para divulgar vagas de estágio, a unidade concedente deverá enviar um email para: secretaria@santalucia.br.

O processo de contratação do estágio pode ser intermediado por um agente de integração. Isso ocorre quando a unidade concedente do estágio contrata os serviços de um agente de integração e delega as tarefas administrativas e operacionais necessárias à contratação do estagiário a este agente. O agente de integração não substitui a instituição de ensino na relação de estágio.

#### 5.11.9. Atendimento das pessoas com necessidades específicas

O atendimento às pessoas com necessidades específicas demanda uma especialização por parte da instituição em vários âmbitos: de pessoal, de infraestrutura e atitudinal. O atendimento educacional especializado será qualificado por meio de ações encadeadas que serão disparadas pela NAPP e devem se estender a todo o corpo da instituição para que sejam eficazes.

Ao implantar e aperfeiçoar processos para o atendimento adequado às pessoas com necessidades específicas (PNE), temos as seguintes:

- I. Garantir atendimento especializado no processo de ingresso adequado às PNE.
- II. Garantir o atendimento educacional especializado para atender as PNE.

III. Implementar a legislação relacionada à acessibilidade e à inclusão.

A primeira ação é a sensibilização da instituição como um todo, para que compreendam a importância do atendimento educacional especializado e sejam parceiros do NAPP, derrubando barreiras no âmbito administrativo e acadêmico.

A faculdade realizou adaptações arquitetônicas das instalações para que atendam as normas vigentes de acessibilidade, conforme aponta nosso Plano de Acessibilidade.

A Faculdade Santa Lúcia apresenta condições de acesso e garante a acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

A Faculdade Santa Lúcia garantirá o acesso ao conhecimento a todas as pessoas, independente da raça, credo, orientação sexual, deficiência de alguma forma ou diferencial cognitivo, sendo compromisso daqueles que detêm o conhecimento, envidar esforços no sentido de minimizar a exclusão social, a pobreza, a violência, o analfabetismo, a fome e as enfermidades.

A inclusão não pode ser concebida apenas como a inserção da pessoa portadora de deficiência ou diferencial cognitivo num estabelecimento de ensino, mas proporcionar-lhe condições de aquisição do conhecimento e participação ativa do processo educacional, prevendo recursos e serviço de apoio especializado para que o estudante tenha condições de integrar-se na sociedade e ingressar no mundo do trabalho de acordo com suas possibilidades.

Aos alunos com deficiência visual, caso tenha ingressantes com estas necessidades, a instituição promove as condições necessárias para o bom aprendizado do aluno.

Aos alunos com deficiência auditiva, a instituição proporciona além de capacitação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para todos os professores, intérprete em LIBRAS, principalmente em períodos de realização de provas, para complementar a avaliação escrita quando o aluno não conseguir expressar o seu real conhecimento, bem como orientação aos professores para que valorizem o conteúdo

semântico e conheçam as especificidades linguísticas do aluno com deficiência auditiva.

Objetivamente, a Faculdade Santa Lúcia possui a questão da acessibilidade pedagógica e atitudinal tratada, continuamente, no âmbito de seus programas de formação continuada dos corpos docente e técnico-administrativo atendendo à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências que devem ser atendidos pelas IES, bem como ao Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com respeito a alunos portadores de deficiência física as instalações da Faculdade atenderão aos seguintes requisitos:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
  - rampas e/ou elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
  - colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- instalação de lavabos, bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

No que concerne a alunos portadores de deficiência visual, a Faculdade assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso de:

- manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado a computador;

- adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

Quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, a Faculdade assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso, de:

- propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

A respeito do tratamento diferenciado, a instituição estará comprometida em disponibilizar, sempre que for necessário, o seguinte:

- assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
  - sinalização ambiental para orientação;

- divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador em locais e edificações de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e
  - existência de local de atendimento específico.

Quanto aos alunos com Transtorno de Espectro Autista, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garantirá o atendimento visando a sua plena acessibilidade ao Ensino Superior (arquitetônica, comunicacional, pedagógica e atitudinal) e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil do egresso do curso escolhido em igualdade de condições;

Apoiará e orientará, juntamente com os setores pedagógicos da instituição, o corpo docente e coordenadores na adequação e/ou desenvolvimento de metodologias, tendo em vista o melhor aproveitamento acadêmico do aluno com Transtorno do Espectro Autista.

Além disso, a Faculdade Santa Lúcia possui a questão da acessibilidade pedagógica e atitudinal tratada, continuamente, no âmbito de seus programas de formação continuada dos corpos docente e técnico-administrativo.

# 5.12. Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)

A produção acadêmica tem papel fundamental no desenvolvimento institucional e social, influenciando diretamente na qualidade de formação dos estudantes. Considerando isso, a Faculdade Santa Lúcia estabelece como objetivo estimular a difusão das produções acadêmicas, promovendo a divulgação dos conhecimentos científicos, didático-pedagógicos, tecnológicos, artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

Especificamente, nossa revista Caderno de Estudos e Pesquisas Universitas (Qualis B4, http://www.revistauniversitas.inf.br/) nasceu amparado por conceitos quantitativos e qualitativos definidos em torno da produção científica de qualidade e

com a participação de todos os Coordenadores dos Cursos pertencentes à Associação Educacional e Assistencial Santa Lúcia. É modelado por aspirações acadêmicas simples, mas contundentes, como: formação de um grupo de estudos composto por professores mestres e doutores dispostos a gerar conhecimento no âmbito dos cursos oferecidos na Faculdade Santa Lúcia, estabelecimento de eficazes relacionamentos institucionais a partir de produção acadêmica própria, geração de conhecimento científico inter-disciplinar a ser utilizado em atividades extra-curriculares pelos cursos existentes, atualização e troca de informações institucionais que podem subsidiar eventos destinados a alunos e também à comunidade.

A Faculdade Santa Lúcia tem em vista:

- I. desenvolver ações para o incentivo a investigação científica e a produção acadêmica:
- II. levar ao conhecimento da sociedade os conhecimentos produzidos cientificamente, buscando a solução de problemas e visando a integração da Faculdade com a comunidade:
- III. desencadear processos de troca entre saberes popular e acadêmico, aplicando metodologias participativas que favoreçam uma produção resultante do confronto com a realidade;
- IV. incentivar produções acadêmicas que tenham como tema a inclusão, os direitos humanos, a sustentabilidade, a preservação do patrimônio cultural e ambiental, a valorização das diferenças e o combate ao preconceito e a intolerância de qualquer natureza, reafirmando a IES como instituição socialmente responsável

A Faculdade tem consciência da importância do incentivo à produção acadêmica como meio de fortalecimento do ensino, da extensão e da investigação científica. Para isso, estabelece como ações:

- Apoio financeiro a discentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações, conselhos de classe, etc.;
- Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e/ou produção de materiais didático pedagógicos;
- III. Apresentação de TCCs, Monografias, Artigos Científicos e Estágios a bancas examinadoras;
- IV. Realização da Semana Aberta, Congresso Científico, anualmente, aberta a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas

emergentes, em especial que envolvam a questão das relações étnicoraciais, da educação ambiental, dos direitos humanos e da acessibilidade além da apresentação dos Trabalhos acadêmicos dos alunos desenvolvidos no ano;

- V. Manutenção da Revista Universitas (Qualis B4), como fonte de inspiração para publicações de alunos;
- VI. Apoio a grupos de pesquisa que contribuam para promoção da justiça social, do meio ambiente, dos direitos humanos, da saúde e da inclusão, dentre outros;
- VII. Apoio aos discentes para realização de eventos científicos, com a oferta de espaço físico, material de papelaria e recursos tecnológicos.

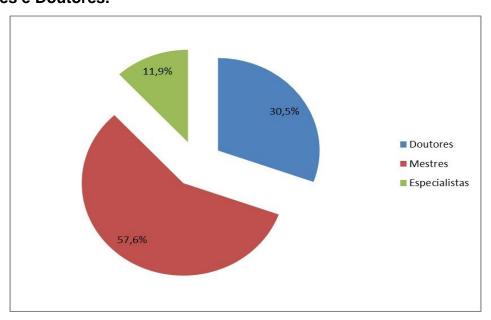
#### 6. Políticas de Gestão

A estrutura organizacional da IES, em termos de concepção gerencial busca, em seus aspectos morfológicos e fisiológicos, de interação, de relação intrínseca com a missão institucional, ser integrada com simplificação dos processos administrativos sem a perda do controle gerencial e mais próxima e disponível de seu corpo social.

Neste caso, torna-se latente a necessidade de redução dos níveis hierárquicos, fazendo com que a estrutura organizacional da Instituição torne-se simplificada e flexível, comprometida com os ensejos institucionais.

#### 6.1. Titulação do corpo docente

O corpo docente da Faculdade é composto por 11,9% de especialistas e **88,1%** de **Mestres e Doutores.** 



#### 6.2. Política de capacitação docente e formação continuada

A capacitação docente compreende a realização de pós-graduação stricto sensu ou lato sensu, atividades de atualização e desenvolvimento, e participação em eventos de caráter científico ou cultural, que poderão ocorrer dentro ou fora da Instituição.

De acordo com o orçamento para tal, poderá a entidade mantenedora conceder auxílio financeiro na forma de bolsa e/ou custeio de despesas.

A política de treinamento e desenvolvimento da instituição prevê os seguintes procedimentos:

- I. Encaminhamento das solicitações para capacitação de docentes pela Instituição ao Conselho de Curso.
- II. Compromisso de permanência do docente na instituição após a conclusão de seu curso, por tempo, igual ou superior ao do período de gozo do benefício.
- III. Obrigatoriedade de apresentação de relatórios semestrais, com visto do orientador ou coordenador do curso, durante todo o período de afastamento.

O período de afastamento do docente para atividades de capacitação será definido na ocasião, considerando-se a carga horária do curso ou atividade a ser desenvolvida.

A Faculdade Santa Lúcia espera que com a capacitação do docente esteja:

- I. Promovendo a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, por meio de cursos de capacitação e atualização profissional, dando oportunidade, ao seu corpo docente, de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.
- II. Valorizando a qualificação dos docentes através da formação acadêmica, em termos de mestrado e doutorado.
- III. Dando condições necessárias para educação continuada, através de meios que permitam a sua constante atualização.
- IV. Reciclando os docentes a fim de que os mesmos possam adotar práticas pedagógicas inovadoras, visando o incremento dos padrões de qualidade de ensino.

### 6.3. Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnicoadministrativo.

A Associação Educacional e Assistencial Santa Lúcia, mantenedora da Faculdade Santa Lúcia, tem conhecimento que implantar um plano de capacitação significa institucionalizar uma política permanente de formação de recursos humanos.

Capacitando seu corpo técnico administrativo a faculdade espera:

I. Promover a melhoria da qualidade das funções e atualização

profissional, dando oportunidade, ao seu corpo técnico administrativo, de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais;

- Valorizar a qualificação através da formação, em termos de conhecimento e aprimoramento;
- III. Dar as condições necessárias para educação continuada, através de meios que permitam a sua constante atualização;
- IV. Reciclar o corpo técnico administrativo a fim de que os mesmos possam adotar práticas inovadoras, visando o incremento dos padrões de qualidade.

O corpo técnico administrativo será apoiado na busca de conhecimento que agreguem valor a sua formação e qualificação do profissional. Para isso, além do apoio à participação em eventos e cursos externos, participarão de cursos de capacitação na própria unidade ou a distância ministrados por profissionais qualificados. Terão prioridade os pedidos dos técnico-administrativos que desejarem participar de cursos na sua área específica.

Caberá a mantenedora gerenciar todas as atividades de apoio administrativo e financeiro aos colaboradores técnico-administrativos.

# 6.4. Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância

NSA

#### 6.5. Processos de gestão institucional

#### 6.5.1. Gestão da política acadêmica administrativa

A Política acadêmica administrativa da IES deixa clara a decisão de alicerçar seu planejamento na missão institucional, na filosofia de ação participativa adotada, nas particularidades de sua identidade, nas pessoas que compõem a organização, nos alunos a quem a Instituição atende e na responsabilidade social que faz questão de ter.

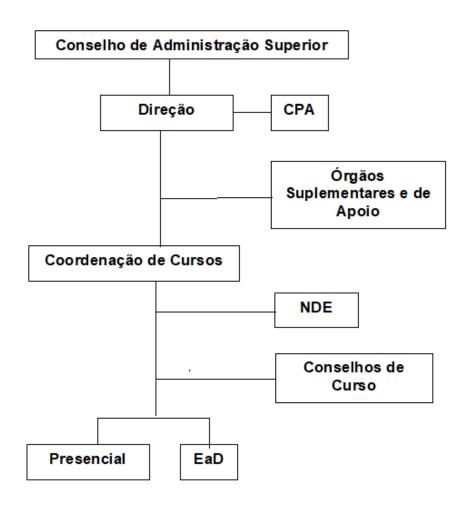
Ao serem definidas as concepções acerca de política acadêmica administrativa, oportuno que se possa vinculá-lo ao processo de avaliação institucional, tal como vem ocorrendo em várias universidades brasileiras. Esses dois processos interligam-se e estão vinculados a dois aspectos fundamentais da Instituição: a tomada de decisões e a ação decorrente em termos de correção de desvios/ reforço dos aspectos positivos/ aproveitamento das disponibilidades. Ambos os processos - o de política acadêmica administrativa e o de avaliação institucional -, vistos como instrumentos gerenciais, não

são fins em si mesmos. São instrumentos articuladores de mudança e de correção de rumos, tanto no que concerne às estruturas organizacionais quanto ao que nelas se desenvolve.

Toda política acadêmica administrativa, tem como insumos básicos os componentes que dizem respeito à infraestrutura física, aos conteúdos, programas curriculares, materiais e equipamentos didáticos, recursos humanos e financeiros. Some-se a isso a legislação, conjunto de normas e regulamentos e outros componentes que são fundamentais para a organização e o funcionamento da Instituição, além da consideração permanente dos cenários externo e interno. A política acadêmica administrativa, com relação aos insumos básicos, cumpre um papel importante no sentido de articular as demandas, os interesses, os projetos e os programas institucionais, distribuídos num cronograma em diferentes períodos de tempo e com atores diferentes.

Concebido dessa forma, a política acadêmica administrativa na IES constitui-se em uma ferramenta de desenvolvimento institucional. Torna aqueles que a utilizam capazes de se comprometer com as políticas por eles definidas, com os objetivos, metas e ações por eles traçadas e por eles executadas, avaliadas e realimentadas.

#### 6.5.2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL



#### 6.5.3. REGIMENTO INTERNO DA MANTIDA

O Regimento Interno da Faculdade Santa Lúcia encontra-se em anexo deste PDI

#### 6.5.4. ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES

Os Órgãos Colegiados Superiores da Faculdade Santa Lúcia são independentes, exercendo no exercício de suas funções.

### 6.5.5. AUTONOMIA DA MANTIDA EM RELAÇÃO À MANTENEDORA

A autonomia didático-científica compreende a competência para:

- Estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão.
- Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes e fixar

as vagas iniciais.

- Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes curriculares nacionais.
- Estabelecer planos, programas e projetos de iniciação científica, produção artística e atividades de extensão.
- Conferir graus, diplomas e outros títulos e registrá-los.
- Estabelecer seu regime acadêmico e didático-científico.

#### 6.5.6. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

A autonomia administrativa compreende a competência para:

- Propor a reforma de seu Regimento, para vigência, no que couber, após aprovação dos órgãos competentes.
- Elaborar, reformular e aprovar o Regimento e os regulamentos institucionais.
- Propor à Mantenedora a fixação dos encargos educacionais, das taxas e emolumentos a serem cobrados pelos serviços prestados, respeitada a legislação pertinente em vigor.
- Propor formas de seleção, admissão, promoção, licenças, substituições e dispensa do pessoal docente, bem como estabelecer seus direitos e deveres.

# 6.6. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático NSA

#### 6.7. Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional

Na elaboração do PDI da instituição são projetados os gastos para o próximo quinquênio e alocados recursos que possibilitem a manutenção e o desenvolvimento organizacional, dando viabilidade para as políticas de ensino, extensão e iniciação científica.

Entretanto, a cada ano são feitas revisões e adequações desta proposta orçamentária com o objetivo de corrigir possíveis distorções ou acompanhar mudanças decorrentes da economia, das políticas educacionais, entre outros. Além disso, são realizados semestralmente estudos da proposta orçamentário x orçamento realizado e acompanhamento da distribuição dos créditos a partir da definição de metas e objetivos mensuráveis que permitem a tomada de decisões internas, sendo elas:

- Acompanhamento semestral planejado/realizado;
- Ajuste do projetado quando necessário;

- Manutenção de variação inferior a 3% nas contas do orçamento;
- Informação da contabilidade ao gestor sobre desvios da meta acima de 10%;
- Analise e readequação das contas conforme necessário atualizando a peça orçamentária.

As fontes de recursos são raramente ampliadas, isso ocorre pela entrada anual de nossos alunos, a cada início do ano é revisto o planejamento e onde podemos fortalecer o orçamento da IES.

#### 6.8. Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna

Anualmente a mantenedora da Faculdade elabora uma proposta orçamentária, esta proposta tendo por base a consciência do mantenedor sobre sua responsabilidade civil, criminal, social e econômica é realizada baseando-se nas informações levantadas pela CPA, que indicam quais áreas necessitam de investimentos financeiros. Além disso, para elaboração do orçamento é consultado o Conselho Superior da mantida, os coordenadores de curso, o pessoal técnico administrativo sobre os assuntos de oferta de cursos, implementação do parque tecnológico, implementação dos laboratórios dos cursos e sobre a produção de ferramentas pedagógicas para o desenvolvimento do ensino e da extensão, garantindo o desenvolvimento de competências e habilidade profissionais dos egressos da IES.

Para que as instâncias gestoras e acadêmicas estejam cientes e aptas a participar e acompanhar a gestão dos recursos, estes são capacitação para interpretação de orçamentos e dos resultados operacionais trimestrais em instituições de ensino, sendo esta capacitação realizada por uma funcionária da área contábil da IES.

### 6.8.1. Proposta orçamentária para o quinquênio

Receitas	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Anuidades/Mensalidades	9.264.000,00	11.064.000,00	13.064.000,00	15.564.000,00	18.764.000,00
Taxas/Secretaria	46.320,00	55.320,00	65.320,00	77.820,00	93.820,00
Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA BRUTA	9.310.320,00	11.119.320,00	13.129.320,00	15.641.820,00	18.857.820,00
DESCONTOS	884.480,40	1.056.335,40	1.247.285,40	1.485.972,90	1.791.492,90
Bolsas	1.024.135,20	1.223.125,20	1.444.225,20	1.720.600,20	2.074.360,20
Inadimplência	1.303.444,80	1.556.704,80	1.838.104,80	2.189.854,80	2.640.094,80
TOTAL DESCONTOS	3.212.060,40	3.836.165,40	4.529.615,40	5.396.427,90	6.505.947,90
Receita Operacional	6.098.259,60	7.283.154,60	8.599.704,60	10.245.392,10	12.351.872,10
Despesas	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
1. PESSOAL					
Docente/encargos	3.658.955,76	4.369.892,76	5.159.822,76	6.147.235,26	7.411.123,26
Técnicos e Administ./encargos	609.825,96	728.315,46	859.970,46	1.024.539,21	1.235.187,21
Sub-total	4.268.781,72	5.098.208,22	6.019.793,22	7.171.774,47	8.646.310,47
2. MANUTENÇÃO					
Consumo	731.791,15	873.978,55	1.031.964,55	1.229.447,05	1.482.224,65
Aluguel	0,00	0,00	21.600,00	25.200,00	28.800,00
Sub-Total 2	731.791,15	873.978,55	1.053.564,55	1.254.647,05	1.511.024,65
3. INVESTIMENTO					
Móveis/utensílios	0,00	80.000,00	50.000,00	0,00	25.000,00
Reformas/Construções	0,00	850.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00
Laboratórios	0,00	150.000,00	100.000,00	0,00	80.000,00
Biblioteca/acervo	75.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	55.000,00
Equip. informática	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00	0,00
Computadores	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00
Diversos	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Sub-Total 3	125.000,00	1.290.000,00	595.000,00	560.000,00	560.000,00
4. OUTROS					
Treinamento	15.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Pesquisa e Extensão	60.000,00	75.000,00	90.000,00	110.000,00	135.000,00
Eventos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total 4	75.000,00	85.000,00	100.000,00	120.000,00	145.000,00
TOTAL	897.686,73	-64.032,17	831.346,83	1.138.970,58	1.489.536,98

#### 7. Infraestrutura.

A Faculdade funciona em um prédio próprio, situado na Rua Dr. Ulhoa Cintra, 351, Centro – Mogi Mirim-SP, instalada no centro da cidade, servido por várias linhas de ônibus e de fácil acesso, possuindo uma área de aproximadamente 5.300 m². A IES conta com infraestrutura de segurança pessoal, patrimonial e de prevenção de incêndio.

A segurança do ambiente institucional é feita por profissional efetivo, admitido para esse fim e que permanece durante o período de funcionamento e à noite, além de vigilância por meio eletrônico.

O espaço é cercado e possui catracas que controlam o acesso ao interior do prédio. As instalações estão equipadas com extintores de incêndio. A manutenção e conservação das instalações são feitas por equipe permanente de limpeza e, conforme necessidade de manutenção técnica, essa é feita por meio de contratação pelo Mantenedor.

A Faculdade Santa Lúcia tem firme propósito de assegurar aos portadores de necessidades especiais totais condições acesso tanto ao ensino, como às instalações físicas da instituição, o prédio possui rampa de acesso para cadeirantes até as salas de aula, elevadores, banheiros masculino e feminino acessível para PNE. As portas com largura de acordo com a NBR 9050, cadeiras com braço para canhoto e corrimão.

#### 7.1. Manutenção Predial: Conservação, Manutenção e Avaliação.

Ao estabelecermos a sistemática gestão predial, com foco na manutenção preventiva e corretiva, estamos fazendo nosso papel para trazer segurança e bem estar a nossa comunidade acadêmica. O pessoal encarregado da conservação e manutenção da faculdade (funcionários registrados) aliados aos terceirizados (engenheiros, eletricistas, encanadores, dentre outros) atuam para manter:

- I Manutenção e conservação do acesso e sinalizações no piso;
- II Pequenas obras de instalações, manutenção e conservação de revestimentos;
- III Manutenção e conservação de revestimentos e aplicações em paredes e pisos, tanto no interior quando no exterior das edificações;
- IV Manutenção e conservação da pintura no interior e exterior das

edificações;

- V Manutenção e conservação de portas, janelas, tetos e outros, incluindo fornecimento de vidros;
- VI Manutenção de vazamentos, perda de jato, refrigeração deficiente e outros;
- VII Manutenção de cabos de eletricidade: fiação, materiais elétricos e outros;
- VIII Manutenção dos quadros elétricos;
  - IX Manutenção de cabos de informática, comunicações, sistema de alarme, controle eletrônico, antenas, para-raios e outros;
  - X Instalação de tomadas e pontos de energia extras em ambientes onde já existam infraestrutura de distribuição implementada;
  - XI Serviços de pequenas instalações sob a orientação da de profissionais terceirizados (engenheiros, eletricistas etc.)

Não somente manter as condições originais das máquinas e equipamentos, mas as atividades de manutenção atualmente possuem um escopo mais abrangente. Elas também introduzem melhorias que permeiam a efetivação de condições que contribuem para o aumento da produtividade e qualidade dos serviços.

As atividades de conservação e manutenção são realizadas da seguinte forma:

<u>Manutenção Preditiva:</u> baseia-se em planejamentos exímios e elaborados onde os componentes de uma máquina ou instalação são substituídos em períodos préprogramados, baseados em estudos e históricos de cada componente, aproveitando ao máximo sua vida útil, e trocando-os antes de entrarem em colapso.

<u>Manutenção Preventiva</u>: São atividades planejadas que prezam a conservação dos equipamentos e instalações e suas características produtivas ou de trabalho antecipando a ocorrência de falhas/quebras.

<u>Manutenção Corretiva:</u> Possuem caráter emergencial e sem planejamento.

Ao pensar em avaliações periódicas do nosso espaço é preciso, em primeiro lugar, considerar todos os tipos de usuários (com ou sem restrições). Os espações devem ser acessíveis, para toda comunidade acadêmica, bem como precisamos balizar a curto e médio prazo quais serão as necessidades da IES. Procuramos estar atento aos **problemas de uso**: que significa a possibilidade de participação de todo e

qualquer indivíduo nas atividades desenvolvidas pela IES, podendo utilizar todos os ambientes e equipamentos.

Partindo do pressuposto acima a Faculdade tem algumas diretrizes que norteiam sua avaliação periódica de espaços, a saber:

- I Manter a rotina de inspeção e avaliação sistemática das instalações;
- II Identificar as melhores oportunidades de expansão e/ou adequação de seus imóveis;
- III Observar os espaços destinados à comunidade, proporcionando acessibilidade e mantendo um ambiente propício para as atividades desenvolvidas;
- IV Garantir a conservações da infraestrutura existente;
- V Aperfeiçoar, de forma sistemática, a infraestrutura física, projetando-a para que seja propícia às atividades desenvolvidas pela IES;
- VI Manter o padrão de atendimento às necessidades institucionais;
- VII Manter o mobiliário em perfeitas condições de uso e adequação a cada ambiente;
- VIII Avaliar os espações sempre que a Mantenedora ou Direção da faculdade pensar em expansão de cursos e ou laboratórios;
  - IX Avaliar o entorno da Faculdade, verificando as condições de acesso e segurança da comunidade.

#### 7.2. Instalações administrativas

Salas amplas e adequadas ao funcionamento administrativo da faculdade, contamos com as seguintes salas para atendimento aos alunos e colaboradores:

• Expediente; Secretaria; Arquivo permanente; Tesouraria; Sala reunião; Direção; Sala atendimento e reuniões da CPA; Sala atendimento NAPP; Copa e cozinha exclusiva para técnicos administrativos; Sala de Professores; Salas de Coordenação de cursos; Copa e cozinha para atendimento exclusivo de professores; Sala para refeições; Sala para atendimento individual de alunos.

Quanto a manutenção e conservação: descrita conforme nossa **sistemática gestão predial**, elencada no item 7.1.

#### 7.3. Salas de aula

Amplas e adequadas para o corpo discente, conforme a seguir:

		Сарас	cidade
Sala	Andar	Mínima	Máxima
1	Térreo	55	60
2	Térreo	55	60
7	Térreo	80	85
8	Térreo	80	85
9	Térreo	45	45
10	Térreo	45	45
11	Térreo	50	60
12	Térreo	50	60
13	Superior	55	60
14	Superior	55	60
15	Superior	30	45
16	Superior	52	60
17	Superior	45	60
18	Superior	50	55
19	Superior	43	55
20	Superior	33	35
21	Superior	26	35
22	Térreo	45	45
23a	Térreo	25	25
23b	Térreo	25	25
24	Térreo	20	25
29	Superior	58	60
30	Superior	55	60
31	Superior	descrita c	60

Quanto a manutenção e conservação: descrita conforme nossa **sistemática gestão predial**, elencada no item 7.1.

#### 7.4. Auditório(s)

A Faculdade não possui auditório, porém, existem duas salas com capacidade para 80 alunos cada, que se necessário, transformam-se em auditório.

#### 7.5. Sala de professores

A sala dos professores é adequada ao desempenho de suas funções, Contando com mesa, cadeiras, sofás, bebedouro e escaninho para documentação dos mesmos.

Os professores possuem cozinha exclusiva com máquina de café expresso e bebedouro.

As **Coordenações dos Cursos** contam com salas próprias. Todas essas salas são dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

Quanto a manutenção e conservação: descrita conforme nossa **sistemática gestão predial**, elencada no item 7.1.

#### 7.6. Espaços para atendimento aos discentes

A Faculdade Santa Lúcia possui espaço para atender alunos de forma reservada, local amplo, iluminado, conservado, limpo e arejado, com boa acústica, segurança e acessibilidade. Os locais são bem estruturados com mesa, cadeira, acesso a internet, wi-fi e impressora

Quanto a manutenção e conservação: descrita conforme nossa **sistemática gestão predial**, elencada no item 7.1.

#### 7.7. Espaços de convivência e de alimentação

A estrutura física da IES proporciona um espaço amplo de convivência dos alunos, com praça de alimentação para atender toda a comunidade acadêmica. A cantina é um local amplo, limpo, arejado, seguro e iluminado.

Quanto a manutenção e conservação: descrita conforme nossa **sistemática gestão predial**, elencada no item 7.1.

O compromisso com o ensino de qualidade se traduz, prioritariamente, na disponibilização de laboratórios que permitem atingir a qualidade e excelência na formação dos acadêmicos.

Os laboratórios multidisciplinares são espaços físicos que permitem desenvolver metodologias de ensino-pesquisa-extensão, oferecendo equipamentos, sempre em sintonia com o mercado e com o roteiro das aulas.

Um plano de manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos é aplicado periodicamente com intuito de manter as condições de uso dos mesmos.

A estrutura física contempla as normas de acessibilidade plena e equipamentos de segurança e regulamento próprio. A Faculdade Santa Lúcia dispõe de espaços

adaptados com placas de sinalização, rampas de acesso, portas e elevador adaptados.

#### 7.7.1. Laboratórios, didáticos de formação específica.

Os laboratórios didáticos de formação específica compreendem todos os laboratórios utilizados para formação acadêmica do primeiro ao décimo período do Curso de Engenharia de Produção, sendo eles: todos os laboratórios chamados de multidisciplinares, os laboratórios química e de elétrica/Física

- Laboratório Elétrica possui 9 bancadas, 2 armários, 15 computadores, 44 cadeiras, entrada de rede, 3 ventiladores, 1 projetor, computador, mesa e cadeira para o professor.
- Laboratório Química possui 4 bancadas, 5 armários, 1 dispositivo lava olhos, 2 pias, 1 capela, entrada de rede, 2 ventiladores, 1 balança de precisão, pHmetro de bancada, bicos de Bunsen com registro, termômetros digitais, 1 painel e vidrarias específicas. Comporta atividade prática dos alunos das Disciplinas de química e Processos Químicos e Industriais, além de poder ser utilizada para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e/ou extensão.

O compromisso com o ensino de qualidade se traduz, prioritariamente, na disponibilização de laboratórios que permitem atingir a qualidade e excelência na formação dos acadêmicos.

A IES possui **Laboratório de Anatomia**, multiuso, contendo 10 mesas e 50 cadeiras.

Quanto a manutenção e conservação: descrita conforme nossa sistemática gestão predial, elencada no item 6.1

#### 7.8. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

A CPA IES conta como uma sala própria, computador com softwares e hardwares para levantamento e análise de dados e espaço para reuniões. Estes recursos atendem às necessidades institucionais e o espaço é adequado para as atividades da comissão possibilitando a utilização da metodologia escolhida pela CPA para desenvolvimento de suas atividades.

#### 7.9. Biblioteca: infraestrutura

A Instituição possui sua biblioteca localizada em Mogi Mirim, que serve aos cursos que funcionam na cidade de Mogi Mirim. Existe ainda um convênio com as Faculdades

Integradas Maria Imaculada, que funciona na cidade de Mogi Guaçu, para a utilização de biblioteca e instalações por qualquer aluno matriculado nas instituições de ensino.

Ocupando uma área de 268 m² é equipada com luzes de emergência, extintores de incêndio, acesso aos alunos portadores de necessidades especiais garantido. O acervo – 199 m², em dois pavimentos – com capacidade para abrigar 35.000 volumes. A biblioteca dispõe ainda de uma área de 80 m², contendo mesas para leitura individual, e mais 80 m² para trabalhos em grupo.

Como inovação e diferencial, destaca-se que todo comunidade externa tem acesso a biblioteca da IES.

#### 7.9.1. Tratamento da Informação

- Catalogação baseado pelo AACR2 (Código de Catalogação Anglo Americano 2).
- Classificação por Assunto é feita pelo CDD 21 (Classificação Decimal de Dewey) da vigésima primeira edição em inglês (esta classificação é usada para o material livro).
- Demais Materiais Folhetos, Vídeos, Relatórios Técnicos, CD-Rom e
   Gravação de Som, são classificados de acordo com o tipo de material.
- Classificação do Autor pela Cutter-Souborn.
- Indexação o processo de indexação do material consiste em retirar todos os termos contidos no sumário e no texto da obra. Procura-se sempre relacionar os termos quando a obra tratar de vários assuntos. No caso de periódico, permitindo ao usuário recuperar esse tipo de material tanto por assunto quanto pelo título do artigo do periódico.

#### 7.9.2. Disposição dos Materiais

- Livros e Obras de Referência são ordenados de acordo com a divisão de área, apontados pelo CDD e Tabela de autor.
- Folhetos, Relatórios Técnicos são separados por tipo de material e obedecem a uma ordem numérica seqüencial de tombo.
- Vídeo, Gravação de Som e CD-Rom são ordenados de acordo com a classificação do tipo de material e pela responsabilidade (autor) – numeração recebida pelo Cutter-Sanborn.
- Periódicos são separados por área, ordenados por título (ordem

alfabética) e periodicidade do material (ordem crescente de data).

#### 7.9.3. Sistema de Empréstimo

Cada aluno tem o direito a empréstimo de 2 volumes para livros, folhetos e relatórios técnicos, durante 7 dias e direito a renovação, caso o material não esteja reservado.

Caso solicitado, os alunos em orientação de Estágios, TCCs, podem ampliar o número de volumes para empréstimos.

Os demais materiais são para consulta local.

#### 7.9.4. Sistema de Consulta

O acervo da biblioteca se encontra informatizado. O sistema utilizado para consulta foi desenvolvido pela Instituição. O sistema permite fazer busca por: título, autor e assunto de tudo o que se encontra cadastrado, a busca via internet será implementada nos próximos 6 (seis) meses.

#### 7.10. Biblioteca: plano de atualização do acervo

Com a finalidade de atender a comunidade acadêmica e estimular o ensino, pesquisa e o autodesenvolvimento, a biblioteca da Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Santa Lúcia é vista como um dos elementos mais importantes para a infraestrutura da instituição.

O acervo da Biblioteca está alinhado com a Proposta Pedagógica da Instituição, atendendo às necessidades básicas dos cursos existentes, atualizando-se permanentemente e oferecendo serviços pertinentes a todos os segmentos da comunidade escolar.

A Biblioteca conta com um acervo bibliográfico de obras clássicas de acordo com cada área do conhecimento contemplado pelos Cursos de graduação e pós-graduação existentes. Conforme a implantação dos novos cursos de graduação, a biblioteca passará a contar com as obras consideradas clássicas para a área específica.

A atualização do acervo bibliográfico, de periódicos e outros materiais se dá através de solicitações à biblioteca pelo corpo docente, coordenadores dos cursos e corpo discente, priorizando alguns critério:

- 1. Bibliografias básicas e complementares dos cursos ofertados;
- Solicitação de títulos atualizados pelo corpo docente e coordenação dos cursos:
- 3. Solicitação do corpo discente;

- 4. Análise dos indicadores do sistema de consulta da Biblioteca (estatísticas sobre empréstimos, reservas e consultas), verificando a necessidade de ampliação dos tombos e/ou títulos do acervo.
- 5. Análise de catálogos referentes a lançamentos de títulos de livros e periódicos;
- 6. Parcerias, intercâmbio e convênios com outras instituições de ensino;
- 7. Empréstimo inter-bibliotecas;
- 8. Espaço aberto para editoras, destinado à exposição de livros e revistas revertendo em doações de publicações para a biblioteca;
- 9. Doações da comunidade em geral.

As sugestões devem ser enviadas ao coordenador de curso para que sejam encaminhadas à Biblioteca, que providenciará a cotação dos materiais.

Aspectos quantitativos: no processo de aquisição de material bibliográfico, via compra, é adotada política definida pela instituição, nas seguintes proporções:

**Bibliografia Básica**: será adquirido 1 (um) exemplar de cada título indicado na bibliografia básica da disciplina para cada 5 (cinco) alunos regularmente matriculados, sendo: um para consulta interna e o restante para circulação. A liberação do exemplar de consulta é de responsabilidade da Bibliotecária.

**Bibliografia Complementar**: é adquirido, pelo menos, um exemplar dos títulos indicados nas bibliografias complementares das disciplinas. Cabe a Bibliotecária indicar a necessidade de novas aquisições, de acordo com a demanda do material.

#### 7.11. Infraestrutura tecnológica.

A infraestrutura é a base da capacidade planejada de TI disponível em todo a IES, na forma de serviços compartilhados e confiáveis e utilizada por aplicações múltiplas.

Estabelecer uma infraestrutura de TI certa no momento certo habilita a rápida implementação de futuras iniciativas da IES, bem como a redução e a consolidação de custos dos processos. Iniciativas de infraestrutura não devem ter nem orçamentos excessivo e nem tão pouco pequeno, as duas situações trazem impacto no desempenho das IES.

A infraestrutura interna da IES se conecta quase sempre a infraestrutura externa (Internet e redes de telecomunicações).

Os serviços de infraestrutura incluem serviços de rede, provisão de computação, gerenciamento de banco de dados, etc. Estes serviços podem ser prestados internamente ou providos por provedores de serviços externos. O conceito de serviços é poderoso, uma vez que os gestores valorizam mais prontamente um serviço do que um componente técnico. Além disso, serviços podem ser especificados, mensurados e

controlados por um acordo de nível de serviço. Quanto aos nosso provedores, temos:

- ♣ 50MB Vivo Fibra para o CEJUSC;
- 4 20 MB Vivo Fibra, **dedicado**, para administração;
- 4 2 links de 120 MB Banda Larga NET para os alunos; e
- 200 MB Vivo Fibra.

Quanto a infraestrutura nosso sistema é compartilhado e padronizado utilizado por toda comunidade acadêmica; o sistema foi desenvolvido pela Faculdade, controlando todos os aspectos de sua operação, integrando todos os setores da IES, inclusive o financeiro; interface com o Ministério da Educação, etc.

O sistema é mantido em sua estrutura original e hospedado em provedor externo, provido pela Amazon para manter toda infraestrutura necessária: backup, suporte técnico, acessibilidade adequada e alta disponibilidade, buscando desta forma o acordo de nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência.

Quanto a comunicação de dados para a rede dos alunos podemos alternar entre os dois links de 120MB banda larga.

Já para a rede administrativa, foi contratada para redundância um link de 200MB Vivo fibra.

Os servidores estão equipados com nobreak para atender até 9horas devido aos problemas de energia que podem ocorrer.

No entanto, para que a TI realmente funcione, é preciso que a IES crie sua própria infraestrutura que consiste, basicamente, em todo o arcabouço tecnológico da Faculdade, ou seja, o conjunto de equipamentos, sistemas, redes e serviços necessários para a operação.

Uma definição mais formal da estrutura de TI vem da Information Technology Infrastructure Library (ITIL v3), uma publicação com abrangência global que oferece aos profissionais de TI um direcionamento. Ela diz que a infraestrutura é o conjunto combinado de hardware, sistemas, redes, instalações etc. (incluindo toda a tecnologia da informação), a fim de desenvolver, testar, entregar, monitorar, controlar e suportar serviços de TI.

#### **7.11.1.** Hardwares:

A Faculdade dispõem de 71 microcomputadores distribuídos entre os 3 laboratórios de informática, de uso exclusivo dos alunos. Dispõem ainda de 12 microcomputadores de uso exclusivo da administração; 5 microcomputadores de uso exclusivo dos docentes; 4 servidores, além de espaço na Amazon para 115

### microcomputadores.

Local	Hardware	Quantidade
Laboratório I (LAB 1)	Placa mãe: dell 08NPPY, Processador: Intel Core I3- 7100 3.90Ghz Memória: 4Gb DDR4 HD: 500Gb Monitor: Dell 19 polegadas	20
Laboratório III (LAB 3) Elétrica	Placa mãe: Gigabyte H61M-S1 Processador: Intel Core I3- 3240 3.40Ghz Memória: 4Gb DDR3 HD: 500Gb Monitor: 15 polegadas	15
Laboratório V (LAB 5)	Placa mãe: MegaWare G41T-M7 Processador: Intel Core 2 duo – E7500 2.93Ghz Memória: 4Gb DDR3 HD: 500Gb Monitor: 20 polegadas	17
Laboratório VI (LAB 6)	Placa mãe: PCWare IPMH81G1 Processador: Intel Core I5- 4440 3.10Ghz Memória: 6Gb DDR3 HD: 500Gb Monitor: 15 polegadas	19
Direção	Placa mãe: dell 08NPPY, Processador: Intel Core I5- 7100 3.90Ghz Memória: 6Gb DDR3 HD: 1Tb / 120Gb SSD Monitor: 21 polegadas	01
Coordenação	Placa mãe: PCWare IPMH81G1 Processador: Intel Core I5- 4440 3.10Ghz Memória: 6Gb DDR3 HD: 500Gb Monitor: 19 polegadas	06
Secretaria	Placa mãe: PCWare IPMH81G1 Processador: Intel Core I5- 4440 3.10Ghz Memória: 6Gb DDR3 HD: 500Gb Monitor: 19 polegadas	03
Expediente	Placa mãe: PCWare IPMH81G1 Processador: Intel Core I5- 4440 3.10Ghz Memória: 6Gb DDR3 HD: 500Gb Monitor: 19 polegadas	01
Local	Hardware	Quantidade
Tesouraria	Placa mãe: Gigabyte H61M-S1 Processador: Intel Core I3- 3240 3.40Ghz Memória: 8Gb DDR3 HD: 500Gb Monitor: 19 polegadas	01
Biblioteca	Placa mãe: Gigabyte H61M-S1 Processador: Intel Core I3- 3240 3.40Ghz Memória: 4Gb DDR3 HD: 500Gb Monitor: 15 polegadas	03
CEJUSC	Placa mãe: MegaWare G41T-M7 Processador: Intel Core 2 duo – E7500 2.93Ghz	

	Memória: 4Gb DDR3 HD: 500Gb	05
	Monitor: 15 polegadas	
	Placa mãe: MegaWare G41T-M7	
ND	Processador: Intel Core 2 duo – E7500	
NPJ	2.93Ghz	0.4
	Memória: 4Gb DDR3	04
	HD: 500Gb	
	Monitor: 15 polegadas	
	Modelo: HP Proliant ML 350 G6, Processador: Intel Xeon E5620 2.40Ghz	
Servidores	Memória: 4Gb DDR4	02
Administrativos	HD: 500Gb	02
Administrativos	Monitor: 19 polegadas	
	Placa mãe: PCWare IPMH81G1	
	Processador: Intel Core I5- 4440 3.10Ghz	
Servidor	Memória: 6Gb DDR3	01
Acadêmico	<b>HD:</b> 500Gb	
	Placa mãe: HP ProLiant ML310e Gen8 V2;	
Servidor	Processador: Intel Xeon E3-1220 v3	
Catraca	3.10GHz	01
	Memória 8Gb DDR3	
	<b>HD</b> de 500Gb	
	Placa mãe: AsusTek P5VD2-X	
Consulta	Processador: Intel Pentium 4 3.00GHz	
Biblioteca	Memória 1Gb DDR2	05
	HD de 40Gb	
	Monitor: 19 polegadas	

#### 7.11.2. Sistemas ou Softwares

A Faculdade conta com um sistema de gestão acadêmica e com os seguintes softwares:

Local	Software
Laboratório I (LAB 1)	Sistema Operacional Windows 10 Pro, pacote office com Visio e Project 2010, Packet tracer, Dev C, SQL Server 2017 Community Edition, Eclipse
Laboratório III (LAB 3) Elétrica	Sistema Operacional Windows 10 Pro, pacote office com Visio e Project 2010, Quartus Prime Lite Edition, Arduino
Laboratório V (LAB 5)	Sistema Operacional Windows 10 Pro, pacote office com Visio e Project 2010
Laboratório VI (LAB 6)	Sistema Operacional Windows 10 Pro, pacote office com Visio e Project 2010, Netbeans com Java 8, Mysql, Packet tracer, Dev C, SQL Server 2017 Community Edition, Eclipse, Anaconda
Direção	Sistema Operacional Windows 10 Pro, pacote office com Visio e Project 2010, Sistema Acadêmico
Coordenação	Sistema Operacional Windows 10 Pro, pacote office com Visio e Project 2010, Sistema Acadêmico
Secretaria	Sistema Operacional Windows 10 Pro, pacote office com Visio e Project 2010

	Sistema Acadêmico
Expediente	Sistema Operacional Windows 10 Pro, pacote office com Visio e Project 2010 Sistema Acadêmico
Tesouraria	Sistema Operacional Windows 10 Pro, pacote office com Visio e Project 2010 Sistema Acadêmico
Biblioteca	Sistema Operacional Windows 10 Pro, pacote office com Visio e Project 2010 Sistema Acadêmico
CEJUSC	Sistema Operacional Windows 10 Pro, pacote office com Visio e Project 2010
NPJ	Sistema Operacional Windows 10 Pro, pacote office com Visio e Project 2010
Consulta	Sistema Operacional Windows XP Professional
Biblioteca	Sistema Acadêmico

Local	Software
Servidores Administrativos	Sistema Operacional Windows Server 2003 R2, Active Directory, Group Policy Objects, ISA Firewall Server.
Servidor Acadêmico	PFSense que atual como um sistema operacional para o firewall e controle da rede.
Servidor Catraca	Sistema operacional Windows Server 2012 R2, banco de dados SQL Server 2012

#### 7.11.3. Redes

A faculdade conta com infraestrutura de redes operando megabit, cabeamento par trançado, conectores RJ45, Switch 3com e TPLink.

Atualmente a faculdade tem investido na atualização de sua infraestrutura de rede, pois conta com laboratórios operando em rede Gigabit com armário de telecomunicação, patch panel e patch cord para a comunicação entre os equipamentos.

#### 7.11.4. Catracas

A IES adquiriu um sistema de controle de acessos de catracas biométricas em 2015 da empresa DIMEP, com o intuito de prevenir a presença de pessoas estranhas ao ambiente acadêmico. No total são seis catracas posicionadas na entrada da faculdade que se comunicam via rede administrativa com um servidor que está alocado

dentro da unidade conforme já apresentados nos tópicos de hardware e software.

Todo o processo de implantação e treinamento foi feito pela DIMEP, a qual também realiza as devidas manutenções sempre que necessário.

#### 7.11.5. Telefonia

Sistema integrado de telefonia, com 10 ramais, atendendo todos os setores da faculdade. O provedor das linhas é a VIVO, e as mesmas também utilizam o provedor da Internet para ligações entre as unidades de Mogi Mirim e Mogi Guaçu.

#### 7.11.6. Infraestrutura de execução e suporte.

O sistema é mantido em sua estrutura original e hospedado em provedor externo, provido pela Amazon para manter toda infraestrutura necessária: backup, suporte técnico, acessibilidade adequada e alta disponibilidade, buscando desta forma o acordo de nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência.

Quanto a comunicação de dados para a rede dos alunos podemos alternar entre os dois links de 120MB banda larga.

Já para a rede administrativa, foi contratada para redundância um link de 200MB Vivo fibra.

Os servidores estão equipados com nobreak para atender até 5horas devido aos problemas de energia que podem ocorrer.

#### 7.12. Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente

Em relação à disponibilidade de acesso dos alunos a equipamentos de informática, a instituição dispõe de 05 computadores. Estes ambientes dispõem de uma máquina adaptada para a utilização de alunos portadores de deficiência física, visual ou auditiva. Os laboratórios de Informática atendem às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico. A Instituição, em todo o seu complexo, possui acesso à internet banda-larga via rede Wireless (wi-fi). Todos os computadores são atualizados frequentemente com as versões mais recentes e atuais do Windows, Office, navegadores e antivírus. Todo o complexo educacional da Faculdade Santa Lúcia permite a acessibilidade de todos os

alunos.

A Faculdade Santa Lúcia possui ainda 3 laboratórios de informática utilizados pela comunidade acadêmica. A Faculdade disponibiliza equipamentos de informática, recursos audiovisuais e de multimídia em quantidade suficiente para atender o curso de forma apropriada e para dar condições aos docentes desenvolverem seus trabalhos.

Dessa forma o laboratório de informática proporciona ao corpo docente mais condições de usar a informática como mais um instrumento no ensino de conteúdos disciplinares.

Os laboratórios ficam disponíveis para comunidade de segunda a sexta feiras das 13h às 22:50 e aos sábados das 8:00 às 17:00 horas.

#### 7.13. Instalações sanitárias.

Instalações sanitárias para homens, mulheres, tanto no piso térreo com espaço apropriado para PNEs, como no primeiro andar. As Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, seguiu as normas do Dec. N° 5.296/2004.

Professores possui acesso para instalações sanitárias exclusivas, masculino e feminino.

Pessoal técnico-administrativo com instalações sanitárias exclusivas.

#### 7.14. Estrutura dos polos EAD

**NSA** 

#### 7.15. Infraestrutura tecnológica

NSA

#### 7.16. Infraestrutura de execução e suporte

**NSA** 

#### 7.17. Plano de expansão e atualização de equipamentos

A Faculdade Santa Lúcia, mantida pelo Associação Educacional e Assistencial Santa Lúcia - AEDASLU, dispõe atualmente de infraestrutura de Tecnologia da Informação com uma rede de computadores (exclusiva) que interliga todos os computadores da administração e professores; possui outra rede exclusiva para os discentes e suas pesquisas. Contando com 3 laboratórios para uso exclusivo dos alunos, disponíveis das 13 horas até as 22:50 horas de segunda a sexta feira e, aos

sábados, das 8:30 horas até as 17:00 horas.

A estrutura de acesso à Internet da Faculdade, para uso acadêmico, opera com velocidade máxima de 20 MB, dedicação exclusiva, com contrato com a empresa Vivo. Ligados a rede cabeada e vários pontos de transmissão de rede sem fio, cobrindo todo perímetro da instituição. Este recurso está disponível internamente aos alunos, tanto para as atividades de aula como para as atividades extra aula, oferecendo possibilidades de pesquisa e desenvolvimento de trabalhos.

Para manter esta infraestrutura, a Faculdade conta com um técnico especializado, responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

A política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos visa garantir à Faculdade mantida pela AEDASLU a infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento. O programa de atualização oferece acesso à tecnologia de hardwares e softwares disponíveis no mercado.

Para a expansão e atualização dos equipamentos da instituição há algumas metas e objetivos associados, sendo estas:

- Substituir 15% do parque tecnológico a cada ano;
- Realizar novo cabeamento a cada 5 anos;
- Realizar constantemente a inspeção, manutenção e reposição das bancadas e equipamentos de laboratório;
- Repor as vidrarias dos laboratórios conforme necessidade dos cursos;
- Ampliar gradualmente os contratos de fornecimento de internet de acordo com o número de alunos da instituição;
- Verificar anualmente a necessidade de expansão e atualização dos equipamentos das instalações administrativas e realizar ações corretivas quando necessário.

Para viabilizar o atendimento das metas e objetivos apresentados anteriormente a IES aloca em seu orçamento valores para realização dos investimentos necessários.

#### 7.18. Recursos de tecnologias de informação e comunicação

Além da infraestrutura de informática disponível nos laboratórios de informática, o principal recurso disponível para comunicação com discente, docente e comunidade em geral são as ferramentas on-line do portal da instituição. Portal é o ambiente utilizado por professores, acadêmicos, coordenadores e corpo diretivo.

Com uma série de ferramentas, permite que docente e discente disponibilizem materiais de apoio, exercícios dentre outros. O Portal possui todas as informações

relativas aos cursos de graduação, bem como permite o upload de documentos para secretaria. Ainda, são veiculadas as matérias institucionais e de cursos, de eventos e formaturas e assuntos em geral, com o intuito de divulgar as ações da instituição ao seu corpo social.

O gerenciamento dos usuários é feito pelo módulo "Acadêmico". Com base nas criações de turmas feitas (vínculos de estudantes, responsáveis, docentes ou gestores), permite-se o acesso ao ambiente.

Disponível no portal da instituição, o acesso é feito por um código definido pelo sistema, e inicialmente a senha será a data pelo sistema. Após o primeiro acesso, o usuário poderá mudar a senha para uma de sua preferência ( o nome do usuário é sempre o RA).

Feito isso, o sistema liberará as demais funcionalidades, apresentadas a seguir.

- Avisos da secretaria acadêmica;
- Avisos da Tesouraria.
- Avisos da Biblioteca:

Ainda, há os módulos para consulta: Alterar Dados; Atividades Complementares; Avaliações e Biblioteca On-Line. O acesso também e garantido para:

- Desempenho do Estudante;
- Ficha do Estudante;
- Notas e Frequências;
- Rematrícula OnLine.
- Conteúdos de suas disciplinas, textos e estudos de caso, e
- Encontros diários programado s pelos professores, com os conteúdos a serem explanados.

#### 7.19. Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

**NSA** 

- 8. ALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PDI Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI
- 8.1. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Após a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional o grande desafio que se coloca é o da sua implementação, ou seja, da transformação da visão e ideias

em realidade palpável. A consolidação da Visão entre os clientes internos e externos exige a criação de um conjunto objetivo, ordenado e sistemático de ações práticas em busca de resultados.

É altamente recomendável que a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional leve em consideração ferramentas de Qualidade. Dessa forma, a CPA acompanhará a implantação do PDI através da gestão das melhorias com a implementação dos seguintes indicadores:

- Acompanhamento das metas de melhoria e da gestão da rotina;
- Acompanhamento do desempenho dos grupos de trabalho através dos Itens de Controle.

#### 8.1.1. Objetivos

- Mensurar o grau de cumprimento das metas do PDI através dos resultados nas avaliações realizadas nos diversos setores da IES;
- Verificar a relevância e aplicabilidade das metas do PDI no processo de planejamento, avaliação e controle das ações acadêmico-administrativas;
- Promover e incentivar a presença dos diversos segmentos institucionais na implementação e no acompanhamento do PDI;
- Garantir a flexibilidade do PDI, pela agregação de novos procedimentos e eventuais correções de rumo, através de freqüentes reavaliações;
- Estabelecer estratégias diferenciadas para divulgar os pontos significativos do PDI junto à comunidade acadêmica - professores, alunos e funcionários, para que possam acompanhar a sua implementação;
- Divulgar os resultados da implementação junto à comunidade externa.

Historicamente, a Faculdade Santa Lúcia tem se caracterizado, pela busca de excelência no ensino, pelo atendimento às demandas regionais e pela atenção às necessidades sociais.

Por entender que o crescimento da população universitária é condição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, busca-se na Faculdade expandir o número de cursos e de estudantes, aliando alta qualidade e custos condizentes com a realidade de nossa região. Seguem os cronogramas de expansão de oferta de cursos desta Faculdade, bem como previsão de sua implementação e desenvolvimento.

# 8.1.2. Cronograma de expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI.

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Graduação	-	-	-	-	-	-
Especialista	Horista	-	-	-	-	-
Mestre	Horista/parcial	-	4	2	2	4
Doutor	Horista/parcial	-	2	0	2	2

Foi considerada para fins de ampliação do corpo docente a autorização do curso de: Enfermagem, a ser pedido no ultimo ano de vigência do presente PDI e dos últimos anos do curso de Psicologia..

A ampliação só não será em maior volume devido a política da Instituição de aproveitar o docente qualificado que já faz parte do quadro de colaboradores da mesma.

Para a maioria dos docentes serão, caso queiram, oferecidas cadeiras nos novos cursos a serem autorizados.

# 8.1.3. Cronograma de expansão do corpo técnico/administrativo, considerando o período de vigência do PDI:

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Graduação	Integral	2		0	0	2
Especialista	-	-	-	-	-	-
Mestre	-	-	-	-	-	-
Doutor	-	-	-	-	-	-

A expansão do corpo técnico administrativo dar-se-á em virtude dos laboratórios específicos dos cursos de Engenharia e do Núcleo de Psicologia Aplicada.

### 8.1.4. Programação de abertura de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo)

Nome do Curso	Habilitação	Modalidade	Nº de alunos por turma	Nº de turmas	Turno(s) de funcionamento	Local de funcionamento	Ano previsto para solicitação	Ano previsto para funcionamento
Enfermagem	Bacharelado	Bacharelado	50	2	Diurno e Noturno	Rua Doutor Ulhoa Cintra, 351 – Mogi Mirim – SP	2025	2026

## 8.1.5. Programação de abertura de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

Nome do Curso	Habilitação	Nº de alunos por turma	Nº de turmas	Turno(s) de funcionamento	Local de funcionamento	Ano previsto para solicitação	Ano previsto para funcionamento
Negócios	Pós-Graduação	50	1	Diurno e Noturno	Rua Doutor Ulhoa Cintra, 351 – Mogi Mirim – SP	2023	2023
Direito	Pós-Graduação	50	1	Diurno e Noturno	Rua Doutor Ulhoa Cintra, 351 – Mogi Mirim – SP	2023	2023
Psicologia	Pós-Graduação	50	1	Diurno e Noturno	Rua Doutor Ulhoa Cintra, 351 – Mogi Mirim – SP	2023	2023

#### 1. Ampliação das Instalações

					2025 1º	2026/ 2º
Fase	2022	2023	2024	2025	semestre	semestre
Projeto de Ampliação	Х					
Ajustes		Х				
Protocolo Prefeitura						Х
Alvarás e licenças Prefeitura		Х				
Início das obras				х		
Primeiras Salas entregues					х	
Laboratórios Específicos,						
adequação das salas existentes		Х				Х
*Serviço-Escola (Psicologia)	х					

<sup>\*</sup> Caso seja necessário a mantenedora irá adquirir ou alugar um prédio no centro da cidade para facilitar o acesso dos alunos estagiários e comunidade, nos moldes do Escritório Jurídico.

A ampliação do acervo da Biblioteca dar-se-á de acordo com o andamento dos cursos, respeitando suas políticas de expansão, como o Ministério da Educação – MEC em seu formulário de avaliação determina que os dois primeiros anos do curso devem estar disponíveis, em 2023 a Mantenedora disponibilizará orçamento para a compra dos mesmos. A partir do Ano III de vigência do presente serão efetuadas novas aquisições até a implantação total dos cursos a ser solicitados junto ao MEC.

Durante a vigência do presente documento devem ser mantidos os estudos e avaliações sistemáticas, periódicas e globais, visando às modificações que devem ocorrer nas instalações físicas e que possam contemplar aspectos como comodidade, sustentabilidade ambiental, conscientização de práticas relacionadas à qualidade de vida e de trabalho.

O presente estudo apresenta o panorama ideal para o quinquênio 2022-2026 mas, não deve ser considerado imutável, será necessário, com certeza, correções nos rumos aqui propostos para que consigamos minimamente alcançar nossos objetivos. Não devemos esquecer que muito dependemos do Ministério da Educação – MEC para que o cronograma de ampliação de cursos seja respeitado, ou seja, não temos ingerência nos prazos por eles determinados.

Mogi Mirim, dezembro/2021